



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

INSTITUTO DE HUMANIDADES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
HUMANIDADES

MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

MARIA ESTEFÂNIA SABINO FREITAS

**EDUCAÇÃO, TRABALHO DOMÉSTICO E RELAÇÕES DE GÊNERO:
UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DE MULHERES COM FORMAÇÃO
DOCENTE EM ITAPIÚNA/CE**

REDENÇÃO/CE

2022

MARIA ESTEFÂNIA SABINO FREITAS

**EDUCAÇÃO, TRABALHO DOMÉSTICO E RELAÇÕES DE GÊNERO:
UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DE MULHERES COM FORMAÇÃO
DOCENTE EM ITAPIÚNA/CE**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades, como condição parcial para a obtenção do título de Mestra Interdisciplinar em Humanidades. Linha de pesquisa: Trabalho, Migrações e Desenvolvimento.

Orientador: Dr. Francisco Vítor Macêdo Pereira

REDENÇÃO/CE

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Freitas, Maria Estefânia Sabino.

F936e

Educação, trabalho doméstico e relações de gênero: um estudo sobre a trajetória de mulheres com formação docente em Itapiúna/Ce / Maria Estefânia Sabino Freitas. - Redenção, 2023.
110f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Vítor Macêdo Pereira.

1. Professora. 2. Empregadas domésticas. 3. Gênero. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 371.1

MARIA ESTEFÂNIA SABINO FREITAS

**EDUCAÇÃO, TRABALHO DOMÉSTICO E RELAÇÕES DE GÊNERO:
UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DE MULHERES COM FORMAÇÃO
DOCENTE EM ITAPIÚNA/CE**

Aprovada em: 21/12/2022.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCO VITOR MACEDO PEREIRA
Data: 23/03/2023 09:51:58-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Francisco Vítor Macêdo Pereira (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira -
UNILAB

Mara Rita Duarte de Oliveira Berraoui

Profa. Dra. Mara Rita Duarte de Oliveira (Coorientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira –
UNILAB

Documento assinado digitalmente
 LARISSA DEADAME DE FIGUEIREDO NICOLE
Data: 24/03/2023 09:54:04-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Larissa Deadame de Figueiredo Nicolete (1ª Examinadora Externa ao
Programa)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira –
UNILAB

Raquel Rodrigues Rocha

Profa. Dra. Raquel Rocha Rodrigues (2ª Examinadora Externa à Instituição)

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

A minha irmã Ana Régina ((*in memoriam*)), por nos inspirar a viver com alegria, generosidade e simplicidade;

A minha irmã Neinha, por tantos papeis que assume em minha vida;

As quatro mulheres interlocutora desta pesquisa, por suas lutas e conquistas diárias.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as providências em minha vida.

A minha mãe, por desde cedo me mostrar o valor da educação, compreender minhas ausências e sempre me motivar a estudar com suas palavras de carinho.

Aos meus tios Pedro e Maria, pela constante preocupação com minha vida acadêmica.

Aos meus irmãos, por contribuírem, cada um a seu modo, com mais essa etapa em minha vida. Aqui em especial, relembro as oficinas de redação que a Socorro fazia comigo durante o Ensino Médio, os cuidados da Neinha e todas vezes que esteve disposta a me ouvir falar sobre os seminários e a pesquisa.

A minha sobrinha Clarice, pela troca de ideias e por suas perguntas desafiadoras relacionadas as questões de gênero.

Aos meus professores do Ensino Médio, Jurandir Sousa e Evandro Araújo, pelo apoio para continuar a trajetória acadêmica e ao Professor Edmilson Alves (UECE), pelas conversas sobre a minha pesquisa e a própria vida.

Ao meu orientador professor Vítor Macêdo, por me inspirar como ser humano e professor com sua empatia, ética, paciência e o zelo por cada aula ministrada, como pude vivenciar durante o estágio docente. Gratidão por sua amizade e avaliação rigorosa na produção do conhecimento.

As minhas coorientadoras, Raquel Rocha e Mara Rita, pelo acolhimento, pelos estímulos e ensinamentos constantes.

A todos entrevistados e em especial, as quatro interlocutoras desta pesquisa, pela alegria com que me receberam e pela sinceridade em cada momento das entrevistas.

Ao núcleo gestor da Escola de Ensino Médio Vereadora Edimar Martins da Cunha pela flexibilização dos meus horários de aula para que eu pudesse participar dos estágios e aulas do mestrado.

Aos colegas de mestrado por socilaizarem suas dúvidas e saberes tornando a caminhada mais leve, em especial a Rafaele Costa, Rafaele Leite, Vanusa, Leonardo, Heuler, Abel, Nilton e Márcio.

Aos amigos que compõem o que Carlos Drummund chama de “torcida pela vida”: Rachel, Mariana, Pe. Luciano, Pe. Antonio Noby, Tony, Cleidiane, Glauber, Samira, Cosme, Marlúcia, Virna, Isa, Míria Raquel, Raquel Oliveira, Aurilene, Sidclei, Ruy, Arnaldo, Jaul, Mila, Juliana, Kelly, Amélia, Fernando, Marcelo, Agda, Leonilda, Érica e Mayara e Felipe.

“Não somos o que aprendemos,
mas o que nos falta aprender.”

(Fabrício Carpinejar)

RESUMO

Esta pesquisa parte de uma discussão teórica sobre educação, trabalho doméstico e gênero, para entender como uma sociedade marcada por características patriarcais e conservadoras subjuga o gênero feminino em diversas esferas da vida. Pretende-se analisar as relações de gênero construídas e vivenciadas por mulheres de Itapiúna/CE, com formação superior (Licenciatura Plena em Pedagogia e Geografia) e que trabalharam como empregadas domésticas nas primeiras décadas do século XXI. Para isso, faremos a coleta de dados e entrevistas semiestruturadas com quatro sujeitas que têm em comum um curto período de atuação na Educação e a permanência em trabalhos domésticos precarizados, em Itapiúna/CE e na capital do estado. A pesquisa é construída a partir de uma perspectiva interdisciplinar, com abordagem qualitativa e quantitativa, a fim de associar os fatores que levam ao estado de subjugação das mulheres nas relações de trabalho, tendo como marcadores o gênero e a classe social. Os resultados obtidos até aqui demonstram que as mulheres permanecem enfrentando muitas situações adversas ao tentarem se inserir no mercado de trabalho, nas instituições e na qualificação com os estudos. As profissões ditas femininas, mal remuneradas e desvalorizadas, são reservadas (nesse contexto interiorizado e de precarização) às mulheres mais pobres, e o fato de terem que escolher entre ser empregada doméstica ou professora mostra o seu limitado campo de escolhas.

PALAVRAS-CHAVE: professora; empregada doméstica; educação; gênero e trabalho; Itapiúna/CE.

ABSTRACT

This research starts from a theoretical discussion about education, domestic work and gender, to understand how a society marked by patriarchal and conservative characteristics subjugates the female gender in different spheres of life. It is intended to analyze the gender relations constructed and experienced by women from Itapiúna/CE, with higher education (Full Degree in Pedagogy and Geography) and who worked as domestic servants in the first decades of the 21st century. For this, we will collect data and semi-structured interviews with four subjects who have in common a short period of work in Education and permanence in precarious domestic work, in Itapiúna/CE and in the state capital. The research is built from an interdisciplinary perspective, with a qualitative and quantitative approach, in order to associate the factors that lead to the state of subjugation of women in labor relations, having gender and social class as markers. The results obtained so far demonstrate that women continue to face many adverse situations when trying to insert themselves in the work market, in institutions and in qualification through studies. The so-called feminine professions, poorly paid and devalued, are reserved (in this interiorized and precarious context) for the poorest women, and the fact that they have to choose between being a maid or a teacher shows their limited field of choices.

KEYWORDS: teacher; housekeeper; education; gender and work; Itapiuna/CE.

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEACRI	Centro de Apoio à Criança
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
FECLESC	Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central
FERA	Faculdade de Ensino Regional Alternativa
FEFC	Fundo Especial de Financiamento de Campanha
FUNDEB	Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDM	Índice de Desenvolvimento Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
IPLANCE	Fundação Instituto de Planejamento do Ceará
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
NECAD	Núcleo de Educação Continuada à Distância
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Proteção Integral à Família
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PP	Partido Progressista
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSD	Partido Social Democrata
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

PT	Partido dos Trabalhadores
SAEB	O Sistema de Avaliação da Educação Básica
SCFV	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SETAS	Secretaria de Trabalho e Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Capítulo 1. TRABALHO, GÊNERO, RELAÇÕES DE SUBALTERNIDADE E CUIDADO.....	23
1.1 Trabalho e Educação.....	23
1.2 Relação de poder e configuração da docência como atribuição feminina.....	30
1.3 Trabalho doméstico remunerado: analisando as relações patriarcais e capitalistas...38	
Capítulo 2. O CAMINHO DAS PEDRAS: DEBATENDO SOBRE O CAMPO DE POSSIBILIDADES DAS MULHERES ITAPIUNENSES NA POLÍTICA E NA EDUCAÇÃO.....	44
2.1. Conjuntura política de Itapiúna nas primeiras décadas do século XXI.....	45
2.1.1 Origem do município de Itapiúna e trajetória dos Prefeitos Municipais (1997 – 2022).....	46
2.1.2 O atual campo de possibilidades para as mulheres itapiunenses.....	51
2.1.3 O clientelismo e os seus efeitos políticos em Itapiúna.....	57
2.2 Poder executivo e legislativo: analisando os campos de força e atuação feminina no município de Itapiúna/CE.....	64
Capítulo 3. <i>QUEM QUER SER PROFESSORA LEVANTA A MÃO!</i> HISTÓRIAS DE VIDA E ENTRELACEMENTO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO, EDUCAÇÃO E SERVIÇO DOMÉSTICO.....	77
3.1 <i>Eu fui escolhida pra ser empregada doméstica porque fazia faculdade.....</i>	77
3.2 <i>Professora não é profissão de pobre. A contingência profissional e a expectativa de ascensão social</i>	79
3.3 <i>Desde pequena eu sonhava em ser professora.....</i>	82
3.4 <i>Eu sempre quis ser professora, pra cuidar e educar bem os meus filhos. A educação como um compromisso ético com o mundo</i>	92
3.5 <i>E o salário, oh! Semelhança entre o trabalho doméstico e a docência.....</i>	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
FONTES	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106

INTRODUÇÃO

Pretendemos inicialmente contextualizar um pouco a conjuntura local e as evidências empíricas quanto à precarização das condições de vida e trabalho das sujeitas de nossa pesquisa. De acordo com Almeida (2016), atualmente há uma maior presença da agenda de gênero nas arenas públicas no Brasil e o feminismo tem maior visibilidade que nos anos 1990. Entretanto, podemos dizer qu

e a consolidação das políticas de gênero não acontece de forma linear e gradativa. No Brasil, por exemplo, as unidades conservadoras e reacionárias têm mostrado força e impedido a valorização das diferenças ao tentar omitir maiores discussões sobre as questões relacionadas a gênero na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Em 2011, o Ministério da Educação (MEC) recomenda a retirada dos termos *gênero e orientação sexual* do Plano Nacional de Educação e, em 2017, da BNCC, dois documentos que estabelecem o que todos os estudantes devem aprender ao longo da Educação Básica. Para Daniel Cara (2017):

Tratar desses temas vai contra o que algumas pessoas acreditam que seja o conceito de família. A questão se relaciona com homossexualidade, construções familiares e identidade. A retirada dos conceitos é uma pauta proselitista [que tem o objetivo de converter alguém para alguma ideia ou causa] de um passado há muito tempo distante e que não condiz com a realidade do país nem da escola atualmente (CARA, 2017)¹.

A retirada dos termos cria barreiras para que os currículos evidenciem as discussões sobre desigualdades no Brasil que se estruturam às questões relacionadas a gênero, classe e raça, reproduzindo a influência da colonialidade nos currículos escolares. A escola não pode ser conveniente às discriminações e violências que os sujeitos sofrem por sua identidade de gênero e reduzir os debates em sala de aula a questões ligadas apenas a violência contra as mulheres. Uma escola democrática, bem como uma educação libertadora, deve oferecer formação aos professores para que sejam capazes de tratar da promoção da igualdade social a partir de questões relacionadas ao gênero e a sexualidade como ponto de partida para o acolhimento e respeito da diversidade, eliminando, assim, as discriminações sexuais. Conforme Freire (2000), a educação emancipadora leva o

¹ Parte da entrevista de Daniel Cara coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, concedida à revista eletrônica Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4900/os-terminos-genero-e-orientacao-sexual-tem-sido-retirados-dos-documentos-oficiais-sobre-educacao-no-brasil-por-que-isso-e-ruim>. Acesso em 12 de novembro de 2021.

sujeito a ter consciência das diferentes formas de opressão, dominação e exclusão que a sociedade impõe, principalmente sobre as pessoas que vivem grandes necessidades materiais. A educação traz a conscientização sobre a necessidade de se buscar a liberdade, a felicidade e a cidadania, em um processo de democracia e emancipação. A educação voltada para a conscientização política traz a perspectiva de um futuro voltado para a transformação social, o que leva o sujeito a exercer a cidadania em um processo democrático de luta pelos direitos humanos.

Conforme os apontamentos de Soares (2016), nos anos 2000, a cultura de direitos e a política de gênero ganharam corpo devido ao crescimento do emprego formal, das ações sindicais, que cresceram novamente a partir de 2004, da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da dinamização sem precedentes dos espaços de participação social. O autor assevera que

o sindicalismo foi um ator importante nas lutas que culminaram na ampliação dos direitos das empregadas domésticas ocorrida durante o governo Dilma Rousseff, geralmente realizado por mulheres. Ademais, ampliou-se a atuação de sindicalistas em espaços de participação sobre políticas de gênero, na formulação de políticas públicas voltadas para os “direitos das mulheres”, bem como em diversas lutas de destaque realizadas junto com os movimentos feministas. (SOARES, 2016, p. 6)

No contexto da América Latina, Argentina, Uruguai e Chile vêm dando passos significativos no reconhecimento da dupla jornada feminina. Em 2022, esses países regulamentaram a Previdência Social a partir de uma perspectiva de gênero e mulheres que não conseguiram pagar a previdência social com trabalhos formais, poderão se aposentar a partir do reconhecimento do “cuidado materno” como trabalho, através do Programa Integral de Reconhecimento de Tempo de Serviço por Tarefas Domésticas.

Como sabemos, as mulheres enfrentam muito mais situações adversas ao tentar se inserir no mercado de trabalho, nas instituições políticas e na própria formação acadêmica, devido a ao fato de serem responsabilizadas pelas tarefas domésticas e os principais cuidados com a família no âmbito privado.

Como bem esclarece Federici (2019):

A ausência de um salário para o trabalho que realizamos em casa é também a causa primária para a nossa fraqueza no mercado de trabalho assalariado. Os empregadores sabem que estamos acostumadas a trabalhar por nada e que estamos tão desesperadas para ganhar um dinheiro próprio que eles podem nos ter a um preço baixo. Desde que “feminino” se tornou sinônimo de “dona de casa”, nós carregamos para qualquer lugar essa identidade e as “habilidade domésticas” que adquirimos ao nascer. É por isso que as possibilidades de emprego para mulheres são tão frequentemente uma extensão do trabalho doméstico, e o nosso caminho ao assalariamento muitas vezes nos leva a mais

trabalho doméstico. O fato de que o trabalho doméstico não é assalariado tem dado a essa condição socialmente imposta uma aparência de naturalidade (“feminilidade”) que nos afeta independentemente do que fizermos (FEDERICI, 2019, p. 74).

Consciente da manipulação dos discursos capitalistas como forma de opressão feminina e da necessidade de reivindicar salário para as trabalhadoras domésticas que realizam diversas tarefas como prova de amor para a família, a autora ainda esclarece que essa demanda

É a reivindicação pela qual termina a nossa natureza e começa a nossa luta, porque o simples fato de querer salários para o trabalho doméstico já significa recusar esse trabalho como uma expressão de nossa natureza, e, portanto, recusar precisamente o papel feminino que o capital inventou para nós (FEDERICI, 2019, p. 47).

Pesquisar sobre as histórias de vida, as lutas e saberes de trabalhadoras domésticas e professoras, é um exercício de *Caminhar para Si*, como nomeia Maria Cristina Josso ao descrever investigações empíricas e sua trajetória intelectual, pois “a lógica intelectual e a lógica existencial são duas iluminações do processo de pesquisa” (JOSSO, 2010, p.19). Portanto, realizar esta pesquisa é ter a oportunidade de refletir sobre a minha trajetória como professora da educação básica e as perspectivas de trabalho enquanto mulher branca, pobre e residente no interior do sertão cearense.

O interesse teórico, epistemológico e existencial sobre as questões relacionadas a gênero, raça e classe foi intensificado em 2017 quando cursei a disciplina Gênero Educação e Etnia com o professor Vítor Macêdo, ainda na condição de aluna especial do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A partir das discussões propostas, pude refletir sobre minha branquitude, meus espaços de privilégios, como minha vida está inserida nas estruturas de poder e opressão. E, principalmente, a questionar os espaços e instituições reprodutoras de desigualdades e subalternidade, como as escolas, o mercado de trabalho, a família e estruturas que reforçam a imposição colonial nos dias de hoje.

Filha de agricultores residentes no município de Itapiúna desde a década de 1970, com frequência ouvia minha mãe (Esmeralda Sabino) dizer: “Eu nunca quis morar aqui, sempre imaginava como vocês iam trabalhar num lugar como esse que não tem nada. Eu queria voltar pra Fortaleza para vocês estudar, mas o pai de vocês não quis.” A seu modo, minha mãe descrevia os limites que o lugar impõe sobre a história de vida dos habitantes

e ressalta a crença na educação como um caminho possível para o crescimento profissional e edificação moral para os seis filhos. O que ela observava era cenário rural de pobreza e, hoje, a apesar do crescimento populacional e o modesto crescimento econômico, a realidade que se apresenta ainda impõe limites para o crescimento profissional e educacional, devido as escassas oportunidades diante das interfaces da dinâmica política, cultural e econômica.

Ao construir sua análise sobre o cenário dos movimentos feministas, Oliveira (2011) entende que

A trajetória das mulheres brasileiras em busca do espaço público do trabalho vai se modificar durante a década de 70, quando se manifesta a expansão da atividade feminina, sobretudo entre as mulheres dos segmentos médios e entre as mulheres casadas e mães. A mudança no padrão de atividade da mulher foi propiciada, em grande medida, pelas transformações ocorridas no sistema produtivo e pelas alterações levadas a efeito no quadro dos valores e das pautas de comportamento (2011, p. 4).

Minha mãe reproduzindo os papéis gênero da família patriarcal, era responsável por cuidar dos filhos e da casa, enquanto meu pai saía para trabalhar, desempenhado o papel de chefe e principal provedor do sustento dos filhos. Meus pais tiveram seis filhos, entre estes, quatro mulheres e dois homens. Três filhas brancas, uma filha negra e dois homens pardos. Um filho professor e três filhas professoras. Hoje, com certa satisfação, minha mãe afirma: “Vocês são assim porque desde cedo eu botei vocês pra estudar”, reforçando que sempre sonhou com alfabetização e a independência dos filhos.

Entre os fatores que motivam essa pesquisa, destaco o fato de ter tido uma irmã que foi empregada doméstica no interior e na capital do estado e esta ter seu ciclo de vida encerrado tão brevemente com apenas trinta e um anos de idade, em decorrência de um câncer na coluna, no ano de 2013. Ao mesmo tempo que investigo a trajetória de mulheres empregadas domésticas para conhecer mais sobre as possíveis experiências que minha irmã vivenciou, identifico diversas semelhanças na construção do ideal de feminilidade entre a docência e trabalho doméstico, a precarização e a desvalorização destas duas profissões.

O fato de se considerar as profissões de professora, da Educação Infantil, em especial, e empregada doméstica “profissões femininas” traz consequências negativas que permeiam o universo feminino. Ao se inserir dentro de uma sociedade marcada por características patriarcais e conservadoras, que valoriza, acima de tudo, o gênero

masculino em todos os âmbitos, deixa em segundo plano os ideários que possam privilegiar ou emancipar de forma positiva o gênero feminino.

Analisando as condições de trabalho das mulheres na primeira década do século XXI, Oliveira (2011) observa que o fato das mulheres brasileiras ainda se engajarem, em sua maioria, em atividades tradicionalmente consideradas femininas, é uma clara indicação da continuação do padrão de segregação ocupacional, o qual marca as condições do trabalho feminino. É, então, relevante demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas a forma como essas características ganham valor e são representadas na sociedade, com pensamentos, símbolos, discursos de afetividade, práticas de discriminação e omissões. Tudo que pode observar de forma política e afetiva, pois a relação desigual de gênero que se reflete nas diversas esferas na vida social que acaba por interferir no desenvolvimento da mulher enquanto profissional, pessoa humana e para todos que dependem do seu ofício.

Sabemos que as relações patriarcais associam os trabalhos domésticos às mulheres. Desde a infância, meninas pobres são responsabilizadas por cuidar da casa, dos irmãos mais novos e cozinhar. Desta maneira, o trabalho doméstico remunerado, diga-se mal remunerado e desvalorizado, é, na maioria das vezes, reservado às mulheres pobres e negras. E o fato de ter que escolher entre ser empregada doméstica ou professora, ratifica o rol limitado de escolhas para as mulheres pobres da região.

Sobre o processo de construção de teorias para a compreensão dos fenômenos sociais, Minayo (2001, p. 17) assegura que “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, uma prática, um problema da vida prática. (...) E inseridos nessa realidade, encontramos mais razões para pesquisar”. Para refletir sobre a conjuntura local e o campo de possibilidades para atuação das mulheres no município de Itapiúna, apresento algumas considerações sobre meu lugar de origem, espaço onde realizo esta pesquisa.

O município de Itapiúna está localizado a 113 km de Fortaleza. É um dos municípios de maior extensão territorial do maciço de Baturité, na zona central do Ceará. Atualmente conta com cerca de 20.653 habitantes. Sua estrutura econômica é baseada na agricultura de subsistência, no comércio constituído por lojas e mercearias de pequeno porte, no funcionalismo público e aposentados e beneficiários do município, principalmente do INSS e programas federais, como o Bolsa Família. A cidade conta com quatro distritos: Palmatória, Itans, Caio Prado e a Sede. É no distrito de Caio Prado

onde residem as interlocutoras que se disponibilizaram a participar e contribuir com essa pesquisa qualitativa.

Pretendemos discutir a conjuntura local, as condições de vida e trabalho de mulheres que desejam, ou já atuam, na docência e que, ao mesmo tempo, são ou foram empregadas domésticas no interior ou na capital do estado do Ceará. É importante pontuar que identificamos no distrito de Caio Prado mais de dez mulheres que têm em comum na sua trajetória profissional, o trabalho doméstico remunerado, formação docente e falta de oportunidade de trabalho, tendo como marca no seu percurso profissional a desvalorização e invisibilidade feminina.

A presença recorrente do clientelismo² no quadro da política brasileira externa, e nos municípios de pequeno porte, tem imperado diante da pouca oferta de trabalho, onde ainda é necessário a troca de favores entre chefes do poder público para garantir um emprego, gerando, assim, a dependência dos sujeitos e influência sobre eles. Neste cenário, um dos cursos mais ofertados pelas faculdades particulares para o município é Pedagogia e, contraditoriamente, as pessoas formadas vão assumir outras funções, pois, com a política de apadrinhamento, diversas profissionais vão ficando de fora do quadro de professores da cidade. Estudos como esse são relevantes para pensar as políticas públicas, valorização e formação docente, onde se deve levar em consideração que a maior parte do corpo docente do município é composto por mulheres, tanto na Educação Infantil como no Ensino Fundamental I.

Discorrendo a respeito do magistério, Almeida (1998) aponta que

As mulheres permaneceram no magistério apesar da ampliação dos leques ocupacionais por força do progresso, da industrialização e da tecnologia. E, por paradoxal que possa parecer, um número significativo gostando do que faz, acreditando e resistindo criativamente, o que permite considerar que a dimensão humana comporta uma variada e extensa gama de análises que não podem deixar de envolver o universo profissional das professoras e das suas vidas no magistério, ao aliar dados da realidade com a pregnância de aspectos da subjetividade, os quais, por sua vez, compreendem também os desejos e as emoções de cada ser humano na sua luta cotidiana (ALMEIDA, 1998, p. 30).

Considerando que a maioria do quadro docente é feminina, qualquer medida que se proponha a melhorar a qualidade da educação deve considerar as questões de gênero. Superar socialmente a cultura de atribuir às mulheres a responsabilidade pelo cuidado da

² A expressão mais recente das práticas políticas caracterizadas como clientelistas é aquela dada pela ação dos políticos que “baseiam sua carreira e máquina eleitorais na capacidade de atender demandas de benefícios visíveis e imediatos em troca da garantia de votos” (Dicionário de Ciências sociais, 1987, p. 277).

casa e dos filhos, terá, como retorno, mulheres mais saudáveis, professoras mais qualificadas e aulas adequadas às necessidades das crianças, portanto, teremos uma melhoria significativa no ensino.

Para debater sobre melhoria da qualidade do ensino trataremos aqui da formação das professoras que se propuseram a participar dessa pesquisa, buscando-se entender como se deu a escolha dessa profissão, onde se formaram, os desafios na sua formação e como conciliam a dupla, ou tripla, jornada de trabalho. A dinâmica de algumas docentes é composta por trabalho doméstico em casa, em sala de aula e aos finais de semana se deslocam à capital para trabalhar como domésticas, sobrando pouco tempo para se dedicar a formação acadêmica e até mesmo da sua feminilidade, isto é, a construção social do comportamento e das características femininas num corpo sexuado.

As relações de classe e trabalho são marcadas pela distinção de gênero e, ao realizar esse estudo, podemos discutir feminilidade, vulnerabilidade, carreira profissional, pensar em mulheres na busca pela compreensão social acerca desse estado de subjugação e como esse marcador de gênero interfere em todas as relações sociais.

Para Soares (2016)

As políticas de gênero possuem uma necessidade imanente de transversalizar temas. Por um lado, porque é preciso considerar as diferenças como homens e mulheres se inserem nos diferentes espaços público e privado; por outro, porque as desigualdades de gênero se manifestam de maneira transversal com diversos outros temas: desigualdades de raça e orientação sexual, saúde do trabalhador, emprego, salários etc. (SOARES, 2016, p. 27).

Ao refletir sobre a formação docente e a jornada de trabalho realizada por mulheres, ponderamos melhor as políticas sociais locais e nacionais, além de evidenciar a necessidade das lutas feministas pautadas na igualdade de condição de trabalho, educação e emancipação.

No que tocam as definições metodológicas de nossa proposta, a fim de discutir essas trajetórias de mulheres com formação docente e as categorias de análise, gênero e classe, especificamente, partimos de uma dimensão interdisciplinar, com base no que diz Frigotto (2008, p. 26) sobre a necessidade de adotar esse procedimento metodológico: “ela impõe-se pela própria forma de o homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social”. Construir uma pesquisa interdisciplinar se faz necessária pelos diversos desafios que se apresentam na produção epistemológica diante da realidade se apresenta, una e diversa ao mesmo tempo.

O percurso interdisciplinar entre as ciências humanas cria instrumentos para a construção da inteligibilidade da vida social, dando novo sentido a velhos problemas, que sem a abordagem e metodologia adequada ficariam imperceptíveis. A partir desse olhar objetivo e amplo, é possível fazer descobertas de forma autônoma, repensar categorias e apontar novos significados para os problemas investigados. A emergência dessa metodologia se dá não pela negação do valor de cada disciplina, mas pela harmonia possível entre elas para romper a naturalização das relações sociais, bem como mostrar a complexidade da vida social. Ela nos leva a novos terrenos e pode ainda preencher lacunas do conhecimento com diferentes fragmentos e ângulos da percepção da realidade.

Para o desenvolvimento coerente desta pesquisa é necessário um estudo bibliográfico para tratarmos de forma clara dos conceitos e mudanças no entendimento do que é trabalho, gênero, e as construções sociais em torno da feminilidade e da produção de subalternidade. Buscaremos perceber como as mulheres entrevistadas produzem sua vida sob as relações de classe, cultura e subjetividade e, assim, analisar os mecanismos que produzem a exclusão, alienação e desigualdades, ao passo produzem a vida material, a compreensão da realidade e representações para sua existência.

O percurso metodológico da pesquisa em questão tem uma abordagem qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa possibilita melhor compreensão dos sujeitos envolvidos na pesquisa e sua relação direta com o contexto no qual estão inseridos, bem como com a singularidade das relações. Segundo Minayo (2001)

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (2001, p.21).

Nesse processo de escuta, análise e registro das histórias de vida das minorias sociais (mulheres!) no tempo presente, os depoimentos podem servir não apenas aos objetivos acadêmicos, mas constituir-se como instrumentos de construção de identidade através da compreensão das escolhas narrativas, da relação indivíduo e sociedade, da trajetória e das regularidades existentes entre elas para transformação social. Como afirma Portelli (1997, p. 31), “Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária”.

A pesquisa teve como fase inicial um percurso exploratório na seleção das mulheres que estariam disponíveis, e teriam interesse em participar da pesquisa interdisciplinar. Assim, definimos que participariam interlocutoras com os perfis diferentes, embora todas tenham cursado licenciatura e trabalhado como empregadas domésticas. Optamos (eu e meu orientador) por omitir o nome das entrevistadas para problematizar as histórias de vida e não deixar em evidência a identidade das pessoas.

A História não trabalha só com a narrativa dos vencedores, isto é, as mulheres que se conseguiram concluir o curso e se tornar professoras. Deste modo, selecionamos entre as entrevistadas, mulheres que se formaram em Licenciatura e nunca tiveram a oportunidade de lecionar, ou que tiveram um curto período de experiências na educação básica, e, mesmo assim, constroem a história do município mesclando as diversas formas de resistência para construir as condições necessárias para sua sobrevivência.

Chamaremos de a *Entrevistada A* concluiu o curso de licenciatura, mas nunca atuou na docência. É solteira, tem uma filha adolescente e sua principal fonte de renda é como diarista nos fins de semana em Fortaleza, mesmo trabalhando com diversas vendas no município, entre elas, material escolar e de construção.

A *Entrevistada B* está concluindo o curso de Licenciatura em Geografia, é empregada doméstica no próprio município, casada, não tem filhos e ainda teve a oportunidade de atuar na educação básica.

Entrevistada C, a professora que hoje é efetiva na função de professora em outro município e que, durante a sua trajetória acadêmica, desenvolveu diversos trabalhos, entre eles, vendedora de bolo, manicure e diarista nos fins de semana em Fortaleza, para sustentar o filho e se manter na faculdade.

Por fim, a *Entrevistada D*, que é trabalhadora doméstica (diarista) em Fortaleza nos fins de semana, viúva, tem dois filhos, foi professora somente no ano de 2016 e ainda não concluiu o curso de pedagogia.

Quais os fatores que contribuem para a configuração da “naturalização” da situação de pobreza, vulnerabilidade e dependência econômica aos favores da classe política local das mulheres mesmo que formadas?

Partimos da hipótese de que há, na realidade em estudo, uma associação de efeitos perversos do entrelaçamento de questões de gênero, classe e trabalho, gerando assim, desigualdades estruturais de gênero e precarização da docência. Como objeto de pesquisa, tentamos tecer uma crítica a naturalização das condições de vida e trabalho, impostas as mulheres pelo machismo e as estruturais desigualdades de classe.

Definimos como objetivo geral para essa pesquisa, analisar as relações de gênero construídas e vivenciadas por mulheres de Itapiúna-CE com formação em Licenciatura Plena em Pedagogia e Geografia e que trabalham como empregadas doméstica nas primeiras décadas do século XXI.

Elencamos ainda os seguintes objetivos específicos: Debater sobre o campo de possibilidades para as mulheres na política e na educação em Itapiúna através da análise da conjuntura local desde as primeiras décadas do século XXI aos dias atuais e compreender como as mulheres com formação em Licenciatura e que são empregadas domésticas significam as suas profissões a partir do entrelaçamento das relações de trabalho, educação e serviço doméstico.

Pensando na história oral como evidência e narração sociológica, é válido evidenciar que buscamos os fios que unem as diversas trajetórias, que, embora tragam semelhanças, sempre vão produzir símbolos diferentes e por isso também merecem ser analisadas para bem compreender a origem dos discursos e das experiências em um determinado tempo e lugar como destacam Benevides e Pinheiro (2018):

A história oral, dessa forma, possibilita apreender uma variedade de representações, visões e estratégias dos indivíduos socialmente inseridos em posições semelhantes, mas que, nem por isso, possuem, necessariamente, percepções similares. (...) Tais trajetórias, por sua vez, nos auxiliarão a refletir acerca das identidades e representações que, acreditamos, se remodelam na mobilidade, no percurso (BENEVIDES; PINHEIRO, 2018, p. 177).

Sobre a contribuição da história de vida de uma pesquisa, Becker (1997) enfatiza que

Ela descreverá aqueles episódios interativos cruciais nos quais novas fronteiras de atividade individual e coletiva são forjadas, nos quais novos aspectos do eu são trazidos à existência. Assim, é por conferir uma base realista a nossa imagem do processo subjacente que a história de vida serve aos propósitos de verificar pressuposições, lançar luz sobre organizações e reorientar campos estagnados. (BECKER, 1997, p. 110)

Desenvolver uma pesquisa trabalhando com as histórias de vida nos dá a possibilidade de conhecer o lado subjetivo dos processos que são construídos nas relações trabalhistas, familiares, públicas e privadas, que comumente são invisibilizados e desvalorizados. Não se trata de, simplesmente, narrar os fatos, mas buscar a essência dos jogos e tramas sociais, a fim de desnaturalizá-los e ressignificá-los.

A pesquisa interdisciplinar cria instrumentos para a construção da inteligibilidade da vida social, dando novo sentido a velhos problemas que, sem a abordagem adequada, ficariam imperceptíveis. O conhecimento pode ser repensado e reelaborado, apontando novos significados para os problemas investigados. A emergência da metodologia interdisciplinar não se dá pela negação do valor de cada disciplina, mas pela harmonia possível, entre elas, a capacidade de romper a naturalização das relações sociais. Ela nos leva a novos terrenos capazes de preencher lacunas do conhecimento e da percepção da realidade.

Para compreender a lógica do cotidiano e as suas especificidades, estruturamos a pesquisa a partir de perspectivas decoloniais e marxistas, com o intuito de problematizar a manutenção das condições de produção da subalternidade feminina e explicitar os modos pelos quais as mulheres são oprimidas por meio do sistema capitalista e da propriedade privada em que grande parte do trabalho feminino é desigual. Deste modo, desenvolveremos a pesquisa em três capítulos.

No capítulo I, *Relações sociais de subalternidade e cuidado: reflexões sobre a feminilização da docência e do trabalho doméstico no Brasil*, abordaremos a relação entre trabalho e educação, o desenvolvimento da existência humana e o processo educativo, a construção do trabalho docente como atribuição feminina e a origem do trabalho doméstico como função feminina, estruturação do patriarcado e do capitalismo.

Nos capítulos II, *A formação docente e o caminho das pedras*: debatendo sobre o campo de possibilidades de mulheres itapiunenses, faremos uma investigação sobre contexto histórico-geográfico e a conjuntura de Itapiúna nas primeiras décadas do século XXI para compreensão dos fenômenos sociais nas relações empregatícias, a presença das instituições privadas em Itapiúna, as ofertas dos cursos de Licenciatura, a formação docente e a extensa jornada de trabalho feminino.

No capítulo III, *Quem quer ser professora?* A história de vida de mulheres que fazem licenciatura no município de Itapiúna, faremos a análise de dados das entrevistas onde discutimos as condições, os sonhos e desafios das mulheres professoras do município de Itapiúna-CE.

1. TRABALHO, GÊNERO, RELAÇÕES DE SUBALTERNIDADE E CUIDADO

1.1 Trabalho e Educação

As mulheres brasileiras têm, nas últimas décadas, conquistado espaços de trabalho nas mais diferentes áreas. Ainda assim, sua condição geral segue permeada por estigmas de opressão e desigualdade, advindos de uma sociedade que segue estruturada no patriarcado. Indícios disso podem ser vistos na persistente associação das possibilidades e atribuições femininas à vida privada, ou seja, atreladas, ainda, ao âmbito doméstico. Desse modo, é sempre relevante problematizar as condições de subalternidade nas quais ainda vive a maioria das mulheres, principalmente no que se refere às suas relações de trabalho.

Partindo da categoria *trabalho* como base das relações econômicas e sociais, buscamos articular e compreender os discursos e os estereótipos associados às mulheres e à desvalorização de suas atribuições profissionais. De fato, as relações entre classe e trabalho são atravessadas longitudinalmente pelas distinções de gênero. Torna-se, então, um desafio problematizar questões referentes à subalternidade, à feminilidade e à vulnerabilidade social, inseridas em carreiras profissionais desprestigiadas, destacando a diversidade de papéis que as mulheres acumulam, a despeito de sua comum desvalorização. A limitada produção acadêmica na intersecção desses fatores pode colaborar para a naturalização da subalternização do trabalho feminino em posições historicamente relegadas ao desprestígio. Debater sobre a Formação Docente e o Trabalho Doméstico significa, portanto, contribuir com as discussões sobre desigualdade social e de gênero, de modo a almejar melhores políticas educacionais e trabalhistas para todas as mulheres.

Tendo em conta que a maioria, imensa, por sinal, do quadro docente do Ensino Fundamental e da categoria de trabalhadores/as domésticos/as, é de mulheres, qualquer medida que se proponha a melhorar a qualidade da educação e das condições desse trabalho deve considerar, preponderantemente, as questões de gênero. Superar socialmente a cultura de atribuir, exclusivamente, às mulheres a responsabilidade pelo cuidado da casa e dos/as filhos/as significará, por outro lado, uma conquista substancial na luta pela equidade de gênero, significando relações laborais mais justas e equilibradas no atendimento das necessidades sociais de desenvolvimento responsável e sustentável em benefício de todas/os. Para a elaboração desta pesquisa, a fim de tratarmos com

propriedade dos conceitos e das alterações no entendimento acerca das intersecções entre trabalho, gênero e educação, fez-se necessário um prévio levantamento bibliográfico. Sabemos que as/os sujeitas/os, historicamente, quando produzem as bases materiais de sua existência, produzem, igualmente, a consciência e as representações, a propósito de suas próprias vidas e subjetividades.

Buscamos, dessa forma, perceber no plano epistemológico dos saberes interdisciplinares em humanidades algumas maneiras, conforme as quais esses/as próprios/as sujeitos/as pautam as suas vidas, na intersecção de suas relações e representações entre classe, gênero e trabalho. No atendimento desse escopo, tencionamos a análise dos mecanismos reprodutores da exclusão, da alienação e das desigualdades nas correlatas relações e representações entre gênero, docência e trabalho doméstico nas vidas das mulheres.

Ao lançarmos o olhar sobre os processos, por meio dos quais a humanidade organiza e significa historicamente a produção de sua existência, percebemos que *trabalho* e *educação* são faces da mesma moeda, haja vista que se fazem inerentes à formação da consciência que os/as sujeitos/as têm e assumem de si mesmos/as. Para Saviani (1996, p. 152): “a educação coincide com as origens da própria humanidade, uma vez que, diferentemente dos animais, por meio do trabalho, os homens transformam a natureza para produzir as suas condições de existência e, ao agir sobre a natureza, adaptando-a às suas necessidades, os mesmos se educam nesse processo”.

Desse modo, as transformações ocorridas no mundo do trabalho influenciam direta, e profundamente, as estruturas e paradigmas da educação, e vice-versa. No contexto de escolarização da educação, o currículo, por exemplo, é proposto de acordo com as necessidades e exigências do mercado de trabalho, bem como a formação e a seleção de professoras/es se dão com base em critérios e habilidades que atendam a demanda mercadológica. Ao pensar as relações e as interações entre trabalho e educação, Frigotto (1984) destaca que as diferentes mediações que se estabelecem entre estes processos ocorrem de forma mediata, perpassadas por múltiplas determinações econômicas. O conflito existente entre capital-trabalho atravessa, então, todas as relações sociais, inclusive, e especialmente, as práticas e instituições educacionais. Dessa forma, a produção e a utilização do saber constituem-se, também, como relações de classe e de gênero.

De acordo com Censo da educação básica de 2020, em todas etapas da educação básicas as mulheres são maioria, ou seja, as professoras correspondem a 96% da docência

na educação infantil, sendo 88,1% nos anos iniciais, 66,8% nos anos finais do fundamental e 57,8% do quadro docente do ensino médio.

Esse quadro docente sofre alterações no que se refere ao ensino superior, em que, notadamente, não há equidade de gênero, sendo as professoras ainda minoria no corpo docente. Vale salientar que no nível de ensino em que a renda salarial é mais alta, há uma predominância masculina no corpo docente, reforçando, assim, os marcadores discriminatórios de classe e gênero na atualidade.

Vejamos as conclusões apresentadas pelo Panorama da Educação no Brasil.

Na média, as mulheres representam 70% do total de docentes de todos os níveis educacionais combinados. A maior concentração delas está nos primeiros níveis educacionais; conforme esses níveis se elevam, essa concentração diminui. Isso acontece tanto na média dos países da OCDE e parceiros quanto no Brasil. Enquanto mulheres representam 95% dos professores da pré-escola no Brasil, na educação superior, o corpo docente é formado em sua maioria por homens; as docentes correspondem a 45% da categoria (BRASIL, 2020, p. 31).

Esses são dados importantes para a compreensão das causas de desvalorização e detenção da mão de obra feminina sob as injunções patriarcais do capitalismo e a visão depreciativa sobre a docência. Em quase todos os países considerados subdesenvolvidos, é uma profissão bastante desvalorizada, confundida com atribuições de cuidado e maternagem. Ao tecer uma análise sobre as faces e estruturas excludentes do capitalismo, Marx e Engels (1977, p. 70) esclarecem que “a primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. E neste arranjo, as mulheres foram impolidas de cuidar dos filhos e do lar, sempre no ambiente privado, e, por consequência, tendo diversas privações na vida. Enquanto os homens saíam para prover o sustento da família, garantiam o domínio de outras esferas da vida, como o acesso a melhores condições de educação e trabalho.

Engels (1978, p. 17), em *A origem da Família, da propriedade privada e do estado*, observam a origem das desigualdades no mundo do trabalho a partir da estreita relação classe e gênero. Para ele “O primeiro antagonismo de classe que aparece na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher no casamento monogâmico, e a primeira opressão de classe com o sexo feminino pelo sexo masculino”.

O ideal de sociedade e feminilidade elaborado pelo capitalismo criam instrumentos para a subalternização das mulheres capazes de organizar os espaços privados e limitados como o lar e é eternamente dependente do marido, que deve ser o provedor, chefe da família nuclear e tem seu trabalho mais valorizado socialmente pois

produz mercadoria de forma visível. Essa organização baseada na fragilidade feminina “era a representação requerida e estratégica para o sucesso de três projetos de peso: a nova ordem capitalista; a colonização dos territórios invadidos; e a modernidade.” (SOUSA, 2017, p. 40).

Conforme Walter Mignolo (2017):

Colonialidade” equivale a uma “matriz ou padrão colonial de poder”, o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade. E descolonialidade é a resposta necessária tanto às falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como à violência da colonialidade (MIGNOLO, 2017, p. 13).

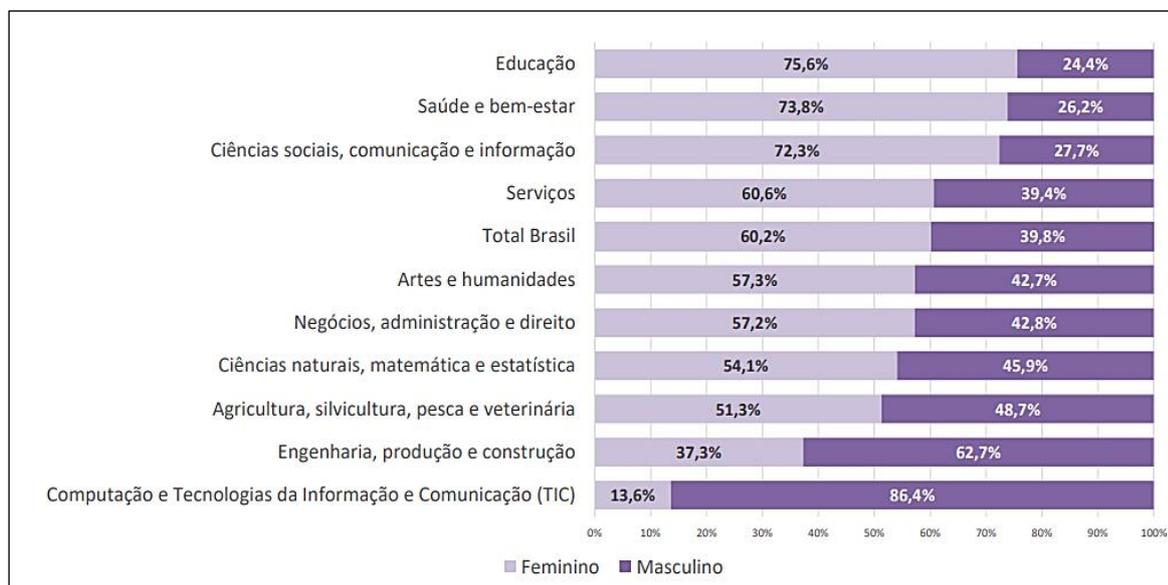
A imposição da colonialidade é expressa na subjugação das mulheres através do sistema de gênero, que é reproduzido entrelaçando as categorias de raça e classe, e fortalecendo o padrão de poder capitalista. Desse modo, “além da questão econômica, existe a problemática ligada ao gênero (...) facilitou ou naturalizou a utilização da mulher de diferentes segmentos econômicos como massa de manobra do sistema produtivo” (SOUSA, 2017, p. 43).

Analisando a presença das mulheres nas estruturas ocupacionais na conjuntura atual, Zientarski e Oliveira (2019) afirmam que

Contemporaneamente, é comum mulheres estarem em guetos profissionais, elas são maiorias em profissões como: enfermeiras, professoras da educação básica e, principalmente, empregadas domésticas. Estas últimas carregam toda sorte de estigmas e preconceitos, o que representa o retrato mais fidedigno do trabalho precarizado, desregulamentado e que guarda o ranço da escravidão exercido em sua maioria por mulheres negras (OLIVEIRA;ZIENTARSK, 2019, p. 265).

Vejamos, na Figura 1, a proporção de homens e mulheres concluintes no ensino superior.

Figura 1 – Distribuição percentual dos concluintes de graduação, por sexo, segundo as grandes áreas dos cursos – Brasil 2019



Fonte: Censo da educação superior 2019, p. 68.

Podemos observar um aumento da escolaridade das mulheres, entretanto, ainda permanecem marginalizadas ao que tange aos campos como engenharia, tecnologia da informação e da comunicação, construção e no mercado de trabalho. Assim, é notável o controle do poder, do trabalho, do ser, na opressão de mulheres e na precarização do trabalho.

Há uma disparidade de gênero na educação superior e no mercado de trabalho, pois, embora tenha uma predominância do percentual feminino no ensino superior, as oportunidades de estarem empregadas são menores para as mulheres. De acordo com o relatório internacional *Education at Glance* (2021), divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)³, “em média, nos países da OCDE, 80% das mulheres com ensino superior (com idades entre 25 e 34 anos) estavam

³A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), juntamente com o Instituto Internacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgam o relatório anual com estatísticas educacionais com o objetivo de fazer uma comparação internacional, levando em conta a realidade educacional e promover o subsídio para formulação de políticas públicas. A OCDE é uma organização de países ricos composta por 38 países-membros e 8 parceiros (entre esses, o Brasil). Participam do *EaG* 2021 os seguintes países: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Índia, Indonésia, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Eslovaca, República Tcheca, Rússia, Suécia, Suíça e Turquia. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/acoes-internacionais/inep-divulga-education-at-a-glance-da-ocde> Acesso em: 10 de nov. de 2021.

empregadas em 2018, em comparação com 87% dos homens. No Brasil, as taxas de emprego foram de 77% para mulheres e 85% para homens” (BRASIL, 2021, p. 7).

Observando a permanência da reprodução do pensamento ocidental baseado nas relações binárias, como por exemplo, homem/mulher, pobre/rico, e os prejuízos que as raízes patriarcais reforçam, Sousa (2017, p. 41) reconhece que “ainda hoje alimentam a sobrevivência do pensamento binário, excludente e machista que insiste em subjugar o desigual. Situação agravada pela questão de classe social, carimbo nefasto das sociedades capitalistas”.

Segundo Lugones (2014, p. 942), é através do sistema gênero que conseguimos ver a real dimensão da força opressora da modernidade e da colonialidade, principalmente sobre as mulheres e os homens de cor, pois “o sistema de gênero é não só hierárquico, mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero às colonizadas.”

Podemos pensar as dinâmicas do mundo do trabalho sem a perspectiva de gênero e as dicotomias da colonialidade? É certo que para entendermos a divisão dos conceitos de trabalho, um dos pontos de partida é divisão sexual do trabalho em trabalho doméstico, profissional, formal, informal, remunerado e não remunerado que impõe para as mulheres a realização de atividades totalmente gratuitas, socialmente desvalorizado e com baixa remuneração.

Como afirma Lugones:

A colonialidade do gênero permite-me compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado (2014, p. 941).

A desigualdade na divisão sexual do trabalho, potencializam as desigualdades sociais entre homens e mulheres, ao passo que essa bipolarização limita a participação das mulheres em atividades profissionais mais valorizadas financeiramente e as confinam em trabalhos de cuidados e informalidade. Deste modo, também podemos afirmar que a dinâmica de classe não pode ser compreendida sem a perspectiva de gênero.

Alguns indivíduos condensam em torno de si múltiplos fatores discriminatórios como é o caso das mulheres negras trabalhadoras. Estas pertencem a uma Classe social, a um Gênero e a uma Etnia marcadas por exploração econômica e dominação política. Esse processo é pautado nos mais diferentes níveis de expropriação explicam a posição dessas mulheres na base da pirâmide social brasileira, onde recebem os piores salários e trabalham majoritariamente em empregos precarizados. Nesse prisma, é a mulher negra

que melhor simboliza a total ausência de direitos sociais no Brasil (OLIVEIRA; ZIENTARSKI, 2019, p. 262-263).

O trabalho doméstico sub-remunerado, exercido majoritariamente por mulheres negras oriundas de regiões e/ou situações de extrema pobreza, é, por sua vez, uma das atividades mais disseminadas em todo o mundo capitalista. Já o trabalho doméstico sem remuneração, feito por muitas mulheres em seus lares, como prova de amor e dedicação à família, é uma forma de reforçar a desvalorização do trabalho feminino e impulsionar o acúmulo de atividade exaustiva, mal remunerada e a permanência na condição de vulnerabilidade social.

Segundo Hirata (2014):

No caso do Brasil, as mulheres brancas e negras têm trajetórias duradouras nas ocupações de menor prestígio e de más condições de trabalho, como o emprego doméstico, atividade em que as mulheres negras são mais numerosas. Ambas estão também sobre-representadas no item desemprego. Homens brancos e negros estão sobre-representados nas trajetórias de emprego formal e de trabalho autônomo, embora os últimos em menor proporção (HIRATA, 2014, p. 64).

Homens e mulheres negras têm mais dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho e os mesmos estão em um maior quantitativo de trabalhadores sem carteira assinada e em trabalhos precários.

Conforme Santos (2007, p. 02) “As desigualdades sociais são produtos das condições de acesso desproporcional aos recursos materiais, simbólicos, frutos das divisões sociais”. Desse modo, devemos considerar também a análise das desigualdades a partir da categoria gênero e classe que afeta às mulheres e homens como forma de dominação, sem, com isso, esquecer as imposições raciais e coloniais como forma de controle e reprodução de opressões, como por exemplo, na constante exploração do trabalho das mulheres e distribuição de poder econômico.

Para Santos (2002, p. 14) “A noção de localização dentro das relações de classe situa os indivíduos em relação aos poderes e recursos produtivos que são importantes na estruturação de padrões de interação social”. Portanto, ao falarmos em classe, não nos referimos a grupos com mesma ocupação profissional, e, sim, aos mesmos sujeitos/as que pertencem a idêntica posição das relações sociais de produção. Dito isso, partimos do entendimento de que os indivíduos que pertencem a mesma estrutura de classe, irão desenvolver relações sociais semelhantes e a ainda terão um campo de possibilidades mais amplo e restrito em diversas esferas da vida, entre elas as condições de acesso à educação, trabalho de qualidade, bem-estar e subjetividade. É perceptível a lógica que

opera na destruição de renda, de riqueza, bem como na discussão sobre a dignidade humana.

Como esclarece Antunes (2000):

As relações entre Gênero e Classe nos permitem constatar que no universo do mundo produtivo e reprodutivo vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (ANTUNES, 2000, p. 109.).

Por muito tempo se pregou que o homem era superior a mulher dada a força física. Essa percepção desigual das capacidades de homens e mulheres que foi socialmente construída entre esses indivíduos tem impacto nas diversas formas de opressões na vida das mulheres da contemporaneidade. Além de refletir sobre as condições de gênero nas complexas relações cotidianas, é válido considerar a posição que as mulheres ocupam na posição de classe, pois é possível compreender, a partir do lugar que ocupam, os elementos que podem potencializar as relações de subordinação, precariedade e a possibilidades para suas escolhas, bem como sua trajetória pessoal e profissional.

1.2 Relações de poder e configuração da docência como atribuição feminina.

O mercado de trabalho, a partir da segunda metade do século XX, passou por transformações muito profundas, as quais foram substanciais para as classes trabalhadoras. Dentre essas mudanças, a despeito das mais recentes flexibilizações neoliberais de direitos e garantias, destacamos a entrada progressiva e definitiva das mulheres em todos os setores e segmentos, ainda que minoritária, a sua participação em cargos estratégicos de liderança e em altas decisões políticas, econômicas e tecnológicas. Apesar de ser considerada uma grande conquista, a inserção paulatina das mulheres nas relações trabalhistas e institucionais ainda lhes opõe uma série de barreiras e resistências, as quais - de ordinário - são praticamente desconhecidas pelos homens. Por outro lado, o fato de profissões como Professora da Educação Infantil e Empregada Doméstica seguirem, quase que exclusivamente, “femininas”, também traz persistentes consequências negativas às condições de vida e trabalho da maioria das mulheres.

As associações, sutis ou não, de muitas profissionais aos estereótipos de “tia”, moças moralmente corretas, cuidadoras, gentis e atenciosas, sempre disponíveis para servir, acompanham as professoras que atuam nas séries iniciais da Educação Básica,

mesmo às que buscam qualificação e reconhecimento, sendo ainda muito mais persistentes com as negras, pobres e advindas do interior. No nosso caso específico, ao se inserir em uma sociedade mantida em critérios patriarcais, clientelistas e conservadores, que, em todos os expedientes de poder e institucionais, valoriza a supremacia do homem branco, a maioria das Professoras se depara com uma enormidade de práticas e preconceitos machistas, contrários a si, aos seus modos de subjetivação e ao reconhecimento de sua profissão.

Além da estruturação dos fatores que seguem associando a carreira do Magistério Infantil e Fundamental a uma “improvisada” e “desprestigiada ocupação feminina”, temos a observar a específica condição histórica de formação de nosso capitalismo periférico e tardio: racista, sexista, elitista e, conseqüentemente, de planejada desvalorização da educação como forma de conscientização política.

Vale salientar que não é só o fator *gênero* que reforça a subalternidade feminina no mundo do trabalho. São vários os marcadores que concorrem para isso: institucionais, morais, religiosos, ideológicos, estéticos, além da desigualdade étnico-racial, de origem e, finalmente, de gênero.

Scott (1995, p. 88), ao analisar os impactos do gênero nas relações sociais, simbólicas e institucionais, define o gênero como um campo político no qual o poder é organizado, para a pesquisadora “O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”.

“A política constrói o gênero e gênero constrói a política” (SCOTT, p. 88), pois a percepção social sobre os corpos masculinos e feminino é uma forma de dominação socialmente construída causando impacto nos aspectos subjetivos e concretos da vida, como o direito decidir sobre seu próprio corpo. Os efeitos do gênero podem ainda ser percebidos no “mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção de gênero”, (Ibid p. 87), estruturando e limitando, assim, as profissões que as mulheres devem se identificar, os cargos que devem ocupar, já que mesmo com a feminização da docência, os homens ainda são os mais bem remunerados e o preenchem os cargos de maior prestígio social na área da educação.

Conforme Lugones, “compreende-se a colonialidade do gênero como exercícios de poder concretos” (LUGONES, 2014, p. 948) e através de suas análises compreendemos a opressão de gênero no sistema capitalista vigente que perpetua a

classificação do poder, do gênero, da subjugação dos povos e em nome da civilização justificava a colonização da noção de si.

Paras as autoras pautadas anteriormente, gênero e poder são construídos reciprocamente e convocando para questionar as condições e os papéis imposto pela colonização que permitem a proliferação de diversas formas de dominação. Lugones esclarece que “o feminismo não fornece apenas uma narrativa da opressão de mulheres. Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir a ela” e que “descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social.” (Ibid, p. 940).

Scott (1995), ao tecer uma crítica sobre a opressão e a forma como o gênero dar sentido as relações sociais, propõe a superação das desigualdades, reforçando o compromisso feminista com análises que levam a mudanças, entre ela, a percepção de que a mulher é um ser inferior, ou uma categoria vazia de significados. Para Scott (1995), explorar as questões de gênero é entender que as relações que foram construídas de formas dicotômica e excludentes podem ser ressignificadas e assimilados de outra forma. Assim, “o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça” (SCOTT, 1995, p. 93).

Conforme a aceção de Hirata (2015, p. 3), “não podemos mudar a divisão sexual do trabalho profissional sem mudar a divisão sexual do trabalho doméstico, a divisão sexual do poder e do saber na sociedade”. Para a especialista em sociologia do trabalho e gênero, a precarização do trabalho feminino tem origem na divisão sexual e paradoxal do trabalho, em que

as responsabilidades tradicionais das mulheres pela educação das crianças estruturam mercados de trabalho que são desvantajosos para as mulheres, resultando em um poder desigual no mercado econômico que, por sua vez, reforça e exacerba o poder desigual na família. Essas relações entre trabalho/família/sociedade, e trabalho/saber/ poder, formam um círculo vicioso e não virtuoso (HIRATA, p. 2015, p. 4).

Se “não se nasce professora, tornar-se professora”,⁴ logo, podemos afirmar que não existe um destino biológico ou um desejo natural das mulheres quererem assumir

⁴ Expressão parafraseando a clássica frase “Ninguém nasce mulher: tornar-se mulher” da filósofa feminista Simone de Beauvoir. Para ela, não há um destino biológico que define o que é ser mulher e defende a distinção entre sexo e gênero. O sexo é compreendido como fator biológico, ligado à constituição físico-química do corpo humano e o gênero é construído pela sociedade e não um dado natural, ou seja, é um

somente as profissões e os cargos que exigem um perfil com as habilidades ditas femininas. Articulando uma reflexão sobre as condições da feminização da docência Chamon (2006) aponta que

A associação entre ensino elementar e trabalho feminino tem sido considerado como um fato 'natural' nos mais diferentes contextos e segmentos sociais em todo o mundo ocidental. A personificação do ideal da professora da escola elementar foi se cristalizando ao longo de anos no imaginário social como um profissional da virtude, do amor, da dedicação e da vocação. A dignidade do ofício, a nobreza de sua missão, a exaltação do zelo só comparável às causas religiosas e patrióticas, ainda hoje, materializam a ética do ideal de professora. Esta idealização, no entanto, não é um fenômeno singular da sociedade brasileira, mas algo que passou a integrar o imaginário social em diferentes contextos culturais, a partir de determinados momentos históricos. Este fato nos leva a supor que tal idealização não se deu de forma gratuita, mas que foi construída historicamente para cumprir funções políticas (CHAMON, 2006, p. 03).

Portanto, entender como o trabalho docente se configura uma atribuição feminina é arregimentar os processos atualizados na divisão sexual e social do trabalho para hierarquizar profissões e profissionais que reforçam sistema binário de gênero, ao mesmo tempo nos levam a querer desmistificar e desnaturalizar esses ideais e formas de controle social. “Falar em termos de divisão sexual do trabalho deveria permitir ir bem além da simples constatação de desigualdades. E aqui se chega à segunda acepção, segundo a qual falar em termos de divisão sexual do trabalho é: mostrar que essas desigualdades são sistemáticas [...]” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

Partindo do princípio da separação do trabalho em funções de homem e de mulher, e do princípio hierárquico em que trabalho de homem vale mais que trabalho de mulher, estruturado no pensamento europeu hegemônico com processo de colonização, faremos algumas considerações sobre a representação histórica sobre a docência e o gênero feminino.

A feminilização do magistério ocorreu com o processo de urbanização e industrialização no Brasil, ao passo que eram ofertados mais setores de empregos para os homens que desempenhavam a nobre missão de cuidar e educar as crianças, já as mulheres tinham sua credibilidade posta em dúvida em relação a essa tarefa. Outros discursos foram criados para justificar o magistério como um trabalho essencialmente

padrão de comportamento sobre o que é ser ou homem ou mulher que atribui diferentes estereótipos determinando gênero.

feminino, entre eles, a ideia de que era uma ampliação da maternidade, partindo, assim, do pressuposto de que toda mulher deseja se tornar mãe no futuro.

Para discutir em torno das atribuições do magistério vamos ao que diz Louro (2004).

[...] passam a ser associadas ao magistério características tidas como “tipicamente feminina”: paciência, minuciosidade, afetivação, doação. Características que, por sua vez, vão se articular à tradição religiosa da atividade docente, reforçando ainda a ideia de que a docência dever ser percebida mais com um sacerdócio e não uma profissão. Tudo foi muito conveniente para que se construísse a imagem de das professoras como trabalhadoras dóceis, dedicadas e pouco reivindicadoras, o que serviria futuramente para lhes dificultar a discussão de questões ligadas a salários, carreira, condições de trabalho etc. (2004, p. 450).

A configuração do trabalho docente como uma atribuição feminina é criada a partir de uma performance e uma matriz de referência baseada na concepção de família patriarcal europeia que privilegia o papel do homem no núcleo familiar e social. O homem, o chefe da família, deveria ser principal provedor da família, aquele que faz o trabalho realmente produtivo, aquele que busca o sustento da família fora de casa. Já as mulheres, constituiriam um papel secundário na família e foram configurando uma força de trabalho massiva. Devem trabalhar perto de casa e possuir uma renda salarial baixa, pois seria só para o complemento das despesas da casa e, conseqüentemente, foram ocupando uma profissão com baixo prestígio social e mau remunerada.

Portanto, “a luta no terreno cultural mostrava-se (e se mostra), fundamentalmente, como uma luta em torno da atribuição de significados – significados produzidos em meio a relações de poder” (LOURO, 2008, p. 21).

Tanto a feminização, quanto a feminilização do magistério, são produtos da modernidade capitalista e da colonização que produziram uma imagem do gênero feminino com traços de fragilidade, sempre dependente da tutela masculina que se efetiva na figura do pai ou do marido. Nessa matriz de referência portuguesa, o gênero feminino é percebido como o que precisa de cuidados e, concomitantemente, pode ser menosprezado e subjugado.

Foi a conciliação das funções domésticas e familiares das mulheres que possibilitou a mulher a chegar em sala de aula e atribuição da docência como atividade tipicamente feminina e, assim, há um acúmulo de tarefas para as mulheres que desdobram entre a vida familiar e profissional, ao mesmo tempo que as mulheres tinham a função de propagar os valores morais e a escola seria esse o espaço mais adequado.

Consciente da necessidade de valorizar o trabalho docente e destacar os limites dos laços familiares e profissionais, Freire (1997) se recusa a nomear as professoras como “tias”, precisamente porque esse termo se associa à ideia de intimidade, disponibilidade e suscetibilidade, eclipsando - sob uma falsa aparência afetiva - às exigências e prerrogativas profissionais do Magistério.

Na verdade, a origem e a difusão do termo *tia*, associado às Professoras da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, se dá a partir das creches e pré-escolas, que, há bem pouco tempo, existiam apenas na rede privada de ensino. Designar as Professoras de *tias* implica, nesse contexto, em propagar o estereótipo de que elas são como as babás e as cuidadoras *fora de casa*, de que *na escola* elas não representam senão a continuação do mesmo esquema doméstico, burguês e patriarcal. A essas *tias* não lhes cabe questionar muita coisa, haja vista serem tratadas, supostamente, como agregadas *da família*. A intensidade do contato e do vínculo afetivo entre as Trabalhadoras da Educação e as crianças não deve, todavia, em nenhum caso, se tornar motivo para explorações e abusos, como desrespeitos, pagamento insatisfatório e sobrecarga de trabalho. Ao exercer a crítica ao termo *tia*, Freire (1997) salienta que “ensinar é profissão que envolve certa tarefa, militância e especificidade, enquanto *ser tia* é, diversamente, viver uma relação de parentesco” (FREIRE, 1997, p. 09, *grifos nossos*).

Subsidiando a nossa compreensão sobre o processo e feminização do magistério, Almeida (1998) esclarece que:

O raciocínio positivista que fundamentou os primórdios da República no Brasil esforçou-se por delegar ao sexo feminino a incumbência de difundir valores morais e familiares adequados aos seus princípios, ajustando-se perfeitamente às referidas profissões e à concepção de que a instrução da mulher só teria sentido se trouxesse algum benefício ao universo familiar e privado e, é óbvio, se irradiasse seus ímpetos moralizadores para a esfera pública. E, dificilmente, será identificado lugar mais propício à disseminação de ideias e à intervenção estatal na ordem social do que a escola de forma que “[...] o magistério de crianças configurou-se bastante adequado ao papel da mulher como regeneradora da sociedade e salvadora da pátria [...]” (ALMEIDA, 1998, p.33).

A docência nem sempre foi uma profissão majoritariamente feminina. O início desse processo se dá no século XIX e se concretiza no século XX. Com o desenvolvimento do capitalismo industrial e abertura de novos merc

ados de trabalho, para que os homens pudessem buscar novas oportunidades de emprego e uma melhor renda. Nessa conjuntura, seria desonroso para os homens continuar em uma profissão que foi adquirindo baixo prestígio social gradativamente, como o magistério.

Vamos ao que diz Chamon (2006) sobre esse processo:

As relações de trabalho tinham sido concretamente redefinidas numa nova organização do processo de trabalho, que passou a desprezar o saber do professor e a desvalorizar o seu trabalho, pagando baixos salários pelos serviços prestados. O governo não assumia o sistema de instrução pública como sua responsabilidade, transferindo para os professores a culpa de todos os seus insucessos (CHAMON, 2006, p. 07).

No Brasil, com a difusão do sistema de educação pública na Primeira República, as mulheres recebem uma missão civilizatória de educar as crianças, conduzindo a moral e aos bons costumes, atribuindo um caráter missionário e filantrópico a profissão. Com essa articulação, há uma hierarquização das profissões “com destaque para o ensino que se prestava tanto ao papel de “[...] propagação do ideal doméstico de feminilidade [...]”, docilidade e submissão, quanto ao de “[...] regulador da distância entre as mulheres das diferentes classes sociais” (CHAMON, 2005, p. 56).

No século XX a docência é consolidada como uma atividade tipicamente feminina, devido às transformações sociais e políticas na América Latina que possibilitaram a participação em massa das mulheres no mercado de trabalho. Neste período, o projeto de vida da maioria das mulheres estava baseado no casamento e na formação de um núcleo familiar, logo, romper esse padrão significava ameaçar a ordem social. Portanto, o que estava reservado às mulheres de classe média eram os laços matrimoniais, dependência econômica do marido, a manutenção da classe e da ordem social.

Assim como para os homens, era um desprestígio para as mulheres de classe média ser professora. Para outras mulheres em situação de vulnerabilidade econômica, o magistério surge como uma possibilidade de se manter sem dependência do marido ou outro familiar. Sobre a configuração do trabalho docente com trabalho de classe inferiorizadas, Magaldi esclarece que

A profissionalização da mulher proveniente dos segmentos sociais médios e dominantes, representada principalmente pela função de professora, era, naquele contexto social, uma hipótese remota, apenas admitida como solução em um caso de extrema necessidade muito imperiosa e, mesmo assim, significando quase que uma vergonha para a mulher ou a família que a adotasse (MAGALDI, 1992, p.68).

Mesmo diante de tantas barreiras impostas pelo patriarcado e o capitalismo, as mulheres conseguiram acessar o espaço público e escrever sua história na Educação para além dos estereótipos, transcendendo os papéis de docilidade e mansidão. Superando o discurso de vocação, filantropia e amor piegas, se inserem no campo da educação com

intelectualidade, com debates e fazer reivindicações por melhores condições de vida e trabalho. E “Apesar de a profissão docente surgir marcada por estereótipos de maternidade, ela representou o primeiro passo dado pelas mulheres, naqueles tempos, para obterem alguma instrução e conseguirem o ingresso no campo profissional” (ALMEIRA, 1998, p. 12).

Sobre o poder disciplinar do capitalismo, podemos afirmar que:

Não há dúvida de que tanto o patriarcalismo, quanto o capitalismo não pouparam esforços para difundir e consolidar mais e mais as prerrogativas de suas ideologias, contudo é importante mencionar a atuação ardilosa do “poder disciplinar” como instrumento reforçador dos ímpetos dominadores de tais ideologias (SOUSA, 2017, p. 46).

Ao analisar as permanências e mudanças no âmbito do trabalho numa perspectiva de gênero nas primeiras décadas do século XXI, Hirata (2015, p. 07) aponta que “a despeito do melhor desempenho escolar das mulheres em relação aos homens em quase todos os países industrializados, a situação de inferioridade das mulheres no mercado de trabalho permanece.”

Tanto a docência, como o trabalho doméstico remunerado podem ser considerados uma porta de entrada para o mercado trabalho principalmente para algumas mulheres, notadamente, as mais pobres. Como observa Sousa (2017, p. 45), “Poder, classe social, sexismo: questões dolorosas que implicam nas posições ocupadas pelos sujeitos e que, apesar dos vigorosos esforços de libertários(as), progressistas e feministas, persistem na pauta da História recente”.

Portanto, ao mesmo tempo que as mulheres tentam satisfazer suas necessidades materiais e ocupam funções no mercado de trabalho, nessa conjuntura produzida pelo patriarcado e pelo capitalismo, elas (nós!) ampliam a mais-valia, isto é, a produção de riqueza com a intensificação do trabalho e diminuição dos salários com relação ao valor da força de trabalho. Afinal,

A questão de fundo que se esconde no patriarcado, no capitalismo e nas disciplinas é a que diz respeito ao lugar do sujeito nas relações entre o saber e o poder. O poder sobre o corpo, sobre as vontades. O exercício do poder. Não é a demonstração do poder, ou a imposição do poder ou, ainda, a outorgação do poder. É o poder atuando por meio de uma anatomia que conforma, esculpe, ajusta os corpos, mas não para deles se apossar no sentido literal. [...] neste cenário, à mulher cabe procriar, cuidar do corpo para esse fim. À mulher são bem-vindas as profissões “maternais”. À mulher, o espaço doméstico. À mulher, o recato e o silêncio (SOUSA, 2017, p.45).

Ao se inserirem no mercado de trabalho de forma vulnerável e precária, as mulheres atendem principalmente, aos interesses econômicos do sistema capitalista através da exploração da mão-de-obra feminina com o recebimento de salários pífios e sem os direitos trabalhistas garantidos.

1.3 Trabalho doméstico remunerado: analisando as relações patriarcais e capitalistas

O Brasil foi o último país do ocidente a abolir a escravidão e, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), ele está entre os três países que mais tem sido propagado o trabalho doméstico, ficando atrás somente do Paraguai e da Argentina. Para possuir uma vasta mão de obra barata, como o trabalho doméstico, os países devem ter como característica a ampla desigualdade social entre as classes que permite a manutenção de privilégios de uma classe e a exploração de outra, que se encontra em vulnerabilidade.

Entender o regime colonial moderno é fundamental para a compreensão da configuração das instituições, os arranjos sociais e a exploração da mão de obra feminina na atualidade. Apesar da independência e do fim do sistema escravista, a colonialidade segue presente nos pilares institucionais e nas tramas do cotidiano marcado pelo racismo velado/escancarado, pelo mandonismo, pelo fisiologismo político, valorização dos saberes e valores eurocêntricos e desprezo pelos saberes indígenas e africanos.

Compreendendo o contexto de exploração do trabalho doméstico e as questões de gênero, destacamos que na situação das mulheres na América Latina, o conceito de colonialidade nos ajuda a compreender melhor como as relações entre trabalho doméstico e desigualdade social são fatores que contribuem para que as mulheres, em especial as mulheres negras sigam ocupando estes espaços de subalternidade na sociedade. Em 2017 o caso de racismo com a professora e historiadora Luana Tolentino, de Belo Horizonte, ganhou visibilidade nas redes sociais. Em seu trajeto para casa, foi cumprimentada por uma senhora de pele branca que, com intenção de lhe contratar para os serviços domésticos, perguntou se moça fazia faxina. Com segurança a professora respondeu: “Não faço faxina, faço mestrado.”

Luana Tolentino comenta sobre o racismo estrutural associado ao trabalho doméstico, cor e gênero:

No imaginário social está arraigada a ideia de que nós negros devemos ocupar somente funções de baixa remuneração e que exigem pouca escolaridade. Quando se trata das mulheres negras, espera-se que o nosso lugar seja o da empregada doméstica, da faxineira, da babá e da catadora de papel. Não importa os caminhos que a vida me leve, os espaços que eu transite, os títulos que eu venha a ter, os prêmios que eu receba ⁵.

A professora Luana Tolentino afirmou que já foi faxineira nos primeiros anos da graduação e, ao responder, não quis desqualificar a profissão de doméstica, mas questionar os estigmas que carrega por ser mulher negra. Refletindo sobre as relações coloniais que atravessa a história, Lugones (2014, p. 948), assevera que “a tarefa da feminista descolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la.” Assumir uma postura descolonial é, também, contribuir com a reconstrução de narrativas que foram silenciadas e conhecimentos que foram subalternizados, é desenvolver um olhar singular para os sujeitos capaz de reconhecer sua trajetória com múltiplas dimensões e possibilidades. É ir além da visão condicionante do regime colonial moderno que rotula determinados saberes e sujeitos como inferiores.

Na perspectiva de Lugones (2014):

É nas histórias de resistência na diferença colonial onde devemos residir, aprendendo umas sobre as outras. Compreende-se a colonialidade do gênero como exercícios de poder concretos(...) Conforme a colonialidade infiltra cada aspecto da vida pela circulação do poder nos níveis do corpo, do trabalho, da lei, da imposição de tributos, da introdução da propriedade e da expropriação da terra, sua lógica e eficácia são enfrentadas por diferentes pessoas palpáveis cujos corpos, entes relacionais e relações com o mundo espiritual não seguem a lógica do capital (LUGONES, 2014, p. 948).

Na dinâmica do sistema capitalista, as classes mais privilegiadas sempre quiseram tirar proveito das desigualdades de gênero, das desigualdades sociais e raciais também. A mão de obra feminina com baixa escolaridade, e sem experiência profissional, é intensamente inserida no mercado de trabalho através do trabalho doméstico remunerado.

Ainda que sejam recorrentes as crenças e as práticas patriarcais, as quais seguem associando, em grande parte do mundo, o trabalho das mulheres às ocupações domésticas, manuais, servis e de cuidado com as crianças, Engels (2000) nos afirma que, nem sempre, elas estiveram submissas aos homens. O que historicamente ocasionou as opressões e as desigualdades de gênero. Ainda segundo ele, foi precisamente a origem da propriedade

⁵ Luana Tolentino costuma escrever em suas redes sociais sobre feminismo, questões raciais e práticas pedagógicas, postou em suas redes sociais o caso de preconceito e exclusão como forma de forma de questionar a sociedade e herança cultural colonial. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/voce-faz-faxina-nao-faco-mestrado-sou-professora/> Acesso em: 11 nov 2021.

privada com a nova forma de organização e ordenação familiar que essa percepção do status da mulher, enquanto trabalhadora, passou a vigorar. É com a acumulação primitiva do capital que se finda a igualdade entre os gêneros e o trabalho feminino passa a ser internado no âmbito doméstico, controlado e subordinado à esfera privada do patriarcado. De acordo com essa concepção de Engels (2000), a propriedade privada dos meios de produção ultimou a subordinação das mulheres ao poder masculino, o que se transmitiu às diversas esferas sociais subsequentes à família burguesa na economia, na política, na cultura e, notadamente, na organização do trabalho. No contexto colonial do sistema-mundo-moderno, as sociedades periféricas, (ex)dominadas e de origem escravocrata, intensificaram, no entanto, ainda mais, essas matrizes capitalistas de submissão, exploração e violência generalizada contra as mulheres, sobretudo, às negras, mestiças e mais pobres.

De acordo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o perfil do trabalho doméstico remunerado ainda

é caracterizado por uma atividade precária, com baixos rendimentos, baixa proteção social, discriminação e até assédio. Mais de 6 milhões de brasileiros dedicam-se a esses serviços como mensalistas, diaristas, babás, cuidadoras, motoristas, jardineiros ou quaisquer outros profissionais contratados para cuidar dos domicílios e da família de seus empregadores. Desse total, 92% são mulheres – em sua maioria negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda (IPEA, 2019, P. 69 e 70).

Analisando as condições de trabalho e gênero no período da escravidão Davis (2016) ratifica que

As mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava; e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência (DAVIS, 2016, p. 39).

As mulheres negras sempre foram vistas como fonte de exploração e manutenção do sistema econômico e, assim, eram “desnaturados” os traços de feminilidades considerados com um atributo natural das mulheres brancas. Para Pereira (2012), não é possível superar a herança do período escravocrata apenas com a regulamentação da profissão doméstica.

O trabalho doméstico carrega um estigma social difícil de ser simplesmente compensado com aumento de salário ou garantias extraordinárias advindas das

negociações informais. As discriminações estão fortemente alicerçadas nos domínios culturais. Os processos de superação dos modelos tradicionais de organização, movidos pelas agências modernizadoras que impõem a questão da profissionalização -, encontram obstáculos nas sutilezas ideológicas que contribuem para a naturalização do servir. (PEREIRA, 2012, p. 105).

Na década de 1940, há um aumento de número de trabalhadores nas indústrias brasileiras e na produção agrícola devido a redução das importações durante a Segunda Guerra Mundial e um aumento das reivindicações da classe trabalhadora. Nesse período, a legislação trabalhista é sistematizada com a Justiça do Trabalho em 1941 e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em 1943.

Vale ressaltar que em 1942 a Associação das Empregadas Domésticas do Brasil, criada por Laudelina de Campos Mello, é fechada pelo Estado Novo. A trabalhadora doméstica mineira hoje é referência por tentar criar o primeiro sindicato de empregadas domésticas do país, em 1936, e por se empenhar nas lutas pelos direitos das mulheres e da população negra. As reivindicações das trabalhadoras domésticas são silenciadas no terceiro mandato do presidente Getúlio Vargas, que foi consagrado como “pai dos pobres” e como responsável pelo desenvolvimento das leis trabalhistas no Brasil, e com essa medida ditatorial, garantia a exploração da mão de obra feminina que continuava na intensa labuta sem salário digno. O presidente que garante às mulheres o direito ao voto na década de 1930, é o mesmo que as proíbe de exercer a democracia por meio da luta sindical.

Saffioti (1978, p. 196), ao discorrer sobre o trabalho doméstico e capitalismo, considera que a empregada doméstica é “vítima de uma exploração mediada pela exploração típica do modo de produção capitalista. Ela serve ao sistema na medida em que cria as condições para a sua reprodução”. Até a década de 1970, o trabalho doméstico era regulamentado e caracterizado como *atividade sem fins lucrativos*, diferenciando o trabalho doméstico dos demais trabalhos ao passo que

a qualificação em lei da atividade como “não lucrativa” - contrapondo-lhe a noção generalizada de complexidade e ganho material -, não apenas confirma a inexistência do lucro direto, mas atribui um sentido de marginalidade e inferioridade ao trabalho doméstico (PEREIRA, 2012, p. 104).

Salientando que as lutas para equiparar os direitos das trabalhadoras domésticas não são recentes, Lima e Prates (2019) esclarecem que

Em 2006 foi editada uma lei que alterou a lei de 1972 e incorporou benefícios previstos na Constituição de 1988: os(as) trabalhadores(as) domésticos(as) adquiriram direito a férias de trinta dias, estabilidade para gestantes, direito aos

feriados civis e religiosos, além da proibição de descontos de moradia, alimentação, vestuário e produtos de higiene pessoal utilizados no local de trabalho (LIMA; PRATES, 2019, p. 153).

Também de forma tardia, a Proposta de Emenda Constitucional nº 72, popularmente conhecida como a PEC das Domésticas, é promulgada em 2013, sedimentando a luta pelos direitos trabalhistas que foram negligenciados ao longo da história do país, como salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-acidente de trabalho, aposentadoria por idade e tempo de contribuição, etc. Em 2015, é aprovada a Lei Complementar nº 150 que regulamenta a emenda, estendendo as trabalhadoras domésticas os mesmos direitos já garantidos aos trabalhadores em geral. Com Lei Complementar nº 150 garantiu direito ao FGTS, seguro-desemprego, adicional noturno, de horas extras e de viagens. A conquista se deve, principalmente, a mobilização das trabalhadoras e das ONGs, entre elas, a ONG Doméstica Legal, que participaram de seminários, audiências na Câmara e Senado e campanha nas ruas, por várias décadas.

Conforme as análises de Lima e Prates (2019, p. 150), “a PEC das domésticas afetou basicamente dois aspectos cruciais da subordinação imposta a essa categoria: a regulação da hora extra e do trabalho noturno, situação que afeta as empregadas que dormem no trabalho.”

A proteção trabalhista garantida às empregadas domésticas traz um descontentamento para classe média do país, uma vez que esta costumava contratar as mulheres pobres para os cuidados da casa e da família através de relações informais e precárias. Em conformidade com os interesses da classe média, a Consolidação das Leis Trabalhistas é modificada pela Reforma Trabalhista em 2017, que, através da [Medida Provisória nº 808/2017](#), permite a flexibilização e alterações na jornada de trabalho das empregadas domésticas, caracterizando novamente o trabalho doméstico no Brasil como mal remunerado, informal e precário. Teorizando sobre a manipulação do trabalho doméstico, Federici (2019, p. 247) considera que “o modo de produção capitalista pressupõe a existência de um conjunto de trabalhadores e trabalhadoras exploráveis.”

Analisando as heranças coloniais, relações de poder e subordinação, Pereira (2012, p. 16) relaciona “a utilização do trabalho doméstico remunerado a um estilo de vida burguês, e aponta para as razões culturais mais amplas que contribuíram, ao longo dos anos, para a disseminação do serviço no Brasil.” Desse modo, tanto no plano simbólico e econômico, poder contratar uma pessoa para delegar funções, desenvolver

trabalhos manuais e de cuidado, significa exibir uma posição social de privilégios, como assim foi, no período escravista.

De acordo com Federici (2019, p. 27), o verdadeiro “Homem” que se beneficia do trabalho doméstico através da subordinação da força de trabalho feminina ao sistema capitalista, é o Estado.

Trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças — os trabalhadores do futuro —, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas (FEDERICI, 2019, p. 68).

A fim de garantir a sua independência, as mulheres se veem compungidas a assumir várias funções nos espaços públicos e privados. Como bem esclarece, Federici (2019, p. 68) quanto mais pobre a família, maior a escravidão que a mulher está submetida, não somente por questões econômicas, mas pelo machismo. São tantos os papéis por elas assumidos, que não caberiam no substantivo singular *mulher*.

No entanto, a disposição em dinâmicas de vida, trabalho e formação, com duplas, triplas jornadas, não lhes assegura, ainda, dentro das atuais relações regidas pelo capitalismo patriarcal, a sua real emancipação. O que ainda vemos são a força e a capacidade de seu trabalho ser subvertidas ao improviso, aos expedientes de alienação, mitigação de direitos, exploração e precarização. Desse modo, podemos afirmar que, para a construção de uma nova ordem social, é inadiável a emancipação feminina de todos os estereótipos e supressões de gênero, o que só será possível por meio de relações que lhes garantam o respeito à vida, ao trabalho e à educação em condições de igualdade com os homens.

2. O CAMINHO DAS PEDRAS: DEBATENDO SOBRE O CAMPO DE POSSIBILIDADES DAS MULHERES ITAPIUNENSES NA POLÍTICA E NA EDUCAÇÃO

“Tinha uma pedra no meio do caminho,
no meio do caminho tinha uma pedra.”
(Carlos Drummond de Andrade)

Neste segundo capítulo, iremos debater sobre o campo da pesquisa, isto é, a geopolítica do município, os sonhos e os desejos que nascem entre as pedras pretas para as mulheres itapiunenses. Levaremos em consideração as diversas facetas que compõem a realidade do município, que coadunam para compreensão do objeto de nossa pesquisa: as condições que incidem sobre a vida de mulheres que, mesmo com formação acadêmica na docência, têm sua principal fonte de renda com o trabalho doméstico e não na área da Educação.

Para isso, faremos uma síntese da estruturação política do lugar e da tradicional atuação dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, bem como de sua relação com a manutenção das assimetrias (dis)funcionais de classe e gênero. Interessa-nos o entendimento sobre as tradicionais vicissitudes na forma de se fazer a política local, fazendo do lugar das mulheres um não-lugar, ou perpetuando a ausência delas (nossa ausência) nos espaços políticos, econômicos e educacionais de controle e decisão.

Para promover a densidade do debate é necessário problematizar as memórias e histórias locais, referenciadas oralmente nos depoimentos das sujeitas de nossa pesquisa, pois:

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta (POLLAK, 1992, p. 8).

Nesse sentido, faremos uso da história oral, não apenas para evidenciar os acontecimentos, mas também a fim de compor um campo metodológico mais democrático, na mesma medida em que consideramos as diversas fontes narrativas como igualmente importantes. Com suas experiências, sensibilidades, singularidades,

resistências e trajetórias, os(as) diversos(as)⁶ entrevistados(as) contribuem, cada qual ao seu modo, para o nosso melhor entendimento acerca da atual composição política do cenário ou do campo que pesquisamos.

Além disso, todas (os) elas/eles dão vida, impulsionam a pesquisa, à medida que seus depoimentos nos desvelam a complexidade do tecido social itapiunense. Trazem igualmente leveza, empatia e conhecimento de vida. Para bem compreendê-las/los, se faz necessário problematizar as suas memórias, os modos como constroem a representação dos fatos. Neste fazer, preferimos omitir a identidade das/os entrevistados/as, nossas/os interlocutores/as, a fim de garantir que não sintam receio de futuras censuras, como forma de represália mediante a divulgação de nossa pesquisa.

2.1. Conjuntura política de Itapiúna nas primeiras décadas do século XXI

Para bem compreender o movimento da história e das/os sujeitas/os que a fazem, mais do que descrever o espaço físico e geográfico e situá-lo no tempo, é imprescindível perceber as forças que nele atuam e como operam. Barros (2006), sob esse aspecto, nos escurece que:

Quando se diz que a História é o estudo do homem no tempo, rompe-se com a ideia de que a História deve examinar apenas e necessariamente o passado. O que ela estuda, na verdade, são as ações e transformações humanas (ou as suas permanências) que se desenvolvem ou se estabelecem em um determinado período, mais ou menos longo ou curto (BARROS, 2006, p.461)⁷.

Ao abordar os espaços produzidos historicamente como *campos de forças*, a partir da concepção da nova Geografia Humana e do materialismo histórico, Barros (2006) ainda nos concede a seguinte metáfora:

Fabricar mercadorias (ou controlar a produção de mercadorias) é invadir um espaço, é adentrar esse complexo campo de forças formado pela produção, circulação e consumo, e tudo isto passa também por exercer um controle sobre o espaço vital dos trabalhadores, sobre o seu tempo. Produzir ideias é se assenhorear de espaços imaginários e, de algum modo, exercer através destes espaços diversificadas formas de poder. A produção de discursos, por fim, implica em se adequar a uma espécie de territorialização da fala, na qual devem ser reconhecidas aquelas regras, limites e interdições que foram tão bem estudadas por Michel Foucault (2006, p. 475).

⁶ Entre os(as) entrevistados(as), temos professores(as) do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e do Ensino Superior e donas de casas. Entre estes(as), há pessoas negras, brancas, mulheres e homens. O seu critério de seleção se deu pelo fato de que todos(as) têm experiências significativas no campo da educação, além de conhecerem bem a história local e a formação das estruturas e dinâmicas políticas de Itapiúna.

⁷ Aqui o autor faz referência à tão citada definição de História como “o estudo do homem no tempo”, proposta por Marc Bloch, na obra *Apologia da História* (1997, p.55).

Para desenvolver a reflexão sobre esse espaço físico e simbólico, a propósito de suas mudanças e permanências, discutiremos aqui com moradores de Itapiúna e funcionários do serviço público sobre as conjunções e injunções políticas do município, para que também possam externar a sua visão e compreensão da realidade local e o que nela há de peculiar quanto às relações do executivo e do legislativo locais com a população.

No campo da pesquisa da história oral, tão relevante ou mais do que os referenciais teóricos, são os/as entrevistados/as que, partindo das suas experiências, observações e leituras diversas, cada um/a a seu modo, vão nos ajudar a construir as análises em torno dos significados da construção de uma pesquisa interdisciplinar envolvendo desigualdades locais de classe, gênero e trabalho docente. Como discorre Portelli (1997, p. 23) sobre o método da história oral, “somente a igualdade faz a entrevista aceitável, mas somente a diferença a faz relevante”.

2.1.1 Origem do município de Itapiúna e trajetória dos Prefeitos Municipais (1997 – 2022)

O município de Itapiúna está localizado no Maciço de Baturité, a 135 km de Fortaleza. Segundo registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2022, o município surgiu na segunda metade do século XIX como um povoado, inicialmente chamado de Fazenda Castro, em referência ao riacho que a cruza. Essa origem teria relação com o sobrenome da família de um grande fazendeiro que ocupava a região.

Conforme Abul-El-Haj; Sousa

A habitação, do então distrito de Baturité, teve um impulso decisivo com a construção da Estrada de Ferro de Baturité, em 1872, como principal via de escoamento de algodão ao porto de Fortaleza. O plantio de algodão e seu beneficiamento, principalmente no distrito de Caio Prado, conhecido até 1938 por Cangati, foi outro fator importante na atração da população ao maciço de Baturité. (ABUL-EL-HAJ; SOUSA, 2003 p. 260)

Por volta do ano de 1885, devido à construção da Estrada de Ferro de Baturité, o que lhe rendera uma pequena estação ferroviária, o lugarejo passa a existir no mapa oficial

do Maciço, vivenciando um relativo desenvolvimento, o que lhe dá, inclusive, o status de Distrito do Município de Baturité.

O Distrito desmembra-se politicamente de Baturité apenas em 1955, quando é elevado à categoria de município. Sua divisão territorial própria, a mesma até a atualidade, é composta pelos distritos de Itapiúna (distrito sede), Caio Prado (que também era distrito de Baturité), Palmatória e Itans.

Possuindo uma área de 585,68 Km, Itapiúna está localizada a 113 quilômetros da capital do estado do Ceará, Fortaleza. De forma geral, em relação ao clima, relevo, fauna e flora, apresenta características similares às que temos no sertão nordestino: de formação cristalina, com terra seca, castigada pela estiagem intermitente, vegetação xerófito e escassez de recursos hídricos.

Itapiúna é o município mais ao sul do Maciço de Baturité, extremado com a Macrorregião do Sertão Central. Apresenta, também, uma região mais alta e fria em algumas épocas do ano, o que permite o cultivo sazonal de hortaliças. Entre outros aspectos, podemos dizer que a efervescência religiosa é uma das características do município, pois as Igrejas católicas e evangélicas são responsáveis por diversas festividades e momentos de sociabilidade durante o ano: como festas de padroeiro, missões, festival de prêmios, louvores e jantares beneficentes.

Além das igrejas, há instituições como o CEACRI (Centro de Apoio à Criança) e o Projeto de Ajuda Familiar, que têm promovido atividades para a formação continuada de jovens e adultos, estimulando o protagonismo juvenil nas comunidades.

Para Amorim (2017), pesquisador itapiunense, desde antes da luta pela emancipação do município, a elite econômica de proprietários rurais sempre esteve à frente da administração pública, prática que vem se perpetuando ao longo do tempo, e o controle das verbas públicas determina, num ciclo vicioso de dependência, indigência e clientelismo, os rumos políticos do município. O pesquisador complementa:

Esse fato reflete na vida cotidiana dos munícipes, seja porque estes veem, em alguns momentos, o “amparo” do poder público como a única via de se conseguir prover o sustento da família, ou quando simplesmente entendem-se como partes de um jogo de xadrez onde, como peças, mesmo que eventualmente importantes, seguem à mercê dos jogadores (AMORIM, 2017, p. 48)

É importante salientar não só a dependência em que são estruturalmente mantidas as famílias carentes ante os “favores” da classe política, mas antes a perpetuação de uma verdadeira cultura de clientelismo nas relações com o poder público local, que na prática

funciona como uma espécie de balcão de negócios e interesses das mesmas oligarquias de coronéis dos séculos XIX e XX.

Desse modo, essa pequena elite agrária e de poucos grupos de empresários segue assaltando o erário, as verbas e as políticas públicas para a administração de seus interesses privados, e para a perpetuação da indigência e da dependência institucional das/os munícipes. E ainda que sejam apontados como gestores bem-sucedidos em suas empresas privadas, não precisando dos benefícios públicos, “o foco sobre o social, no entanto, apenas ajuda a intensificar características já historicamente enraizadas no município, a exemplo do clientelismo político” (AMORIM, 2017, p. 49).

Apreciando o panorama dos gestores municipais do fim da década de 1990 até a primeira década dos anos 2000, Amorim (2017, p. 37) afirma que, na política de Itapiúna, “predomina uma verdadeira oligarquia, na qual apenas um grupo permanece no poder por um período longo”. De fato, o médico Joaquim Clementino, que exerceu o seu segundo mandato como prefeito de 1993 a 1996, lança como seu sucessor o também médico Jurandir Frutuoso, que - todavia - não consegue se reeleger, entre outros fatores, pelo sentimento de “repulsa” criado e disseminado pelos adversários junto à população, pelo suposto fato de se tratar de um “forasteiro”. O então prefeito, vindo de Pedra Branca, haveria de ser sucedido por um “filho da terra”, Júnior Lopes.

O que, no entanto, acontece é que os mesmos grupos se alternam, com candidatos que são títeres de velhos mandantes.

Tal ciclo só foi rompido temporariamente pela eleição do então deputado estadual Pedro Uchôa de Albuquerque, que renunciou o mandato de prefeito, passando o cargo para o seu vice, o senhor Raimundo Lopes Júnior, natural de Itapiúna e que ficou na prefeitura no período de 1997 a 2000, tendo sido reeleito para o mandato de 2001 a 2004. Não conseguindo este fazer seu sucessor, voltou mais uma vez ao cenário político local a família Clementino Ferreira, então representada pelo médico Felisberto Clementino Ferreira, que administrou o município no período de 2005 a 2008, sendo reeleito no último pleito municipal para os anos de 2009 a 2012 (ABUL-EL-HAJ e SOUSA, 2003, p. 271)

Para os autores, a vitória de Júnior Lopes⁸ e Pedro Uchoa retrata a aliança das classes médias urbanas com as elites estaduais, a fim de garantir uma mobilidade social

⁸ Júnior Lopes já tinha sido vereador em 1992-1996, é sobrinho do ex- prefeito Zequinha Campelo. Ambos pertencem à família que tinha o controle sobre a produção de algodão na cidade, nos anos 1960 e 1970. Na década de 1970, Junior Lopes é contratado pela fábrica de confecção Del Rio, como auxiliar de escritório, depois chegou a dirigir o setor pessoal e em 1989 participa da fundação da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Confecção do Estado do Ceará. Júnior Lopes nasceu no distrito de Caio Prado, onde seu pai possuía fazenda e casas. Com a decadência do algodão, parte dos bens foi vendida e a família foi morar em Fortaleza, posto que sempre tenha mantido laços e influências em Itapiúna.

ascendente, mas sem grandes transformações estruturais nem na composição dos quadros nem nas dinâmicas da política local. Dessa forma, o deputado cria um reduto eleitoral no Maciço de Baturité e mantém o seu mandato como Deputado Estadual.

A mudança que, contudo, representaria o fim do ciclo de dominação política dos latifundiários no sertão cearense e a ascensão da classe média urbana, não altera, conforme dito, o fundamento da velha lógica de dependência da população pobre e do clientelismo com o poder público. As mudanças são, portanto, apenas circunstanciais e não implicam em reformas substanciais da subserviência política e econômica. Os já citados autores apontam, nesse quadro, apenas sucessões ou atualizações pontuais no quadro político no Ceará:

A primeira associada à decadência da antiga fazenda e à ascensão política de classes médias profissionais. A segunda iniciada com as eleições de 1996 e consolidada em 2000, com a derrocada dessas elites e o ressurgimento de parcelas modernizadas das antigas elites tradicionais. Não são mais pecuaristas nem plantadores de algodão, mas um novo quadro empresarial disposto a estabelecer as bases de uma economia capitalista de mercado no sertão cearense (ABUL-EL-HAJ; SOUSA, 2003, p.287).

Em 2013, Wauston Cavalcante assume a prefeitura, apoiado pelo ex-prefeito Júnior Lopes e pela propagação da ideia de que um “novo filho da terra” vai assumir o poder, advindo de uma família de agricultores e tornado um empresário bem sucedido, dono dos depósitos de construção Wauston Construções, em Itapiúna e em Capistrano-CE. Mesmo sendo um empresário, ele construiu uma imagem de homem simples, acessível ao povo, menos rude e insensível que os coronéis de antes, por supostamente conhecer a população e morar no município. Promoveu-se como alguém capaz de fazer algo pelo povo.

Em 2017, o também empresário Dário Coelho assume, por sua vez, a prefeitura de Itapiúna e, aliado aos ex-prefeitos Dr. Felisbesto e Júnior Lopes, consegue garantir a sua reeleição em 2020. Vejamos, na sucessão desse espectro, o mapa político descrito verbalmente pelo Professor de Filosofia.

Wauston representava um empresário bem-sucedido e admirado pela população local, no entanto, sem nenhuma experiência política e de gestão pública. Em sua segunda candidatura, isolado das oligarquias políticas locais, ele representou a esperança de um novo cenário político para o município, de uma renovação da política local. Mesmo não saindo vitorioso, conseguiu fortalecer a imagem de que representava essa mudança. Foi somente em sua terceira candidatura que ele saiu vitorioso, novamente com o apoio de parte da oligarquia política local (Júnior Lopes e Dário Coelho). Muitos o chamavam de “filho da terra”, amigo dos agricultores e alguns passaram a identificar a

história política de Wauston com a do ex-presidente Lula, pela origem e perseverança em chegar ao cargo de prefeito municipal. Ele foi eleito prefeito como o candidato mais bem votado da história política de Itapiúna. Dário Coelho, empresário a nível estadual, na eleição seguinte (2016) apareceu no cenário político local como apoiador da terceira campanha política de Wauston, tendo sido secretário municipal em seu primeiro ano de gestão. Ao romper politicamente com Wauston, apoiado pelo ex-prefeito Junior Lopes, ele se lançou como candidato a prefeito e principal opositor de Wauston.⁹

Do que disso se segue, diferentemente de seus antecessores, Wauston Cavalcante não conseguiu se reeleger. Seu antigo apoiador foi, depois, o seu principal rival. Desse modo, Dário Coelho vence as eleições municipais em sua primeira candidatura. Ainda analisando essa conjuntura política, o Professor de Filosofia relembra:

Wauston se distanciou da população e de parte de seus apoiadores, entregando sua gestão nas mãos de seu secretariado, omissos diante dos problemas locais, teve uma gestão marcada por críticas, principalmente de seus apoiadores políticos e entusiastas de seu mandato. Problemas de atrasos na folha de pagamento dos funcionários municipais fragilizaram em muito o seu mandato nos anos finais. Júnior Lopes logo declarou apoio político ao Dário e à antiga oligarquia política da família Clementino, indicando o vice para a chapa municipal. Foi motivado também pelo forte potencial econômico da campanha e, sobretudo, pela rejeição e o voto crítico à gestão de Wauston. A vitória de Dário, tido como forasteiro por seus adversários políticos, representa um retorno à gestão das oligarquias políticas locais e um novo desafio para a renovação política itapiunense.¹⁰

Como se vê, as velhas oligarquias não deixam nunca de, por último, serem as verdadeiras mandantes do jogo político. Araújo (2010), observando esses fenômenos políticos de nossa cidade, assevera que:

as ações políticas demonstram o quanto a dominação dos “donos do poder” consegue continuar influenciando vidas, mantendo-as sob seu jugo. Outro fator importante é a forma como se deu a sucessão dos prefeitos, que inicialmente foram pessoas do próprio lugar. Não obstante, é oportuno salientar que tais pessoas eram oriundas das famílias economicamente mais favorecidas, evidenciando que a atividade política seguia estritamente ligada às questões econômicas, já que seus representantes viveram o eterno jogo da luta pela manutenção do status quo e pela defesa dos seus interesses particulares (ARAÚJO, 2010, p.30-31).

Júnior Lopes, Wauston Cavalcante e Dário Coelho fazem parte do mais recente ciclo de empresários que assumem o controle do poder político no município. Entretanto, há mais permanências do que mudanças na forma de governar. Como veremos mais

⁹ Professor de Filosofia no Ensino Superior e doutorando em filosofia na Universidade Federal do Ceará. Entrevista concedida em 25 de fevereiro de 2022.

¹⁰ Professor de Filosofia no Ensino Superior e doutorando em filosofia na Universidade Federal do Ceará. Entrevista concedida em 25 de fevereiro de 2022.

adiante, essa rotatividade das elites políticas mantém o cenário de estagnação econômica no município, proporcionando à população as mesmas promessas vazias de modernização e desenvolvimento local. Todavia, a estrutura social permanece a mesma. Os gestores reproduzem as mesmas funções e vícios políticos do fim da década de 1990: controle pessoal do funcionalismo público, assistencialismo, clientelismo, manipulação dos programas federais e populismo.

2.1.2 O atual campo de possibilidades de trabalho para as mulheres itapiunenses.

Desde o declínio da cotonicultura, ainda na década de 1970, como já descrevemos no primeiro capítulo, trata-se Itapiúna de um município estagnado economicamente. Nesse cenário que rescende a coronelismo em decadência e a remanescentes de elites falidas, as relações se cristalizam em torno do diminuto comércio local e das dotações e pagamentos da esfera pública.

No que toca especificamente à situação das mulheres pobres, a situação se agrava em muito. O Professor de Sociologia, ao descrever o campo de possibilidades para as mulheres no município atualmente, observa que:

Podemos observar que não há lugar de destaque para a mulher itapiunense nem na economia, nem na política municipal, de modo que elas não contam com qualquer qualificação no local. A formação que elas têm é por conta própria, não é que essa situação seja correta. Com uma visão mais estruturalista, podemos perceber que o capitalismo de mando masculino delega os setores de privilégios e poder somente aos homens, e os setores que não lhes interessam em nada são os que são ocupados pelas mulheres. Mesmo assim, as mulheres fazem uma revolução silenciosa. Elas sempre estiveram bem presentes nas atividades agrícolas do município, seja plantando ou com a venda de ovos, verduras e bichos, e dali muitas tiram o sustento de suas famílias. Os maridos saem para vender em outras cidades, já a feira de Itapiúna tem presença majoritária feminina. Mães e filhas trazem os produtos das comunidades e são a maioria nos dias de feira. Na saúde, a maioria é de enfermeiras e nas lanchonetes, pequenas lojas, no trabalho doméstico, nos serviços gerais da Prefeitura e da Educação elas também predominam, ainda que em funções subalternas.¹¹

Para o Professor de Sociologia, apesar das incontáveis restrições e obstáculos impostos pelo patriarcado, as mulheres de Itapiúna sempre procuraram ser independentes financeiramente, se qualificar, se formar e desempenhar diversas funções, embora a maioria delas ainda ligadas a profissões e funções subalternas e/ou de cuidado, como na

¹¹ Professor de Sociologia na Escola de Ensino Médio Franklin Távora. Entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2022.

agricultura familiar, na economia informal, nos serviços gerais e de auxiliar de enfermagem, por exemplo. Apesar de todo o machismo, elas conseguem ganhar visibilidade e garantir o sustento de suas famílias, retirando, *aos poucos* (grifo nosso), dos homens o antigo papel patriarcal de provedores da família.

Em 2012, foi criado em Itapiúna o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, a fim de desenvolver políticas sociais e debates sobre as condições de vida das mulheres, bem como combater a violência e a discriminação de gênero. Em 2015, o Conselho foi responsável pela primeira Conferência Municipal de Políticas para a Mulher, com o tema: “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”.

Com o golpe de 2016, no entanto, o incentivo e as políticas públicas de promoção dos direitos e das lutas das mulheres foram, cada vez mais, perdendo a primazia, até que o poder público encerrasse as atividades do referido Conselho naquele ano. Na verdade, a entidade não pôde mais se manter ativa nem capaz de articular ou resolver as demandas das mulheres, como: transporte para as feirantes, criação de uma delegacia da mulher e investimento na qualificação feminina, considerando a diversidade do público de mulheres itapiunenses. Ainda para esse ano de 2022 há a promessa do atual gestor municipal de reativação do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Itapiúna.

Atualmente, a Secretaria de Trabalho e Assistência Social (SETAS) promove ações de proteção social básica, através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Os serviços ofertados nas unidades do CRAS são: Proteção Integral à Família (PAIF) e os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Esses programas mantêm-se como serviços de acompanhamento, que visam direcionar as famílias para participar de planos assistenciais, conforme orientação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sobre as atividades proporcionadas pela Secretaria do Trabalho, especificamente para o público feminino, o Técnico de Referência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, na Secretaria do Trabalho de Itapiúna, elenca os seguintes serviços, como “algo a mais” que a prefeitura oferece para a população:

O PAIF atende mulheres que estão em situação de vulnerabilidade social ou que necessitam de algum serviço especial, como as mulheres gestantes. Nesses grupos, são realizadas palestras com diferentes profissionais, são feitas campanhas e celebração de datas comemorativas. Os encontros são realizados quinzenalmente e, além de palestra, são ofertados cursos de lapidação (de pedras artesanais e decorativas), de culinária e artesanato. Para as mulheres

gestantes, é ofertado o kit natalidade, com mamadeira, toalhas, banheiras etc. No fim do ano, realiza-se na sede a festa da debutante, para as jovens que completaram 15 anos. Já para as mulheres, de uma forma geral, há uma festa temática, também no fim ano. A última que tivemos foi com o tema Anos Dourados.¹²

Vemos aqui a institucionalização do sistema colonial de gênero, normatizando interesses políticos e econômicos por meio da perpetuação do assistencialismo e da subalternização das mulheres. Conforme analisa María Lugones (2014):

O longo processo de subjetificação dos/as colonizados/as em direção à adoção/internalização da dicotomia homens/mulheres como construção normativa do social – uma marca de civilização, cidadania e pertencimento à sociedade civil – foi e é constantemente renovado (LUGONES, 2014, p. 943).

Podemos observar a reprodução de um padrão cultural que mantém a subordinação econômica (em sua base de gênero) de forma profícua e perversa, sem, de fato, resolver quaisquer crises quanto às desigualdades e injustiças sociais (nas quais se fundam a produção capitalista). Quando, por exemplo, se oferece um curso de culinária especificamente para mulheres e/ou atividades que exijam delicadeza e cuidado, a Secretaria do Trabalho está reproduzindo as expectativas de gênero inerentes às matrizes de dominação masculina, e preconizando as superestruturas ideológicas de suas bases: algo elaborado a partir de padrões universalizantes, falocêntricos e opressores, com interferências políticas intensas sobre a subjetividade das mulheres e de outros seres socialmente subalternizados. Para Butler (2010):

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade e feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2010, p. 201).

O que, portanto, em sua aparente naturalidade, é apontado como habilidade feminina, a ser potencializada como índice de efetivação de uma política é, na verdade, o resultado de sistemáticas injunções performáticas: quanto ao fazer-se e apresentar-se como mulher nos diversos campos da vida social, política, econômica e ideológica. É também resultado material do atravessamento dos discursos, dispositivos e atuações de

¹² Técnico de Referência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, na Secretaria do Trabalho de Itapiúna, desde 2020. Entrevista concedida para essa pesquisa em 18 de fevereiro de 2022.

poder, como produção e controle das atividades generificadas e condizentes a cada corpo, raça, classe, posição e função social.

Sempre que se determinam estereótipos, há uma tentativa de se negar a individuação dos/as cidadãos/ãs, os seus modos e comportamentos de vida, em circunstância à classificação de seus papéis de gênero e classe social, o que faz com que as/os sujeitos/as assimilem, muitas vezes sem perceber, mesmo os padrões que os/as desprezam e excluem em favor da manutenção das ordens sociais de privilégios.

Sobre as oportunidades de crescimento e formação na cidade, a entrevistada Dona de Casa¹³ responde:

Aqui, quando a Prefeitura oferece curso para as mulheres, é curso de fazer bolo, doces e salgados. Deveria ser ofertado outros cursos profissionalizantes e não de bolo, essas coisas. Eu queria que aqui tivesse curso de auxiliar de escritório, farmácia, contabilidade e informática. Eu acho que a mulher pode atuar onde quiser, o que impede é a politicagem, é a mesquinhez dos poderosos. Aqui já teve mulher que foi coordenadora do hospital, das escolas e Secretária, por exemplo (DONA DE CASA, 2022).

A entrevistada tem a consciência de que as mulheres têm aptidão para atuar em diversas áreas e funções, e de certo modo nega a visão estereotipada das profissões femininas (posta em destaque na distorcida oferta das políticas municipais de qualificação). Ousamos dizer que a entrevistada expressa uma visão que descoloniza as políticas de gênero, na medida em que abjura a oferta de cursos que, culturalmente, seguem internando as mulheres na subalternidade. Caberia às políticas públicas, ao contrário disso, fomentar o acesso das mulheres a novas formações e oportunidades, provocando, para tanto, questionamentos sobre o padrão de mulher universal e submissa ao patriarcado.

A partir de suas experiências e observações sobre a não-efetividade das políticas públicas nas sucessivas gestões, a Dona de Casa¹⁴ exclama:

No tempo do Júnior (prefeito Júnior Lopes), o lema da administração era “O povo na administração”, foi quando a gente viu o povo daqui começar a trabalhar, a ter alguma oportunidade. A gente conhecia os Secretários, falava com eles, antes era tudo de fora. Mas isso foi por pouco tempo. Itapiúna é uma cidade de gente talentosa, mas que não tem oportunidade. Tem artistas, tem pintores, artesãos, poetas da terra e diversos profissionais. Nos últimos anos, a

¹³ A Dona de Casa já trabalhou como recepcionista na Prefeitura Municipal de Itapiúna, tem três filhos e mora com o marido no distrito de Caio Prado. Entrevista concedida em 12 de março de 2022.

¹⁴ Nos referimos à cidadã itapiunense, nossa interlocutora nesta pesquisa, como *Dona de Casa*, haja vista o seu entendimento de que os afazeres domésticos são, de fato, uma profissão, posto que sem remuneração. A entrevistada tem 49 anos e gosta de se aperfeiçoar fazendo cursos de culinária. Já trabalhou como secretária nos postos de saúde do município e atualmente está desempregada. Entrevista concedida para essa pesquisa no dia 12 de março de 2022.

Saúde melhorou, não falta médico e tem carro pra o hospital. A maior dificuldade é a falta de trabalho, falta fonte de renda e a violência que está crescendo. Eu acho que deveriam ser feitos um concurso e uma fábrica para melhorar a renda do município. A maior fonte de renda daqui é a Prefeitura e as pessoas que têm mais oportunidade são as do grupo político que tá no poder no momento. Não importa se é homem ou se é mulher, se tem amizade, eles deixam você trabalhar na área que a pessoa está especializada. Mas se não tiver amizade você não consegue nada! Aqui não se vê muito a capacidade, se vê é o lado político. Por isso, as pessoas não votam por consciência, votam por obediência e dependência.

Vale observar que o prefeito que foi eleito mediante o lema “O Povo na Administração” não realizou concurso público na sua gestão, e manteve a mesma relação de dependência, clientelismo e subalternidade com a sua base eleitoral. Para ter, portanto, oportunidade de trabalhar temporariamente nos empregos disponibilizados pela prefeitura, a regra, na verdade, nunca mudou: clientelismo. “Se não tiver amizade, você não consegue nada!”.

A prefeitura sempre foi a maior fonte de renda local para a população de Itapiúna, isso não mudou desde o ciclo do algodão. O que o aludido gestor fez foi dar oportunidade a algumas pessoas da cidade de assumirem cargos ou chefias executivas, como, por exemplo, a direção do hospital, além de algumas secretarias municipais, ainda que durante um curto período em seus mandatos entre os anos de 1997-2000 e 2000-2004.

Em seguida, a entrevistada constrói, de forma cronológica, uma inesperada metáfora familiar-patriarcal a respeito da atuação das primeiras-damas na gestão municipal. Vale ressaltar que esse olhar para as primeiras-damas foi uma análise inteiramente espontânea da interlocutora, que fluiu na hora da entrevista. Não houve, portanto, nenhum tipo de indução, de nossa parte, para tratar do protagonismo ou da ausência das primeiras-damas. Jamais esperaríamos essa ponderação da interlocutora, mas decidimos mantê-la e considerá-la, tendo em vista a sua significação quanto à distorção que prepondera sobre a percepção da atuação das mulheres no seio do clientelismo falocêntrico e das relações familiares patriarcais.

Eu acho que o prefeito é como um pai e a primeira-dama uma mãe. A população é como se fosse os filhos deles, tudo como uma família. Quando um ajuda o outro, todo mundo tem mais sucesso. Quando tem uma primeira-dama que tem garra e gosta de trabalhar com o público, a administração tende a ser um sucesso. A primeira-dama conta muito em uma gestão. Quer ver?! A Madalena (esposa do Júnior Lopes) era muito popular, dava muitas coisas ao povo. Foi quando o povo veio conhecer o que era uma Secretária de Ação Social; a Conceição (esposa do Wauston Cavalcante) era apagada politicamente. Ela sempre dizia: “eu não sou primeira-dama, eu “estou” primeira-dama”. Então deixou os outros secretários atuarem. Já a Ginna não é

muito de dar as coisas, mas ela gosta de fazer eventos, como a Festa do Município (alusiva à emancipação política), o Natal de Luz, a festa do ABC e do 9º Ano, tudo é ela que faz (DONA DE CASA, 2022).

Seria cômica, se não fosse trágica, a compreensão que a entrevistada tem sobre a participação da mulher na política. Em sua fala, as primeiras-damas não teriam um papel secundário nos assuntos públicos, pelo contrário, elas representariam a “garra das mulheres” que fazem a diferença na gestão da cidade. Veja que ela igualmente atribui a essas mulheres as qualidades maternas para administrar, quando diz: “Uma mãe é sempre mais zelosa, cuidadosa e habilidosa, assim também é uma primeira-dama” (DONA DE CASA, 2022).

Ela acredita, então, que a harmonia na administração vai depender da capacidade das primeiras-damas em serem “mães do povo pobre”, sendo elas decisivas para o sucesso de seus maridos à frente da administração pública. Essa seria a sua representação ideal quanto à competência das mulheres para atuação na política.

Destacamos que a imaginação em torno da compreensão de gênero e atuação política por parte de nossa interlocutora, uma senhora de 49 anos de idade e que viveu a vida inteira em Itapiúna, confere multiplicidade às hipóteses de nossa investigação, ao mesmo tempo em que amplia os limites da memória mediante a utilização das fontes orais na pesquisa social. Nesse sentido, Pollak (1992) assegura que:

A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. (...)a memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização (POLLAK, 1992, p. 04).

A memória da entrevistada reflete, pois, as suas concepções de organização pública e político-social em consonância com a hegemonia dos critérios dicotômicos e patriarcais de gênero. Se para ela o lado positivo de se ter uma mulher com “garra” (como cônjuge do administrador) consiste nas doações e eventos que ela promove junto à população mais pobre, percebe-se como lhe são ainda entranhadas a cultura do clientelismo e da subalternidade feminina.

De acordo com o Professor Amorim (2017), essa cultura de promoção do clientelismo, do assistencialismo e da utilitariedade dos recursos e serviços públicos como

balcão de benefícios à disposição de aliados políticos sempre se deu por intermédio das intervenções diretas e/ou indiretas da ação social do município. Tal intermediação na distribuição de favores e benefícios é, por seu turno, tradicionalmente vista como uma agência das primeiras-damas: o que, de fato, se apresenta como nota característica da política itapiunense.

Um aspecto que merece atenção e análise é a articulação de todos os setores da administração municipal com a assistência e ação social, privilegiando as ações coordenadas pela primeira dama do município. Assim como merece também atenção o fato de que todas as secretarias sofriam certo patrulhamento da Secretaria de Ação Social, quando se tratava de atender às solicitações coletivas ou individuais dos cidadãos. Necessariamente, as ações de impacto precisavam passar pela Secretaria de Ação Social, superdimensionando as atividades da mesma. Não foi por acaso que a primeira dama do município (também Secretária de Ação Social) logo foi chamada, por populares, de “Santa Madalena”, com demonstrações de carinho e admiração que cresciam proporcionalmente às filas que se formavam semanalmente em seu local de trabalho (AMORIM, 2017, p. 82).

A política assistencialista desenvolvida pela gestão municipal cria alguns mitos para o imaginário coletivo, entre eles, a imagem de que uma boa gestão deve manter sempre relações familiares e de amizade com o povo, mesmo que essa situação gere uma constante manipulação e dependência das pessoas. Como afirma Amorim (2017, p. 78), “o foco sobre o social apenas vai ajudar a intensificar características já historicamente enraizadas no município, a exemplo do clientelismo político.”

É fato que a entrevistada também aponta a necessidade de realização de concurso público na cidade, porém os gestores Júnior Lopes e a sua primeira dama Madalena Lopes (que ficaram na memória coletiva como os que valorizaram os “filhos da terra”) não realizaram nenhum concurso em seus dois mandatos consecutivos, mantendo assim o ciclo de dependência dos/as seus/suas eleitores/as na postulação/renovação de contratos de emprego temporário, principalmente junto às secretarias de educação e saúde do município.

2.1.3 O clientelismo e os seus efeitos políticos em Itapiúna

Podemos asseverar que o clientelismo é um tema que ecoa nas produções acadêmicas relacionadas ao município de Itapiúna. De acordo com Nunes (2003), o clientelismo tende a ganhar força em sociedades politicamente marcadas pela desigualdade social e a exclusão econômica, onde as relações são pautadas por critérios

peçoais, utilitários e de manutenção de privilégios de grupos e setores específicos, em detrimento do interesse público e das pessoas mais vulneráveis.

Monalisa Lima Torres (2018), por sua vez, caracteriza o clientelismo como uma “troca entre agentes que ocupam posições desiguais na esfera social e política” (2018, p.19). No cenário itapiunense, essas trocas se dão principalmente mediante o comércio de interesses e favorecimentos pessoais, mas também por meio do oferecimento de *vagas* na prefeitura, garantidas por vereadores e prefeitos em troca de fidelidade eleitoral. Esse costume se estabelece como nefasta cultura politíqueira do lugar, sendo a educação uma das secretarias mais prejudicadas por tal prática.

Como veremos a seguir, o município de Itapiúna tem as suas práticas políticas invariavelmente marcadas por relações e dinâmicas clientelistas, estabelecidas mediante a negociação de interesses pessoais em detrimento do atendimento das políticas públicas àqueles/as que realmente ou que melhor a elas fariam jus. No que toca à ocupação e à indicação de cargos e funções públicas é onde mais se denota essa prática em Itapiúna.

Araújo (2010), ao investigar sobre a trajetória de formação e profissionalização de professoras leigas do município, nos anos da década de 1990, apresenta as seguintes considerações:

no que se refere à história política local, é importante salientar que a mesma carrega traços de um sistema que marcou toda a história nacional: referimo-nos ao fenômeno do coronelismo, existente desde o Brasil Colônia, tornado regra na realidade do Império e preponderantemente atuante na maior parte do período republicano, até os dias de hoje. O fenômeno fica explícito na medida em que ainda hoje as ações políticas demonstram o quanto a dominação dos “donos do poder” consegue influenciar vidas e decisões públicas, mantendo-as sob seu jugo. Outro fator importante é a forma como se deu a sucessão na prefeitura, inicialmente ocupada apenas por pessoas do próprio lugar. Não obstante, é oportuno salientar que tais pessoas eram oriundas das famílias economicamente mais favorecidas, pertencentes às elites rurais, evidenciando que a atividade política estava estritamente ligada às questões econômicas, já que seus representantes viveram o eterno jogo da luta pela manutenção do status quo e pela defesa dos seus interesses particulares (ARAÚJO, 2010, p. 30-31).

Amorim (2017), professor de História e pesquisador da contribuição do método autobiográfico para a formação de professores/as que concluíram o curso de Licenciatura em Pedagogia ofertado numa parceria da Universidade Estadual do Ceará (UECE), o Núcleo de Educação Continuada à Distância (NECAD) e o município de Itapiúna/CE, entre os anos de 1999 e 2002, também pontuou algumas características socioeconômicas do município, no início dos anos 2000, como índice de fragilidade e suscetibilidade à exploração pelas velhas práticas políticas originadas com o coronelismo.

Em todos os dados socioeconômicos apresentados pelo Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) do ano 2000, documento produzido pela Fundação Instituto de Planejamento do Ceará (IPLANCE), Itapiúna, entre os 184 municípios do Estado do Ceará, figura na casa dos 40% mais carentes; mais precisamente, de acordo com este índice, o referido município ocupava a posição 119º (IPLANCE, 2002). No âmbito político-administrativo, relevante em municípios pequenos, em que a população convive diretamente com seus representantes políticos, isso quer dizer que a população vive com grande dependência do poder público municipal, o que faz valer a máxima de que quem realmente precisa do estado é a população pobre (AMORIM, 2017, p. 49).

As pesquisas em comento demonstram ainda que a vitória nas eleições municipais sempre dependeu da relação de troca de favores e indicação a cargos públicos, do controle político dos recursos e serviços públicos por interesses familiares e utilitários e da permanência das condições de vulnerabilidade e dependência de boa parte da população, além da exclusão dos grupos e setores não-alinhados.

Seibel e Oliveira (2006) definem, nesse sentido, o clientelismo como uma continuada ação de deturpação política, consistente na troca entre sujeitos que demandam um serviço de caráter público, o qual provavelmente não poderia ser obtido por meio do mercado, e outros que administram ou têm controle e acesso àqueles que decidem sobre a concessão desse serviço.

As relações clientelistas conjugam, assim, a condição de precariedade da população e a contumaz utilitariedade das elites políticas, em negociações as quais não correspondem nem às expectativas da população nem ao atendimento do interesse público. Depois de eleitos, os grupos e as coalizões vitoriosas selecionam o “seu pessoal” para manter o funcionalismo público ao serviço de seus interesses e mapear os votos das próximas eleições municipais e estaduais, ferindo os princípios da legalidade e da impessoalidade nas seleções e contratações públicas e colocando a eficiência do serviço em um plano secundário.

Logo, podemos observar que o clientelismo não se mantém somente em decorrência das condições de pobreza e vulnerabilidade da maior parte da população, mas também como fator de captação de expectativas e benefícios pessoais. Desse modo, são muitos os obstáculos para a mudança desse cenário de dependência, haja vista a ausência de consciência e de políticas que efetivamente promovam a igualdade e o real exercício da democracia.

Ao tratar da lógica das ações político-administrativas no município, no final da década de 1990 e início do século XXI, Amorim (2017) considera que:

Um fato importante em Itapiúna é a crença, por parte de muitos agentes públicos ligados a grupos e partidos políticos, de se esperar das lideranças políticas a alternância no poder, a resolução dos seus problemas e interesses pessoais, atribuindo-lhes uma responsabilidade que não lhes cabe, passando, por isso, a ressentir-se quando seus pleitos são negados, retirando o seu consentimento para o exercício do poder político em circunstâncias inesperadas (AMORIM, 2017, p. 98).

Nos dias atuais, o balcão de negócios e a troca implícita de favores é o que ainda vigora na administração pública municipal de Itapiúna. A maior preocupação dos gestores tem sido com o controle e a manutenção do poder, como mostram as nossas entrevistadas, e não a solução para as demandas apresentadas pelo eleitorado.

Contribuindo para a compreensão do cenário político atual, a Professora de Matemática¹⁵ afirma:

Itapiúna é um município que precisa de investimento em muitos aspectos. Parece até que o município já foi mais desenvolvido no passado. Hoje em dia não tem espaços de lazer, nem investimento na cultura e nos empreendedores locais. As possibilidades de trabalho são escassas. Vejo mulheres que são formadas trabalhando como garçoneiro e em lojas. As mulheres geralmente trabalham como domésticas, em mercantis, ou vendendo pratinhos de comida e bolo na rua ou na prefeitura. Como aqui não tem empresas, fábricas, fica todo mundo correndo pra prefeitura! Itapiúna escraviza as professoras, pois não valoriza nem um pouco essas profissionais. A pessoa passa quatro anos trabalhando e se o prefeito dela perder, ela sai, além de pagar muito pouco. Ainda bem que eu saí da prefeitura, porque se eu ainda trabalhasse lá, como coordenadora ou professora, eu nunca ia crescer. Eu ia sempre ser vista como aquela pessoa que recebeu um emprego do prefeito ou do vereador. Eu sei ganhar dinheiro fora da sala de aula e me tornei empreendedora pelo dinheiro também, mas principalmente porque acho que empreendedora e professora são duas profissões que casam bem. A professora é aquela que conquista os alunos e quer ver a realização do potencial deles. Ela aposta em algo que às vezes nem eles mesmo acreditam. Então me sinto realizada fazendo as duas coisas. Eu mesmo já trabalhei os três turnos, e sei que essa é uma realidade do Ceará todo (PROFESSORA DE MATEMÁTICA, 2021).

A falta de valorização profissional da classe docente não é uma marca apenas do município de Itapiúna. Para todo o estado, como afirma a entrevistada, há de fato a necessidade de mobilização do magistério, em luta por seu reconhecimento e valorização profissional através dos sindicatos. Em 2010, o Ceará estava “no ranking dos mais baixos salários pagos à categoria; levando em consideração apenas os estados nordestinos, o Ceará ocupa a quarta posição, ganhando apenas da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de

¹⁵A Professora de Matemática (como assim chamaremos) preferiu omitir seu nome. A mesma considerou relevante a pesquisa e se comprometeu a compartilhar sua visão e experiências. A professora atualmente trabalha na Rede Estadual de Ensino, sempre residiu em Itapiúna e, desde a adolescência, trabalha com venda de diversos produtos, como roupas femininas, acessórios e alimentos. Possui formação em Licenciatura em Matemática e Pedagogia. A entrevista foi concedida em 12 de dezembro de 2021.

Pernambuco” como destaca a matéria do jornal Diário do Nordeste de 7 de abril de 2010, o/a Professor/a cearense tinha o quinto pior salário do país. Os dados apresentados são baseados no levantamento da Análise Comparativa Salarial dos Professores da Rede Estadual no Brasil.¹⁶

A Lei Federal nº 11.738/2008, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estabeleceu o Piso Salarial Profissional Nacional para o Magistério Público da Educação Básica. Neste ano (2022), o Governador Camilo Santana anunciou a sanção da lei para o reajuste do Piso do Magistério e a garantia do percentual de 33% acima do piso nacional. A correção salarial é fruto da luta das/os profissionais da educação para garantir o repasse do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (FUNDEB).

No âmbito municipal, somente onze cidades no Ceará tinham confirmado, até fevereiro de 2022, o pagamento do reajuste salarial de 33% às/aos professoras/es¹⁷. Os municípios são: Juazeiro do Norte, Barbalha, Brejo Santo, Fortaleza, Capistrano, Assaré, Milagres, Mauriti, Nova Olinda e Santana do Cariri. Mais uma vez, Itapiúna se omite do compromisso de valorização do magistério, composto, em sua grande maioria, por mulheres contratadas temporariamente. Mulheres que são, muitas vezes, as provedoras do sustento familiar.

O que agrava ainda mais a situação do município é a falta de segurança nas relações de emprego gerada pelos contratos temporários, que têm como principal critério a “compra” e “venda” de votos nas eleições municipais, sem se importar com a desvalorização das/os profissionais em exercício, sobretudo as/os da educação.

¹⁶ Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/professor-do-ce-tem-quinto-pior-salario-do-pais-1.64063> Acesso em: 4 abr. 2022.

¹⁷ Ao anunciar o reajuste, as prefeituras atendem aos pressupostos da Lei Federal nº 11.738, de 2008, que regulamenta uma disposição já prevista na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB). A lei é uma conquista histórica das/os profissionais da educação e foi sancionada no Governo do ex-presidente Lula. A legislação estabelece, ainda, que os reajustes devem ocorrer a cada ano, em janeiro. Em 2022, o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica (PSPN) teve a maior correção desde o surgimento da Lei do Piso, e isso acontece tendo em vista outra conquista dos defensores da educação: o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) constitucional. De acordo com a atualização do Fundo, prevista na Emenda Constitucional nº 108, a contribuição da União aumentará gradativamente, até atingir o percentual de 23% dos recursos que formarão o Fundeb em 2026. Esse percentual já saltou para 15% em 2022. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/74579-ceara-11-municipios-anunciam-reajuste-de-33-24-para-os-profissionais-do-magisterio> Acesso em: 2 mar 2022.

Vale salientar que tanto os/as profissionais contratadas/os quanto as/os que têm vínculo efetivo - além, evidentemente, das crianças - sofrem, diante disso, com as consequências da precarização do trabalho docente. Sobra para as professoras temporárias, a necessidade de ir buscar emprego nas cidades vizinhas, devido à baixa remuneração em Itapiúna, ou a enorme sobrecarga de trabalho (em Itapiúna mesmo) para complementar a renda mensal.

Para ajudar a compreender os aspectos sórdidos dessa situação no município, vamos observar o que diz a professora da área de Ciências da Natureza¹⁸, que faz parte do quadro docente do Ensino Fundamental com vínculo efetivo:

Hoje a gente escuta muito aquela frase “lugar de mulher é onde ela quiser”. Eu acredito nisso e acho que as mulheres veem na Educação essa oportunidade de mudança, de ocupar diversos espaços. Não é só ser professora, mas ocupar qualquer cargo, nessa e em outras áreas. Eu gostaria de ver no município a valorização dos professores. Seria interessante ter os aumentos que são dados à categoria, pra se ter uma melhor qualidade de vida e trabalho, e a gente não precisar tá buscando outros empregos pra retirar um valor x. Eu trabalho em vários locais e, aqui e acolá, a gente vai encontrando algumas pedras no caminho, e essas pedras a gente vai juntando e fazendo a nossa estrada. As pessoas até perguntam se eu não tenho filho e marido (eu não tenho), pra poder dar conta de tanta coisa, como se isso me impedisse. No município, eu sinto que faltam investimentos na segurança pública e na valorização da cultura. Falta a valorização do “quem sou eu” e “de onde vim”. Vejo as pessoas com enorme potencial, aqui tem muitas artistas e isso não é valorizado, nem no setor econômico nem no educacional. As mulheres que são empreendedoras, que vendem comidas ou frutas, ou artesanato, só são incentivadas pelos maridos ou pelo Ceacri (PROFESSORA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA, 2022).

Não queremos aqui construir um discurso de vitimização ou resignação dos/as professores/as da rede municipal, mas perceber o significado do lugar que ocupam, e como a colonialidade do poder (de classe e gênero) se expressa na política e no trabalho com a educação em Itapiúna. Além disso, interessa-nos perceber como os/as sujeitos/as ressignificam as hierarquias do poder que regem a sociedade em que estamos inseridos/as, isso é algo muito importante. Certamente, o magistério não é um lugar de passividade, já que, ao mesmo tempo em que “são subordinadas/os”, as/os professores questionam, buscam ações e representações sindicais e produzem conhecimento e outros trabalhos como via de superação de suas condições adversas de vida e trabalho.

¹⁸A Professora de Ciências da Natureza possui mestrado acadêmico em Sociobiodiversidade (UNILAB) e veio morar em Itapiúna após a aprovação em seleção pública em 2018 para a vaga de professora da Rede Estadual com contrato temporário. Nos finais de semana, ela dá aulas nas faculdades privadas do maciço de Baturité, região em que ela sempre morou. Na entrevista, ela descreve como foi a experiência de assumir a docência em Itapiúna, colocaram-na para ensinar em uma comunidade de difícil acesso, a fim de que ela desistisse da vaga, mas ela fez questão de continuar apesar das adversidades (como ter que atravessar o rio cheio para ir dar aulas). Somente depois de um ano a remanejaram para outra escola que tinha carência. Entrevista concedida em 01 de março de 2022.

Tecendo uma crítica sobre o intercruzamento das relações clientelistas e a luta das/os trabalhadoras/es para superar as desigualdades, Seibel e Oliveira (2006) pontuam que:

O neoliberalismo retraduziu esse sistema, secundarizando o princípio do direito e afirmando o mérito e a necessidade como princípios orientadores. No cenário brasileiro, testemunhou-se, assim, o retorno do privado em detrimento do (frágil) público, como lógica que organiza o acesso à proteção social. A inserção desse movimento não encontrou maiores resistências, uma vez que se identificou com o conteúdo e as práticas clientelistas, já cristalizadas nas relações políticas (SEIBEL; DE OLIVEIRA, 2006, p. 143).

Para Dardot e Laval (2016, p. 322), não são só as ações do Estado e do empresariado que são norteadas pela racionalidade neoliberal; ou seja, são todos os sujeitos e agentes que passam a, simultaneamente, ser guiados pela lógica empresarial, segundo a qual “o homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial”.

Essa racionalidade opera nas bases ou nas matrizes de formação da subjetividade das pessoas, em suas percepções, valores, relações e concepções de mundo. Praticamente todas passam a gerir a sua vida como uma empresa, cada uma torna-se empreendedora de si mesma, sem o apoio do Estado, sem referenciais comunitários nem de lutas nem de ideais sociais, obstinadas apenas na garantia de seu bem-estar individual.

Caso não vençam na vida, foi pela falta de habilidade em gerir e atingir metas, sem que consigam mais olhar nem se importar com as reais condições de acesso às oportunidades de educação, trabalho, cultura, lazer, saúde etc, ao mesmo tempo em que “naturalizam” praticamente todas as situações de desigualdade e injustiça social. O sistema capitalista e suas facetas criam, então, a ilusão de que toda mulher é guerreira, é forte, pode ser empreendedora e “vencer” na vida.

Conforme podemos perceber, não há na gestão municipal qualquer preocupação em melhorar as condições de vida e trabalho do magistério, profissão em que há uma expressiva maioria de mulheres, e, desse modo, impulsiona-se - ainda mais - a precarização programada das posições sociais das mulheres. Estas, ainda assim, escrevem as suas histórias de resistência e luta contra o estrangulamento das relações de classe, gênero e clientelismo, que evidenciam a colonialidade do poder através das diversas formas de exploração e dominação da mão-de-obra feminina.

A negação dos direitos interfere diretamente na subjetividade das mulheres, que são alvo estrutural da colonialidade do poder. Ainda assim, elas continuam a resistir, conforme o que se depreende das palavras da professora de ciências da natureza: “Eu

trabalho em vários locais e, aqui e acolá, a gente vai encontrando algumas pedras no caminho, e essas pedras a gente vai juntando e fazendo a nossa estrada”.

Na visão de Lugones (2014):

A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder (LUGONES, 2014, p. 6)

As mulheres docentes resistem, assim, por dentro, nas microrrelações do cotidiano. Buscam se reinventar, como sujeitas, como corpos políticos e classe profissional - para além das organizações sindicais -, nas manifestações em redes sociais e nas ruas. Prova disso são as diversas passeatas que organizaram pelo pagamento dos precatórios¹⁹ em 2019, 2020 e 2021.

Além disso, elas nutrem o desejo de vencer, de não desistir facilmente de nada e ocupam outros espaços, todos os espaços que podem, como também ganham mais visibilidade nos debates do município. Elas não ficam, agora, confinadas no lar, ao passo que precisam sair para trabalhar (trabalhar cada vez mais!), para vender seus produtos, se formar e garantir outras oportunidades de emprego e renda nos municípios vizinhos. Não aceitam “a redução ativa das pessoas”, como nomeia Lugones (2014)²⁰. A batalha por igualdade e equiparação salarial, de gênero e de classe é escrita como práxis de emancipação social na labuta diária, nos diversos espaços em que diuturnamente elas atuam e se destacam.

2.2 Poder executivo e legislativo: analisando os campos de força e atuação feminina no município de Itapiúna/CE

Gláucia Holanda Ferreira, professora de História na rede estadual e pesquisadora sobre a atuação das mulheres na Câmara Municipal de Itapiúna, entre os anos 1996 e 2008, observa que:

¹⁹Os precatórios são verbas do extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), são fruto de diferenças de repasses da União para estados e municípios. Em 2019, o Sindicato de Servidores de Itapiúna consegue bloqueio dos precatórios do Fundef nas contas da prefeitura. Mesmo com diversas manifestações em prol do pagamento, as/os professores só receberam as verbas em 2022. Disponível em: <https://fetamce.org.br/sindicato-de-servidores-de-itapiuna-consegue-bloqueio-de-precatario-do-fundef/> Acesso em: 01 mar. 2022.

²⁰“Ao usar o termo colonialidade, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de dominação de poder e gênero, mas também expressar o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação e a subalternização aos diversos processos de sujeição às regras do poder (LUGONES, 2014, p. 5)

desde 1957, quando Itapiúna foi declarada emancipada, foram os homens que ocuparam os cargos de comando. As mulheres deveriam exercer o seu papel de rainhas do lar. (...) Foram muitos os homens que escreveram seus nomes na galeria dos ilustres escolhidos a ocupar uma cadeira no legislativo. Então, por muito tempo, foram os homens que ditaram as regras, formularam as leis, construíram a História Oficial do Município, ocupando o trono do poder, negando a presença que teimava em aparecer: a presença feminina, que só em 1997 tornou-se visível com o ingresso das primeiras vereadoras itapiunenses na Câmara Municipal. A entrada das mulheres no espaço público de Itapiúna só se deu, em 1997, com a eleição de Cláudia Rejane Almeida Maciel (1997 a 2000), Maria Aurineide Gonçalves Ribeiro (1997 a 2004) e Edimar Martins da Cunha (2000 a 2008) (FERREIRA, 2010, p. 32).

Nas eleições seguintes, o cenário político de predominância masculina infelizmente retrocederia praticamente ao patamar anterior. Apesar de ter havido um aumento no número de candidatas ao pleito municipal, nenhum resultado posterior ao período que é retratado na pesquisa da professora Gláucia traz mudanças significativas nas estruturas de poder.

Nas eleições municipais de 2012, aparece o nome de dez mulheres candidatas a vereadora, mas apenas duas são eleitas: Cláudia Freitas (PP) foi eleita com 733 votos, com o apoio dos empresários da família Mendes, de Itapiúna, e Érika Medeiros (PDT), filha da ex-vereadora Edimar Martins, eleita com 369 votos. Ambas só tiveram um mandato político no município.

Em 2016, somente Naraline Costa Antenor é eleita para o cargo de vereadora municipal. Com o apoio de familiares e empresários da cidade, a candidata conseguiu ser eleita com 542 votos e só exerceu um mandato no município.

Atualmente, o Poder Legislativo Municipal de Itapiúna é composto por dez vereadores e apenas uma vereadora. A vereadora Yara Barros é do Partido Social Democrata (PSD) e disputou as eleições municipais pela primeira vez em 2020, sendo eleita com 850 votos. A vereadora eleita é irma de Francisco Alberto Leite Barros Filho. “Albertim”, como é conhecido no município, teve seu primeiro mandato de vereador em 2013. Em 2017 consegue se reeleger e em 2020 “Albertim” lançou a sua candidatura a prefeito, ficando em terceiro lugar na concorrência com o prefeito reeleito, Dário Coelho e com o segundo colocado, Wauston Cavalcante, que também já tinha sido prefeito (2013-2016). “Albertim” e Yara Barros são filhos do vereador e empresário Francisco Alberto Leite Barros, conhecido como Branquinho, que também exerceu o mandato de vereador entre 2001 e 2004.

A pífia representação das mulheres nos Poderes Executivo e Legislativo em Itapiúna revela as marcas de uma cidade conservadora, que preserva e reproduz os

costumes patriarcais e excludentes, deixando as mulheres sub-representadas no cenário político partidário e silenciando as suas expectativas e necessidades (muitas vezes incompreendidas pelos homens que estão no poder), como creches e formação profissional. Em outras palavras, o ato de eleger sempre sujeitos masculinos inibe a participação feminina no campo político, restando na sociedade a promoção da equidade de gênero. Todavia, esse não é um problema localizado, pois,

Segundo um estudo coordenado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela ONU Mulheres, com o apoio da organização IDEA Internacional, o Brasil é um dos últimos países na América Latina em relação aos direitos e representação feminina, ficando em 9º lugar entre onze países. A baixa representatividade pode ser comprovada pela análise da ocupação por mulheres nos legislativos e executivos municipais. De acordo com o Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic 2017), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado em 2018, 4.908 prefeituras eram ocupadas por homens e 662 por mulheres. Ou seja, as prefeitas representavam 11,9% do total.²¹

Diga-se que o município de Itapiúna é formado, em sua maioria, por uma população masculina, como mostram os dados do último censo populacional (2010)²².

Grupos de idade	População Residente					
	Total		Homens		Mulheres	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Total	16.276	18.626	8.318	9.461	7.958	9.165
0 – 4 anos	1.938	1.527	1.018	763	920	764
5 – 9 anos	2.097	1.665	1.058	848	1.039	817
10 – 14 anos	1.986	2.083	1.006	1.094	980	989
15 – 19 anos	1.818	2.166	942	1.111	876	1.055
20 – 24 anos	1.417	1.655	750	858	667	797
25 – 29 anos	990	1.492	517	750	473	742
30 – 34 anos	967	1.310	477	682	490	628
35 – 39 anos	920	1.059	457	538	463	521
40 – 44 anos	733	1.035	356	509	377	526
45 – 49 anos	662	1.015	354	516	308	499
50 – 59 anos	1.051	1.447	517	704	534	743
60 – 69 anos	856	1.070	429	548	427	522
70 anos ou mais	841	1.102	437	540	404	562

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos 2000/2010.

²¹ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/08/presenca-das-mulheres-na-disputa-por-espacos-de-poder-ainda-e-timida> Acesso: 20 fev. 2022.

²² O último censo deveria ter sido realizado em 2020, mas foi adiado por conta da Pandemia de Covid-19 e em 2021 não foi feito, em decorrência dos cortes orçamentários do governo de Jair Bolsonaro. A inviabilização da realização da pesquisa feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) prejudica enormemente o desenvolvimento de políticas públicas e os repasses financeiros do Governo Federal para os municípios.

A proporção populacional não corresponde, porém, à proporção eleitoral. Ou seja, a maioria do eleitorado do município é constituída por mulheres conforme registra o Tribunal Superior Eleitoral²³, porém elas estão muito longe de contar com uma representação proporcional na política. Tenha-se em vista que a maioria esmagadora dos cargos de chefia é ocupada por homens brancos, que seguem naturalizando a ausência das mulheres nas representações políticas e no controle das decisões.

Em 2008, tivemos, pela primeira vez, uma mulher concorrendo nas eleições municipais para o cargo de prefeita. A professora de História da rede estadual de ensino, Ângela Maria Sousa Barros, disputou a eleição municipal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), contra quatro candidatos já conhecidos nos sucessivos pleitos municipais. A professora ficou em 5º lugar na disputa, atingindo o total 592 votos. O candidato a prefeito eleito foi o médico Felisberto Clementino Ferreira, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com 4.108 votos. O candidato era irmão do ex-prefeito e médico, Joaquim Clementino Ferreira.

De acordo com o Professor de Português e membro do Partido dos Trabalhadores-PT de Itapiúna, a indicação da professora Ângela Barros para o pleito municipal de 2008 se deu pelo fato de que:

Ela era uma pessoa de destaque na escola estadual (E.E.M. Franklin Távora) do município e também uma gestora de destaque do Centro de Apoio à Criança, desde a década de 1980. Sempre foi uma pessoa íntegra, que nunca se envolveu em corrupção, apesar de ter gerido muitos recursos. E embora se relacionasse bem com todos, nunca teve esse perfil de “ser política”²⁴.

Para o membro do PT, indicar uma mulher para candidata à prefeita não corresponde, contudo, necessariamente a uma promoção de igualdade de gênero. No seu entendimento, prevaleceu o reconhecimento da capacidade da professora em gerir os bens e recursos públicos, sem improbidade administrativa, e assim garantindo o atendimento às demandas sociais. De fato, não houve, em nenhuma composição, um esforço do PT em garantir uma representação proporcional entre homens e mulheres no partido e nas candidaturas, prevaleceu (no caso da Professora Ângela) apenas o reconhecimento de

²³ De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral o número de eleitoras femininas corresponde a 7.943 e o total de eleitores masculinos é de 7.729. Disponível em: [Estatísticas do eleitorado – Por sexo e faixa etária – Tribunal Superior Eleitoral \(tse.jus.br\)](https://www.tse.jus.br/estatisticas) Acesso em: 10 out. 2022

²⁴ Entrevista concedida para esta pesquisa pelo Professor de Português da rede estadual e membro da diretoria do Partido dos Trabalhadores de Itapiúna. Entrevista realizada em 10 de fevereiro de 2022.

uma liderança feminina bem consolidada no município, sem o compromisso de promover ou reconhecer outras lideranças femininas que existem no meio popular.

Ao final, o entrevistado faz a ressalva de que, “embora ela se relacionasse bem com todos, nunca teve esse perfil de ‘ser política’.” Depreende-se disso que, a despeito de reconhecer na candidata as condições de uma boa representante municipal, capaz de gerir a esfera pública sem manipulações ou práticas de corrupção, persiste na opinião do entrevistado a inferência de uma fraqueza ou inconsistência no perfil da mulher candidata, como se ela fosse insuficiente para fazer frente à tradição política local.

O Partido dos Trabalhadores tenta romper com os padrões da política machista local, em certa medida, mas falha em indicar apenas uma mulher, e não reconhecer as condições e o potencial de outras mulheres, passada mais de uma década da última disputa eleitoral em que apresentou uma candidatura feminina.

Diversos fatores misóginos, à época, também devem ter impedido uma votação mais expressiva para a Professora Ângela, como a falta de credibilidade da população ao ver uma mulher, pela primeira vez, candidata à prefeitura, além da própria fragilidade do Partido dos Trabalhadores no município, que não consegue uma maior adesão e simpatia da população, permanecendo sempre com uma pequena porcentagem da votação municipal.

Nobre (2017), ao estabelecer um panorama sobre os limites da democracia brasileira, assevera que:

O Brasil tem histórico de democracia tardia e oscilante, com ciclos longos de processos ditatoriais e instituições políticas frágeis. Com esse histórico de autoritarismo, a sociedade brasileira não conseguiu alcançar o patamar devido da cidadania burguesa, e sequer preservar de forma mais ou menos igualitária as liberdades e os direitos de todos. Em consequência, a disputa pelo poder continua ancorada no domínio patrimonialista da elite política e econômica. Isto é predominante nos momentos eleitorais, mas se estende ao exercício do poder político em geral. Nas duas situações prevalece a realização de interesses egoístas e predatórios com o fundo público (NOBRE, 2017, p. 438).

No âmbito nacional, o Partido dos Trabalhadores lança a candidatura de Dilma Rousseff²⁵ em 2010 e, pela primeira vez na história do país, uma mulher assume a

²⁵ Eleita duas vezes presidenta da república, em 2010 e em 2014, Dilma Rousseff foi a primeira mulher a governar o Brasil. Antes, ela ocupou secretarias no governo municipal de Porto Alegre, no governo do Rio Grande do Sul, no Ministério de Minas e Energia e na Casa Civil da Presidência da República no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Natural de Belo Horizonte (MG), Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947. Foi presa, torturada e teve os direitos políticos cassados. Quando o país foi redemocratizado, denunciou as torturas em processos judiciais, sendo indenizada pela Secretaria de Direitos Humanos do Rio de Janeiro, junto com outros perseguidos políticos. Dilma Rousseff integrou a equipe que elaborou a proposta de governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Eleito presidente, Lula a nomeou ministra de Minas e Energia, ocasião em que ela também assumiu a presidência do Conselho de Administração da Petrobras. Foi empossada em 1º de janeiro de 2011, ocupando o posto de 36º presidente da República.

presidência da república. Dilma Rousseff integra o cenário feminino que, pela primeira vez, comanda algumas nações da América Latina nos anos 2000: no Chile, Michelle Bachelet governa de 2014 a 2018; na Argentina, Cristina Kirchner teve seu primeiro mandato de 2007 a 2011 e o segundo de 2012 a 2015; no Panamá, Mireya Moscoso assume de 1999 a 2004; e, na Costa Rica, Laura Chinchilla governa de 2010 a 2014.

Entre os avanços políticos mais recentes, na promoção da cidadania e no combate ao sexismo nas esferas de poder, podemos destacar a aprovação, em junho de 2021, do projeto que estipula uma porcentagem mínima de mulheres nas cadeiras da Câmara dos Deputados, nas assembleias legislativas dos estados, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas câmaras de vereadores. Caso a quantidade de mulheres eleitas não seja suficiente, as suplentes deverão ser convocadas para cumprir a cota.

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) ressaltou que há mais de dez anos as mulheres vinham tentando institucionalizar o fundo e estabelecer cota razoável e moderada para que as mulheres brasileiras alcancem a média mundial de 30% de cumprimento dos mandatos legislativos até o ano de 2040. Na avaliação do senador Paulo Paim (PT-RS), o projeto é ousado e vai no caminho das grandes potências, que começam a admitir cadeiras na disputa eleitoral a setores discriminados da população²⁶ (BRASIL, 2022).

Conforme a Senadora do MDB, a luta pela cidadania das mulheres não é recente, pois, somente em 2018, após mais de uma década reivindicando, o Tribunal Superior Eleitoral determinou que 30% da arrecadação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) fossem destinados à campanha de mulheres. Isso porque o fato de somente disponibilizar uma cota partidária para mulheres não foi suficiente para garantir a disputa efetiva e a participação feminina no pleito eleitoral. Na verdade, essa e muitas outras medidas se tornam imprescindíveis para mudar as estruturas patriarcais da política e revolucionar a sub-representação feminina nos espaços de poder.

No cenário estadual, somente em 2015, pela primeira vez, houve uma mulher ocupando o cargo de governadora do estado: Izolda Cela (PDT), vice do governador

Em 2014, ela ganhou sua segunda eleição presidencial. Dilma assumiu seu segundo mandato em 1º de janeiro de 2015, enfraquecida por uma crise econômica aguda e pelas denúncias que atingiam os partidos que a apoiaram. A partir de fevereiro, seus índices de popularidade entraram em declínio e começaram as manifestações conhecidas como “panelaço”, seguidas dos pedidos de impeachment. Em dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, deu curso a um dos processos que pediam o impeachment de Dilma e, em 12 de maio deste ano, com 55 votos favoráveis e 22 contrários, o Senado autorizou a abertura do processo de impeachment, determinando o afastamento de Dilma da Presidência da República. Todos os indícios históricos apontam para o fato de que a deposição da presidenta Dilma tratou-se, na verdade, de um golpe político, parlamentar, jurídico e midiático. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/dilma-rousseff-a-primeira-mulher-a-presidir-o-brasil> Acesso em: 3 fev. 2022.

²⁶ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/14/aprovado-projeto-que-estabelece-cota-para-mulheres-em-eleicoes-proporcionais> Acesso em: 3 fev. 2022.

Camilo Santana (PT). Ela assumiu o comando do estado quando o governador Camilo Santana se ausentou do país e agora, no ano de 2022, assume novamente o exercício do cargo, para que Camilo Santana possa concorrer a uma vaga no Senado Federal.

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho é "uma pessoa sensível, séria e republicana",²⁷ descreve o governador Camilo Santana. Ela exerce a função de vice-governadora nos dois mandatos de Camilo Santana, de 2015 a 2018 e de 2019 a 2022. Ela é psicóloga, professora do curso de pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú e tem ganhado credibilidade pela sua atuação na área da Educação. Izolda Cela já foi secretária de Educação em Sobral (2004-2006), Secretária Estadual de Educação do Ceará (2007-2014) e é um dos nomes mais cotados para a sucessão do atual governador na próxima eleição.

Dentre os fatores da sua projeção política, está a sua boa relação política e ideológica com o governador e o seu desempenho na área da Educação, sendo identificada como "a mulher que transformou a educação do Ceará em referência nacional".²⁸ Izolda Cela e Camilo Santana criaram o Pacto pela Educação nos municípios e o Programa Ceará Educa Mais. Entre essas ações, está o aumento de investimento na Educação, integralização da rede de Ensino Médio do Ceará até 2026 e o Estado avança também na equidade do acesso à Educação.

Sobre o progresso na Educação, Izolda Cela aponta:

A escola de Tempo Integral é uma agenda do Governo do Ceará, que realizamos com muito esforço e com muito empenho, para pouco a pouco vencer as dificuldades e expandir a matrícula em tempo integral. [...] Os resultados do estudo "Excelência com equidade" que selecionou escolas que atendem jovens de baixo nível socio-econômico, que têm 95% de aprovação, notas no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) acima da média nacional e notas mínimas de 275 e 300 no SAEB (O Sistema de Avaliação da Educação Básica). Das 100 escolas no Brasil que atingem esses critérios, 55 são do Ceará.²⁹

²⁷ Declaração dada pelo governador Camilo Santana ao Programa Jogo Político, do Jornal O Povo. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/12/17/camilo-sobre-izolda-candidata-ao-governo-e-o-sonho-de-vice-de-qualquer-governador.html>. Acesso em: 7 fev. 2022.

²⁸ Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2015/03/08/izolda-a-mulher-que-transformou-a-educacao-do-ceara-em-referencia-nacional/>. Acesso em: 07 fev. 2022.

²⁹ Fala da vice-governadora Izolda Cela, na audiência da Frente Parlamentar Mista da Educação, no dia 2 de outubro de 2019, na Câmara Federal em Brasília. O tema do ciclo de debates da Frente foi "O ensino Médio e a experiência do Ceará". Disponível em: <https://www.vicegov.ce.gov.br/2019/10/02/izolda-cela-destaca-aco-es-do-governo-do-ceara-na-educacao-em-audiencia-da-frente-parlamentar-mista-da-educacao/>. Acesso em: 08 fev. 2022.

Em julho de 2021, o governador Camilo Santana aprovou a lei que autoriza a distribuição de absorventes íntimos higiênicos para estudantes da rede pública estadual e universidades estaduais, a fim de combater os impactos da pobreza menstrual, como o risco de abandono ou evasão escolar. Segundo o governador:

Eu considero uma lei muito simbólica. Nós vamos garantir que estudantes possam ter tranquilidade e segurança, que não precisem mais abandonar a escola por causa dessa situação. É um tema que muitas vezes as pessoas não gostam de tratar, mas é importante a sociedade saber da vulnerabilidade e das dificuldades de muitas famílias cearenses. E nós temos trabalhado para criar políticas para acolher e cuidar das nossas irmãs e irmãos cearenses³⁰.

Segundo a relatora Larissa Falcão: “Camilo Santana registrou que a elaboração da política contou com o empenho e a colaboração da primeira-dama do Ceará, Onélia Santana, da vice-governadora do estado, Izolda Cela, e da secretária da Educação, Eliana Estrela”³¹.

A medida é, de fato, importante para combater as desigualdades educacionais, a evasão escolar, a promoção da saúde pública e a garantia dos direitos humanos. Entretanto, as gestoras não criaram ainda uma medida específica para as professoras, como, por exemplo, o direito a uma licença menstrual ou a redução da carga horária para aquelas professoras que apontem a necessidade de um repouso nesse período, marcado muitas vezes por dores intensas, além do sangramento.

Em decorrência disso, mesmo nessas condições, as professoras precisam ser produtivas nas escolas, nas empresas e em suas casas. Quando retornam da jornada de trabalho, elas são vistas em pé de igualdade com os colegas homens e com os seus companheiros. Além disso, seria vital a criação para as professoras de dispositivos legais de isenção de impostos, na compra de produtos como notebooks, microfones, livros etc. Isso lhes garantiria melhores condições de acesso à cultura e mais autonomia em seus processos de qualificação e preparo profissional. Não podemos esquecer nunca que, historicamente, o magistério é uma profissão desprestigiada, com baixos salários e ocupada, maciçamente, por mulheres.

³⁰ Trecho da fala do governador através das redes sociais Facebook, Instagram e Youtube do Governo do Estado, no dia 27 de julho de 2021. FALCÃO, Larissa. Governo do Ceará garante distribuição de absorventes íntimos higiênicos a estudantes da rede pública estadual. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2021/07/27/governo-do-ceara-garante-distribuicao-de-absorventes-intimos-higienicos-a-estudantes-da-rede-publica-estadual/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

³¹ Disponível em: <https://www.casacivil.ce.gov.br/2021/07/28/governo-do-ceara-garante-distribuicao-de-absorventes-intimos-higienicos-a-estudantes-da-rede-publica-estadual/> Acesso em: 22 fev. 2022

No mesmo dia do pronunciamento do governador Camilo Santana, 27 de julho de 2021, o presidente Jair Bolsonaro vetou o projeto de lei nº 4968, de autoria da Deputada Federal Marília Arraes (PT-PE), que tramitava na Câmara e no Senado desde 2019 e que viabilizava a distribuição gratuita de absorventes para pessoas de baixa renda. Diga-se que o Ceará não foi o único estado a adotar medidas em prol do bem-estar e saúde das mulheres. Estados como São Paulo, Pernambuco, Piauí, Paraíba, Amazonas, Pará, Bahia, Paraná, Roraima e Rio Grande do Norte também sancionaram a lei para combater as desigualdades sociais entre as jovens em situação de vulnerabilidade. A cidade do Rio de Janeiro foi a primeira a distribuir absorventes gratuitamente para estudantes do ensino fundamental e médio em 2019 e, no Ceará, as cidades que já promovem a distribuição de absorventes são Jati, Fortaleza e Caucaia.³²

Nesta segunda década do século XXI, podemos dizer que ocorreu uma onda de manifestações em prol da dignidade menstrual também em países como o Peru, a Argentina e a Colômbia. Na Argentina, por exemplo, o Governo Federal, depois de analisar 16 projetos de lei acerca do tema, lançou o documento "Justiça Menstrual: igualdade de gênero e gestão menstrual sustentável", apresentando dados econômicos e comportamentais de mulheres e pessoas que menstruam.³³

No dia 28 de maio de 2022 (dia mundial da saúde menstrual), “a OMS (Organização Mundial da Saúde) chamou a atenção para o quanto essa problemática ainda é pouco discutida na América Latina. Apesar disso, alguns países estão mais avançados do que outros, quando o assunto é acesso a produtos de higiene”³⁴.

Refletindo sobre as possibilidades de progressão na política e nos cargos de gestão nos âmbitos municipal, estadual e federal, podemos observar que é necessário o apoio de lideranças tradicionais para a promoção das mulheres neste campo. Foi esse apoio que faltou a Ângela Barros (de quem falávamos há pouco). Ela construiu a sua carreira profissional na esfera municipal, se destacando com trabalhos sociais e na área da Educação. Faltou, no entanto, para que ela estivesse à frente do executivo municipal de Itapiúna, entre outros fatores, o apoio de partidos e lideranças políticas, a fim de que

³² Disponível em: [Prefeitura de Caucaia vai distribuir absorventes a adolescentes da rede pública de ensino - PontoPoder - Diário do Nordeste \(verdesmares.com.br\)](https://www.verdesmares.com.br/ponto-poder-diario-do-nordeste/2021/07/27/prefeitura-de-caucaia-vai-distribuir-absorventes-a-adolescentes-da-rede-publica-de-ensino). Acesso: 14 mar 2022.

³³ Disponível em: [Como outros países latinos combatem a pobreza menstrual? \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/10/11/peru-colombia-argentina-como-outros-paises-combatem-a-pobreza-menstrual.htm) Acesso: 22 mar. 2022.

³⁴ Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/10/11/peru-colombia-argentina-como-outros-paises-combatem-a-pobreza-menstrual.htm>. Acesso: 14 mar 2022.

fizesse mais em favor das mulheres e dos estratos mais subalternizados de nossa população.

Izolda Cela e Ângela Barros são mulheres que tiveram a sua capacidade de administrar reconhecida pela competência, pelas vivências com o trabalho social e com a Educação, mas o pensamento conservador e o domínio masculino impedem que outras mulheres cheguem a mais patamares do exercício do poder.

Ainda que haja uma participação mais ativa das mulheres na política, a sua representatividade nesse campo segue ainda muito aquém de uma verdadeira representatividade. Na atual administração municipal de Itapiúna, apenas duas mulheres ocupam cargos de chefia no Poder Executivo. São elas: Aurilene Luciano de Araújo, Secretária Municipal de Administração, e Ginna Kiteria Coelho, Secretária do Trabalho e Assistência Social e primeira-dama do município.

Ginna Kiteria Coelho vem, infelizmente, na contramão do que se espera do avanço da equidade de gênero na política, construindo a sua imagem pública com base no populismo e no assistencialismo, através da promoção de festas como a do Dia das mães, a Festa do Abc e a Festa de 15 anos/baile de debutante coletivo para moças que moram na sede do município. É o que se registra no jornal local, e site, A Voz do Bem:

Na última sexta-feira, 20, a Prefeitura de Itapiúna, através da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, promoveu a Festa de Debutantes e realizou o sonho de 29 adolescentes do Município, o evento teve como tema “Uma Noite em Las Vegas”. O baile é uma oportunidade das famílias carentes realizarem o sonho de suas filhas debutantes. Foi uma bela festa, o vestido perfeito, a valsa e muita fotos para registrar o momento. A Festa de Debutantes é um projeto da Primeira-dama e Secretária do Trabalho e Assistência Social, Ginna Kitteria, que teve início em 2018, e tem por objetivo propiciar um momento único e inesquecível às adolescentes do município que completaram ou completam 15 anos no ano corrente, e que estejam estudando. “Nós contamos com a parceria de empresários do próprio município e de outros municípios, que, assim como nós, almejam viabilizar a realização do evento e promover a felicidade das famílias durante o baile” destaca Marília Alves, Assistente Social (A VOZ DO BEM, 2019).

Na matéria citada, percebe-se, além da exclusão das jovens que moram nos distritos e zona rural da cidade, a tosca alienação ideológica das políticas que deveriam ser promovidas em favor do bem estar e do desenvolvimento da juventude de Itapiúna. Além disso, não há clareza quanto ao motivo da promoção da festa se dar para apenas 29 jovens e familiares carentes do município. Certamente há uma diversidade de jovens que almejavam outras realizações nessa fase da vida e não foram ouvidas nem contempladas pelos serviços da Secretaria de Assistência Social do município.

Diga-se que, originalmente, o baile de debutante era realizado pelas famílias nobres da Europa dos séculos XVII e XVIII. A celebração da passagem para a nova fase da vida, a adulta, era feita para apresentar as moças à sociedade e encontrar para elas um pretendente ao casamento.

A palavra debutante se origina do francês *'débutant'*, que significa iniciante ou estreante. Após a Revolução Francesa de 1789, com a fuga das famílias nobres da guerra civil e a conseqüente migração para as colônias europeias, como Estados Unidos e Brasil, o baile de debutantes começou a se propagar com ainda mais força. No Brasil, os bailes de debutantes fizeram muito sucesso na década de 1950.³⁵

Com eventos voltados para a parte da população mais carente da cidade, a secretária e primeira-dama promove supostos momentos de sociabilidade entre as famílias, evidenciando, na verdade, uma visão maternalista das funções que assume e reproduzindo inúmeros estereótipos de gênero, como “a dádiva de ser mãe” e a celebração da nova fase da vida da mulher com docilidade, encantamento e beleza, reforçando que o marco dos 15 anos é uma “época de sonhos para as meninas”. Na prática, não há o desenvolvimento de diversas e potentes ações que permitam sonhar em um lugar marcado por falta de emprego, injustiças e desigualdades.

Quanto ao que deveria estar sendo feito em matéria de política de promoção social, não foram criados ainda no município quaisquer dispositivos legais que incentivassem a autonomia das meninas; como, por exemplo, bolsas de estudo e de permanência no ensino superior. Ao contrário disso, como sabemos, as meninas são, desde cedo, responsabilizadas pelos cuidados com os irmãos mais novos, os idosos e os afazeres domésticos de suas casas, e a conjunção disso tudo as conduz ao baixo rendimento e à infrequência escolar.

Celebrações como essas reforçam, ademais, as desigualdades de papéis sociais e de costumes concebidos de acordo com as notações de gênero, reproduzindo o conservadorismo da formação da imagem feminina na sociedade patriarcal brasileira.

Aurilene Luciano, por sua vez, é natural de Itapiúna, e assume pela terceira vez um cargo de chefia na prefeitura. Ela já foi Secretária de Administração e Finanças na gestão do prefeito Júnior Lopes. A participação de Aurilene Luciano na administração pública, e em cargos de confiança, reforça, em certo ponto, a credibilidade da figura

³⁵ NORONHA, Renata Fratton. **História sobre o baile de debutante**: história e costume. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jordi/162debu/historia/#:~:text=O%20baile%20de%20debutantes%20teve,filhas%20que%20se%20tornavam%20mulheres>. Acesso em: 28 fev. 2022.

feminina para atuar nos cargos de gerência do município. Isso quebra, um pouco, o roteiro comum de se ser professora, cuidadora, merendeira, vendedora, atendente, auxiliar de enfermagem e secretária escolar.

Mesmo na Educação, onde há uma predominância de funcionárias e colaboradoras, o Secretário de Educação é homem. Vejamos a lista de Secretários do Poder Executivo municipal nos dois mandatos consecutivos do atual prefeito Dário Coelho (2017-2022):

- Secretária do Trabalho e Assistência Social: Ginna kittéria Coelho.
- Secretária Municipal de Administração: Aurilene Luciano de Araújo.
- Secretário Municipal de Educação: José Arnaldo Araújo Batista.
- Controladoria Geral do Município: Aurélio de Oliveira Souza
- Procuradoria Geral do município: Francisco Flávio de Menezes Filho.
- Secretaria Municipal de Cultura: José Hudson Menezes Oliveira.
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural: José Maria de Paula Campelo.

Na estrutura municipal, os cargos de poder ainda são reservados aos homens, reproduzindo os estereótipos de gênero construídos ao longo da história, segundo os quais apenas determinadas atividades e habilidades secundárias são reservadas às mulheres, como cozinhar, casar, cuidar dos filhos. Já os cargos de chefia e administração pública são designados aos homens, tal como era nas estruturas e nos organogramas da época colonial.

Ter uma cota para que as mulheres ocupem cargos e mandatos no poder legislativo não é suficiente, caso não haja mudança interna no falogocentrismo dos poderes públicos: ainda baseados em valores machistas, conservadores e sexistas. Essa hierarquia de gênero nas relações de poder gera dificuldades na representatividade feminina e cria barreiras para o acesso à educação, ao lazer, à saúde e a todos os direitos e garantias em condições iguais de cidadania com os homens.

Embora se diga constantemente na atualidade que “lugar de mulher é onde ela quiser”, na tentativa de negar que existe um lugar específico para a mulher, não é bem assim que as relações são tecidas no cotidiano. Pelo contrário, as estruturas institucionais definem bem os espaços que cabem às mulheres ocupar, distintamente dos que são destinados aos homens (os lugares de prestígio, de controle e privilégio).

Desse modo, é nítida a necessidade de se criar estratégias de enfrentamento para superar as desigualdades enraizadas na sociedade e tornar efetiva a participação política

das mulheres. Não basta só apontar a diferença numérica entre homens e mulheres na ocupação dos espaços públicos, é, sobretudo, preciso garantir que os direitos e os interesses de todos/as os/as cidadãos/ãos sejam contemplados/as levando-se em consideração as suas especificidades e reais necessidades. Não basta ter uma ou duas mulheres nos espaços de poder, ou sempre apontar somente uma mulher para ocupar espaços de prestígio. Para promover mudanças relevantes, não é suficiente ter uma representatividade feminina sem ter voz ativa, sem apoio para tomar decisões importantes.

As mudanças sociais e políticas devem ser estruturadas na base das hierarquias de poder, ou seja, não só por meio de uma cota partidária para eleger mulheres. É imprescindível a equidade nos demais cargos públicos, pois, quanto mais diversas forem as representações governamentais femininas, mais haverá possibilidades de se construir políticas sociais pautadas na diversidade e não no destaque pontual de poucas mulheres rotuladas dentro do padrão universal do patriarcado.

3. QUEM QUER SER PROFESSORA LEVANTA A MÃO! HISTÓRIAS DE VIDA E ENTRELAÇAMENTO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO, EDUCAÇÃO E SERVIÇO DOMÉSTICO

“Fiz das pedras meu castelo” (Cora Coralina).

No capítulo II, analisamos as condições materiais gerais de subordinação das mulheres no município de Itapiúna/CE, diante das escassas oportunidades de trabalho e dos vícios políticos para o controle e a manutenção do poder local: o que tem se agravado ante a conjunção da proliferação das ideias neoliberais, dos currículos escolares elitistas e da precarização crônica das condições de vida da classe trabalhadora. No capítulo III, veremos então como a confluência dos fatores ligados às explorações de classe e gênero sobrecarrega as mulheres, fazendo-as permanecer em trabalhos precarizados. A seguir, vemos, em cada seção, uma frase topicalizando as entrevistas com as quatro mulheres interlocutoras/sujeitas de nossa pesquisa, apresentando assim como significam as suas específicas condições de vida e trabalho, em meio às relações entre formação docente e serviço doméstico.

3.1 Eu fui escolhida pra ser empregada doméstica porque fazia faculdade

Sobre os desafios e a realidade das mulheres, no contexto específico de Itapiúna/CE, deparamo-nos com a situação da *entrevistada A*: Atualmente, é balconista no comércio do seu pai e mantém uma pequena papelaria em casa. As primeiras entrevistas com ela foram feitas na sala de sua casa; lugar onde, justamente hoje, a trabalhadora montou o seu próprio negócio, para não ser mais empregada doméstica nos fins de semana e, assim, poder ficar em casa, estar próxima da filha, que é adolescente (13 anos), e ter uma renda extra. Como disse em entrevista: a possibilidade de “trabalhar para mim mesma”. A entrevistada é divorciada e não pode contar com a pensão do pai da filha todos os meses, como ela gostaria. Desse modo, ela iniciou em casa as suas vendas, para complementar a renda e prover o próprio sustento. Segundo a mesma, “queria sustentar a minha família e realizar alguns sonhos, como ter a minha casa própria, que será uma das minhas maiores realizações”.

Sobre a docência e as oportunidades de trabalho na cidade, ela afirma:

As oportunidades para mulheres no interior são escassas: ou se vai trabalhar em casa de família e ganhar pouco - porque aqui as pessoas só pagam pouco; ou se vai trabalhar na prefeitura, quando se tem um “padrinho”. Um dos empregos que paga melhor é o de Professora. Para a realidade do município é até um bom salário. Eu queria fazer Contabilidade, mas a faculdade não abriu turma pra esse curso aqui. O que vem é só a Pedagogia. Então comecei a fazer e gostei. Meu pai queria muito que eu me formasse, como isso dava orgulho pra ele, eu resolvi enfrentar e fui fazendo. Eu vi que não era fácil, mas era prazeroso. Sei que quem é Professora não ensina só quatro horas, trabalha em casa pra repassar coisas novas para as crianças. Quem quer ser uma boa Professora tem que trabalhar muito em casa. Eu até aceitaria um contrato de professora temporária na Prefeitura, mas sem vereador é muito difícil. No fim de semana que eu não ia pra faculdade, eu já ia pra Fortaleza trabalhar como babá e, assim, já complementava minha renda e pagava a faculdade. Eu notei que quando eu disse pra minha patroa que eu fazia faculdade, ela se interessou logo por mim. “Eu fui escolhida pra ser empregada doméstica porque fazia faculdade” (grifo nosso). Acho que o certo é estudar. Eu fui escolhida pra ser empregada doméstica porque fazia faculdade. É porque, assim, a gente que tem faculdade vai saber se comportar melhor nos cantos, nos restaurantes quando sair, quando for passear. Ser babá é assim, tem horas que você tá viajando, tem horas que tá ensinando. Você precisa saber de um tudo. Tu já pensou?! Tem horas que até inglês eu tenho que ensinar às crianças nas tarefas da escola. Aí serviu sim o curso de pedagogia que eu fiz, tanto pra ensinar as tarefas de casa da minha filha, educar bem minha filha, como quando estou sendo babá. Na época em que fazia faculdade, levava meus textos pra o comércio do pai. Enquanto tinha tempo, eu ia lendo. Quando chegava, ia fazer as coisas de casa, dormia e acordava de madrugada pra fazer os trabalhos da faculdade. O curso mudou assim minha visão de mundo. Eu acho que mulher não é sexo frágil, e lugar de mulher é onde ela quiser. Hoje do que mais me orgulho é de não depender de homem pra me sustentar. Tem muita mulher que se esconde atrás de homem, fica esperando que um homem sustente a casa, e se submete a todo tipo de humilhação. Eu nunca fui assim, e procuro não mexer na pensão da minha filha, embora ela nem receba todo mês. Às vezes fico é até três meses sem receber nada e não boto na Justiça. Sei que trabalho demais, mas se dependesse de homem, tudo ia ser muito pior.

Diante desse depoimento da *entrevistada A*, percebe-se a recorrência do clientelismo nos quadros locais da política. Especificamente na conjuntura de Itapiúna/CE, dadas a pobreza e a pouca e precária oferta de trabalho do lugar, impera a troca de favores entre autoridades e servidores do executivo e do legislativo com a população, sendo essa a forma mais usual de se conseguir um emprego. Diga-se que um dos únicos cursos ofertados pelas faculdades particulares, que atuam no município na modalidade a distância ou semipresencial, é o de Pedagogia. Entretanto, a maioria das egressas - praticamente todas mulheres - acaba assumindo funções alheias à educação. Muitas permanecem na informalidade ou desempregadas, pois - justamente por causa dessa política de apadrinhamento - acabam sendo preteridas por outras, sem a mesma qualificação.

Contrariamente a essa subalternização ideológica da formação pedagógica, a respeito da dignidade e da relevância do trabalho docente, Paulo Freire preconiza que: “reconhecer a importância de nossa tarefa não significa pensar que ela é a mais importante de todas. Significa, contudo, reconhecer que ela é fundamental, indispensável à vida social. Eu não posso, por isso, formar-me para a docência só porque não houve outra oportunidade” (1997, p. 32). Além da estruturação dos fatores que seguem associando a carreira do Magistério infantil e fundamental a uma *improvisada e desprestigiada ocupação feminina*, temos de observar a específica condição histórica de formação de nosso capitalismo periférico e tardio: racista, sexista, elitista e, conseqüentemente, de planejada desvalorização do magistério e da educação como forma de conscientização política.

Para a entrevistada, o valor do curso de Pedagogia está também em poder educar bem a sua filha e em ser uma babá *mais bem qualificada*, às vezes incumbida de desempenhar a função de *professora particular*, embora não receba mais por este serviço. Nesta configuração, vemos, mais uma vez, que uma mulher reforça a necessidade de se formar e de estudar constantemente para, ainda assim, submeter-se a um trabalho precário, sem ser remunerada de acordo com a sua qualificação profissional e sem ter seus direitos trabalhistas respeitados, tais como: férias, décimo-terceiro salário, pagamento de previdência social etc. Respectivamente, nesse caso, a conjugação dos fatores de subalternização de classe e gênero, como a necessidade de complementar a renda mensal e a ausência de responsabilidade financeira do pai para cuidar da filha, sobrecarrega a mulher com reiteradas precarizações laborais. Mesmo com um nível de escolarização mais alto, a sua jornada de trabalho é extensa, fragmentada e desvalorizada.

3.2 Professora não é profissão de pobre. A contingência profissional e a expectativa de ascensão social

A *entrevistada B* trabalha na Casa Paroquial da Igreja de São José. A matriz da paróquia fica no distrito de Caio Prado, onde residem todas as entrevistadas dessa pesquisa. A Paróquia de São José foi construída na localidade no ano de 2007, gerando algumas oportunidades de sociabilidade, crescimento espiritual e geração de empregos, entre eles, o trabalho doméstico.

Sobre a sua trajetória, ela relata em entrevista³⁶ que já chegou, quando adolescente, a caminhar diariamente seis quilômetros (três de ida e três de volta) para ir à escola. Ia sem café da manhã, pois saía muito cedo. Ainda assim, seus pais sempre lhe incentivavam dizendo: “Estude para ser alguém na vida!”. Desde pequena, também a incentivavam a trabalhar. No inverno, todos os cinco filhos iam colher milho e feijão no roçado. Para cumprir com as orientações de seus pais, ela passou a morar no distrito de Caio Prado com o avô paterno, a fim de concluir o Ensino Fundamental, já que no período de inverno (chuvoso) era difícil o acesso à escola desde a sua comunidade em Riacho da Várzea (onde até hoje residem os seus pais). Depois, ainda adolescente, ela foi morar com uma prima na cidade de Baturité, queria trabalhar e continuar estudando. Iniciou ali o Curso Técnico em Hospedagem, no IFCE (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará), ao mesmo tempo em que trabalhava como cuidadora de idosos e em restaurantes, a fim de poder se manter sem depender da prima e de seus pais.

Hoje, a *entrevistada B* é casada e não tem filhos. Terminou o curso de Licenciatura em Geografia no IFCE, em 2022. Ela relata que nunca teve oportunidade de dar aulas na rede municipal de ensino de Itapiúna/CE, apesar de ter tentado isso por diversas vezes. A jovem se formou primeiro que o marido, mesmo tendo de trabalhar fora de casa, estudar e cuidar de quase todos os afazeres domésticos sozinha. Para conseguir se manter e concluir a faculdade, ela conta que a melhor oportunidade que lhe foi dada foi o trabalho doméstico na casa paroquial, emprego esse em que se mantém até hoje e com o qual afirma estar satisfeita.

Vejamos mais o que nos diz a *Entrevistada B* sobre a sua contingência profissional e as opções de trabalho que lhe foram ofertadas.

As pessoas têm preconceito com a profissão de Professora, porque ganha pouco, recebe abuso de aluno, de mãe e de pai de aluno, de diretor e ainda por cima é explorada. Eu escolhi ser Professora porque penso em ficar aqui, e onde mais se emprega mulheres é justamente na Educação. Mas eu não escolhi a profissão por ter sido a única oportunidade que tive. Antes de fazer Geografia, eu comecei a fazer Hotelaria, mas não gostei. Acho que eu sempre quis ensinar, não por ser a única opção que resta pra quem é pobre, como muita gente diz. Eu não. Eu escolhi Licenciatura porque gosto, ainda que saiba das dificuldades de se arrumar vaga, de se arranjar uma escola pra dar aula aqui em Itapiúna. Ser professora não é fácil, não é qualquer um que consegue fazer seu trabalho com qualidade. Vejo pessoas que não são formadas em Geografia dando aulas e nem são concursadas. Isso me revolta e traz um prejuízo grande pra nossa área, tem conteúdos específicos que só quem é da área entende. Eu já posso dar aulas, mas o pessoal da Prefeitura não faz uma seleção, e só chama quem votou neles. Mas acredito sim que dentro da profissão eu posso crescer, quando tiver uma oportunidade, e, quem sabe, ser até uma professora universitária, ser

³⁶ Entrevista realizada na casa da trabalhadora, em 26 de abril de 2022.

bem remunerada e mais valorizada. Professora não é profissão de pobre, não! Agora, empregada doméstica é! Ainda que eu também goste e esteja satisfeita com o meu serviço na Casa Paroquial. Eu comecei a ser faxineira e empregada doméstica mesmo já quando fazia faculdade, pra poder ajudar nas minhas despesas e da casa, já que o que o meu marido ganhava era pouco pra casa e pra nós dois. Olha, ser empregada doméstica é bom, porque a gente recebe em dias e não leva trabalho pra casa. Também é profissão que todo mundo respeita hoje em dia. Eu nunca sofri preconceito nem discriminação na Casa Paroquial, e o Padre gosta muito do meu serviço. Acho que a única profissão que leva trabalho pra casa é mesmo professora. O que eu vejo em comum nas duas profissões é que precisam ser mais valorizadas, pois nenhuma delas é fácil. Como eu cuidava da Casa Paroquial, das coisas da minha casa e à noite ainda ia pra faculdade, sobrava pouco tempo pra eu estudar. Estudava mais no ônibus ou no fim de semana. Meu marido me ajudava um pouco, mas a maior parte das tarefas de casa sempre era eu que fazia, e faço até hoje, graças a Deus. Ele é professor e tem que preparar muitas aulas.

O relato mostra que - em um contexto como o de Itapiúna/CE - *se tornar Professora*, apesar de envolver alguma satisfação, é muitas vezes visto apenas como a oportunidade mais viável de se permanecer ali, com alguma dignidade profissional e de vida. É provável que, por motivos afetivos e pessoais, as jovens de Itapiúna/CE pretendam seguir residindo - tal como a *entrevistada B* - em seu município de origem, e o Magistério pode lhes reservar alguma dignidade nesse projeto de vida.

É, no entanto, relevante ressaltar que não são propriamente *os marcadores de gênero* que conformam as desigualdades, mas o modo dinâmico como as suas determinações assumem um status estruturante: conferindo valores e comportamentos socialmente representados por pensamentos, afetos, discriminações e omissões - considerados normais e aceitáveis quando, por exemplo, se impõem às mulheres condições de trabalho as quais comumente não se admite exigir dos homens. Quase tudo o que se pode observar das práticas políticas e econômicas de diferenciação de gênero - nas condições de organização e produção do trabalho - se reflete então, nas diversas áreas de vida das mulheres, em termos de injustiça, desigualdade, abuso, opressão, exploração e violência. Isso interfere diretamente nas expectativas de desenvolvimento e reconhecimento delas como profissionais.

Mediante a fala da *Entrevistada B*: “Meu marido me ajudava, mas a maior parte das tarefas de casa sempre era eu que fazia. Ele é professor e tem que preparar muitas aulas”, pode-se facilmente constatar a divisão desigual das atividades domésticas; pois, se ele ajuda, isso significa dizer que a maior parte das atividades domésticas ainda segue sendo realizada por ela, posto que os dois tenham que trabalhar fora de casa. O que, todavia, é mais notável é o fato de que ele ainda não concluiu a licenciatura, ela sim. No

entanto, quem está na sala de aula é ele, e quem trabalha como doméstica na casa do pároco é ela. A propósito dessa hierarquia social de gênero, Helena Hirata (2015) destaca:

O paradoxo dessa desigualdade é sempre estruturado segundo a divisão sexual do trabalho, conforme um princípio hierárquico: o trabalho masculino sempre com um valor superior ao trabalho feminino. Isso persiste, a despeito do fato das mulheres terem níveis de escolaridade cada vez mais superiores aos dos homens (HIRATA, 2015, p. 07).

Apesar de ter que trabalhar fora de casa e realizar todas ou a maioria das atividades domésticas, a *Entrevistada B* conseguiu se formar primeiro que o marido. Vê-se, então, que mesmo com diversas atividades, dificuldades e múltiplas jornadas, as mulheres provam a sua capacidade, ainda que permaneçam em situação de desigualdade. Mesmo licenciada em uma instituição pública federal de ensino, a nossa interlocutora não conseguiu emprego na área da educação, e permanece sendo empregada doméstica.

Nesse sentido, a ausência de políticas de Estado contribui para a precarização da formação e a não qualificação do trabalho feminino. Verifica-se nesse caso que, mesmo estudando em um Instituto Federal, a entrevistada não contou com nenhuma bolsa de estudo ou com auxílio que lhe garantisse a permanência. Isso dificultou a sua formação, já que, por conta do excesso de trabalho, só lhe restava pouco tempo de estudo: antes de ir para a faculdade, no deslocamento do ônibus, ou durante as madrugadas.

3.3 Desde pequena eu sonhava em ser professora.

Dentre os sonhos que as jovens mulheres pobres do interior alimentam, podemos destacar o de ser professora e o de ter a casa própria, ainda que a ambição mais próxima para a maioria delas seja, não raro, a de conseguir uma casa de família mais abastada, onde possam trabalhar como diaristas ou empregadas domésticas (e ali receberem semanalmente algum dinheiro). É isso o que costumo ouvir de minhas alunas em sala de aula. Vejamos o que relata a *entrevistada C* sobre os atravessamentos do machismo em sua vida, sobre as condições precárias de sua família e os seus sonhos já realizados, através da docência e do trabalho doméstico.

Eu nasci no dia 09 de dezembro de 1983, na localidade de Poço Comprido, zona rural de Quixadá/CE. Sou filha de pai agricultor e de mãe exclusivamente *dona de casa*. Somos cinco irmãos: três homens e duas mulheres. Nossa família era bastante humilde, mas a minha vida escolar teve início aos seis anos

de idade, na mesma localidade onde nasci. Essa é a parte boa e feliz de que me lembro na infância: adorava ir pra escola e estudar. Torcia pra chegar logo o recreio e a merenda. Lembro também das brincadeiras em frente à escola e dos jogos de bola, quando se misturavam meninos e meninas. As lembranças mais fortes que guardo desse período são, no entanto, os momentos difíceis que passamos por conta do comportamento agressivo de meu pai quando estava bêbado. Minha mãe suportou muitas coisas. Como ela mesma dizia: preferia sofrer com ele a ver os filhos serem maltratados por outras pessoas. Assim, a gente cresceu e sobreviveu. Bem cedo, ainda criança, comecei a ajudar em casas de família, tentando um pouco de independência, pelo menos pras coisas menores. Não gostava de pedir nada a meu pai, pois entendia que era muito difícil manter uma família tão grande. Era empregada durante o dia, e durante a noite estudava para concluir o ensino médio. Sonhava em ter minha casa, meu espaço e, aos dezessete anos, encontrei o que parecia ser a oportunidade perfeita. Fui morar com um homem recém-separado e com dois filhos. Quando completei a maioridade já vivia uma situação de muito trabalho e responsabilidade. Como nunca gostei de ser dependente de outras pessoas, para me manter, eu comecei a trabalhar como vendedora ambulante e, em seguida, consegui meu primeiro emprego de carteira assinada numa fábrica de calçados em Quixadá. Três anos mais tarde, deixei o emprego e resolvi sair da situação conjugal em que vivia. Retornei para Quixadá e dei início à faculdade de Pedagogia, onde também trabalhei como vendedora em uma loja. No terceiro semestre da faculdade, comecei a lecionar, paralelo a isso, me casei. Engravidei no 3º mês de casamento e me separei no 8º mês. Quando meu filho nasceu, eu já não vivia mais com o pai dele. Para me manter, manter a casa e toda a responsabilidade com o meu filho, já que não podia contar com a ajuda do pai, meu trabalho como professora ainda não era suficiente, então acrescentei às minhas atividades, como renda extra, o trabalho de manicure. Encontrava dificuldade em conciliar escola, filho, trabalho extra, faculdade... Mais tarde, decidi vender bolos aos finais de semana. Trabalhava na escola,³⁷ estudava durante a semana e, aos sábados e domingos, vendia de porta em porta os meus bolos. Esqueci de dizer que, nessa mesma época, congregava em uma igreja evangélica, à qual dedicava muito do meu tempo, mas ali encontrava paz em meio ao imenso cansaço físico e psicológico em que vivia. Talvez o esquecimento sobre essa parte seja pelo fato de, mais tarde, eu ter tido uma grande decepção ou, por assim dizer, ter encontrado uma verdade que realmente me libertaria da prisão religiosa. Espero ter a oportunidade de falar muito sobre isso ainda e poder esclarecer meu ponto de vista. Em momento algum perdi a fé em Deus, mas perdi a fé em pastores e em muitas pessoas de atitudes carregadas de hipocrisia, machismo, preconceitos e tantos outros valores negativos e escondidos atrás de uma religiosidade doentia. Bom, voltando aqui. Demorei muito a concluir a faculdade, devido às tantas dificuldades enfrentadas, filho pequeno, excesso de trabalho, cansaço físico extremo, só o caco mesmo. Mas quando recebi meu diploma já tinha sido aprovada no concurso público do município de Quixadá, ainda que tenham se passado quase três anos para ser homologado e nos contratarem. Nesse período, também fui aprovada no concurso público de Itapiúna, quando fui chamada e optei pelo de Quixadá. Comecei a trabalhar pelo município de Quixadá em 2019. Em 2021, recebi convite para fazer parte do núcleo gestor da escola onde estou lotada. Agora estou como diretora pedagógica. Esse é o tipo de trabalho me dá muitos trabalhos, mas também é muito gratificante. Me sinto feliz e abençoada. Posso fazer pelo meu filho o que meus pais não puderam fazer por mim.³⁸

³⁷ A escola a que ela se refere é a Escola de Ensino Fundamental I Maria Alaíde Bezerra Lopes, localizada no distrito de Caio Prado.

³⁸ Entrevista realizada dia 25 de maio no distrito de Caio Prado.

Entre muitos aspectos, vemos na entrevista que atuar no magistério do Ensino Fundamental só garante o sustento de modo precário às professoras, situação essa que lhes obriga a ter outros empregos informais para melhorar, grosso modo, a renda do mês e o poder aquisitivo; sem que, necessariamente, tenham uma boa qualidade de vida. Quanto mais encargos têm, menos tempo têm para estudar, para cuidar dos filhos e do seu bem-estar.

Essa conjunção de fatores tem consolidado o magistério como ocupação tipicamente feminina. Vejamos as tabelas sobre o número de mulheres empregadas nas redes municipal e estadual de ensino em Itapiúna/CE:

TABELA 1- Quantitativo de professoras/es por gênero na rede municipal

	Professoras Ed. Infantil	Professores Ed. Infantil	Professoras Ens. Fundamental I e II	Professores Ens. Fundamental I e II
2020	55	01	65	08
2022	51	01	58	07

FONTE ³⁹: Secretaria de Educação Municipal de Itapiúna/CE.

TABELA 2 - Quantitativo do Núcleo gestor da rede municipal por gênero

	Coordenadora Ed. Infantil	Coordenador Ed. Infantil	Coordenadora Ens. Fundamental I e II	Coordenador Fundamental I e II
2020	15	04	15	04
2022	15	04	15	04

Fonte: Secretaria de Educação Municipal de Itapiúna/CE.

Segundo as informações da Secretaria de Educação, as mulheres são a maioria a ocupar os cargos de gestão e a função de professora no Ensino Fundamental do município de Itapiúna/CE. Todavia, o que pode parecer um avanço na história do trabalho das mulheres no município revela uma forma de controle sobre o gênero. Neste caso, as mulheres ocupam cargos que estão sob o controle dos políticos eleitos e os empregos estão ligados ao cuidado com crianças e à esperada docilidade feminina e materna. São

³⁹ Dados fornecidos pela Secretaria de Educação Municipal para essa pesquisa, em 14 de março de 2022. Foram solicitados os dados por gênero desde o início dos anos 2000, mas não foram fornecidos.

as mulheres, professoras na rede municipal, que precisam se desdobrar entre o trabalho de professora e outros empregos arranjados para complementar a renda e as atividades domésticas.

Já na rede estadual, os cargos de direção são ocupados através de provas e votação, e são aos homens que, durante décadas, têm sido destinados esses cargos. Não identificamos professoras da rede estadual que são ou que tenham sido empregadas domésticas, no entanto elas são minoria e nunca ocuparam os cargos de coordenadora pedagógica ou de diretora, os quais são sempre ocupados por homens. As mulheres são, contudo, maioria nos cargos de secretária escolar e cozinheira; ou seja, em funções com pouco poder de decisão e baixa remuneração. A segmentação de gênero nos trabalhos escolares gera guetos profissionais e reforça ainda mais estereótipos de discriminação entre homens e mulheres. Vejamos as tabelas da Rede Estadual:

Pesquisa sobre a docência nas primeiras décadas do século XXI- REDE ESTADUAL

Tabela 3. Quantitativo de professores/as por gênero na Escola de Ensino Médio Vereadora Edimar Martins da Cunha.

	Professoras	Professores
2014	08	07
2019	08	07
2022	08	09

Fonte: Dados fornecidos pela secretaria escolar.

Tabela 4. Núcleo Gestor da E.E.M. Vereadora Edimar Martins da Cunha.

	Diretor	Coordenador	Sec. Escolar	Assessor adm. Financeiro	Cozinheiro (a)
2014	Masculino (M) -1	M ⁴⁰ 1	Feminino (F)- 1	M 1	F ⁴¹ -1
2019	M -1	M1	F1	M1	F – 1
2022	M1	M1	F1	M1	F-2

Fonte: Dados fornecidos pela secretaria escolar.

⁴⁰ M - masculino.

⁴¹ F - feminino.

Tabela 5. Corpo docente por gênero na Escola de Ensino Médio Franklin Távora.

	Professoras	Professores
2010	15	26
2022	9	14

Fonte: Dados fornecidos pela secretaria escolar.

Tabela 6. Núcleo gestor e cozinheiras da E.E. Médio Franklin Távora

	Diretor	Coordenador	Sec. Escolar	Assessor - adm. Financeiro	Cozinheiro(a)
1990	M-1	M-2	F-1	0	0
2010	M-1	M-3	F-1	0	F-2 M-1
2022	M-1	M-2	F- 1	M -1	F-2 M-1

Fonte: Dados fornecidos pela secretaria escolar.

O mercado segregado faz parte da construção de gênero e da manutenção da submissão das mulheres no município. Não basta ser maioria numericamente, como no caso do Ensino Fundamental I da rede municipal. O número de cozinheiras na rede estadual e o número de secretárias escolares na rede estadual também conferem maioria às mulheres, mas é preciso discutir as condições sistemáticas da feminilização de *alguns tipos e postos de trabalho*, para que assim possamos nos libertar do controle patriarcal e machista, para que não se gere mais subalternidade, desvalorização profissional e invisibilidade das pautas feministas.

Vemos que os marcadores de classe e gênero, quanto à distribuição de poder e ao próprio exercício profissional, determinam as aspirações sociais das mulheres de Itapiúna/CE. Dessa forma, mesmo na educação, os homens continuam mantendo o domínio, e os postos de trabalho aos quais as mulheres seguem sendo relegadas as cingem na escola aos pressupostos naturalizados do cuidado e da maternagem.

É interessante destacar que, após narrar a sua autobiografia, a *entrevistada C* refletiu e enfatizou o aspecto da religiosidade na sua trajetória: “Quando eu analiso o que

Deus fez em minha vida, vejo que Ele me proporcionou e me permitiu viver várias coisas que, sem Ele, eu não viveria. Ele me provou que eu nunca estive sozinha”.

E reforça:

É necessário, quando a gente conta a nossa história, não ocultar a intervenção divina. Quando tudo parecia treva, e quando meu peito estava inundado de tristeza e desesperança, Deus foi meu guia, foi meu tudo. A gente se frustra porque colocamos em nós mesmos expectativas altas demais, mas com Jesus não há decepção e certamente alcançamos lugares que nem a gente mesmo imaginava.

Ao relatar, especificamente, a sua relação com o trabalho doméstico e com a docência, a interlocutora destaca:

Eu comecei a ser empregada doméstica aos 14 anos. Com essa idade era só o que eu podia fazer e, por necessidade, sempre que aparecia uma oportunidade de ir trabalhar nas casas dos outros, eu ia. Ia ajudar a limpar a casa, a lavar louça, cozinhar e lavar roupa. Aprendi a fazer as coisas mais nas casas dos outros, porque em nossa casa, minha mãe queria fazer tudo só. Os homens não podiam fazer nada e nem a minha irmã mais nova. Caçula é assim! Então, eu e minha irmã mais velha, a gente ia pras casas, fazer as coisas e ganhar alguma comida, roupas, às vezes dinheiro. Com 14 anos, a minha responsabilidade era grande: cuidava de um senhor de 90 anos, da casa, das roupas, de tudo de uma casa! Eu queria sair de nossa casa pra não ver a violência do meu pai com minha mãe, com meus irmãos e até comigo. Muitas vezes, tive que correr para não apanhar por motivo nenhum. Eu não suportava aquela violência toda por conta do machismo e da bebida (ao lembrar e relatar esses aspectos, a entrevistada chorou. Nesse momento, as lágrimas escorreram devagar e a emoção tomou conta da entrevista. Diante disso, foi necessária uma boa pausa). Desde nova eu já ia trabalhar na serra (Guaramiranga/CE) e em Fortaleza. Mas também, desde cedo, eu sonhava em ser professora, pois a minha madrinha era professora e eu achava muito bonito o jeito educado dela. Quando eu passei em Pedagogia na UECE⁴², foi uma grande alegria pra mim. Nessa época, eu trabalhei como professora no município. Como eu trabalhava oito horas por dia, eu não tinha muito tempo pra estudar, então eu aprendi na sala de aula mesmo. Se tinha trabalho, eu fazia de madrugada ou nos finais de semana. Por conta do meu trabalho e da faculdade, eu sempre fui uma mãe ausente. Minhas irmãs me ajudaram muito a cuidar do meu filho. O pai dele era ainda mais ausente e eu procurava não pedir nada, nem dinheiro nem ajuda pra cuidar dele. Toda a responsabilidade era comigo. Eu não queria ir pra

⁴² A entrevistada C estudou na FECLESC, unidade acadêmica da UECE. “A Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC) foi criada em 1976, sendo resultado expresso de lutas e mobilização da sociedade quixadaense e do Sertão Central. Em 1983, passando então a fazer parte da Universidade Estadual do Ceará (UECE) implantou os cursos de Pedagogia, Ciências e História; em 1988, esses cursos foram reconhecidos pelo Conselho Federal de Educação. A partir dessa data, a FECLESC inicia sua história, tendo como cerne a formação de profissionais da educação, com a responsabilidade de formar pessoas fundamentalmente comprometidas com o desenvolvimento cultural e social da região”. Fonte: arquivo em pdf do I ENCONTRO TRABALHO, EDUCAÇÃO, ESTÉTICA E SOCIEDADE DO SERTÃO CENTRAL. **Desenvolvimento humano:** Interiorização do conhecimento no contexto da Crise do Capitalismo contemporâneo. Comissão Organizadora do I ETEESSC.

justiça, para ter que ter mais uma luta, mais um desgaste pra mim. Isso ia roubar o meu tempo e a minha paz. Meu tempo sempre foi muito corrido, na época da faculdade eu vendia bolo e ainda fazia unhas nas casas. Pensei em fazer outros concursos por causa da valorização profissional, a recompensa financeira do magistério ainda é muito baixa. Todo profissional precisa de um professor, mas a nossa classe é bem desvalorizada. Antigamente, só via homem sendo diretor, mulher era sempre professora. Hoje, eu penso que não existe profissão que mulher não possa assumir. Mas ser diretora, eu acho que é um cargo que mulher se encaixa mais, porque precisa ter muita atenção e cuidado, tem que ter um olhar amplo e sensível ao mesmo tempo. Com o curso de Pedagogia, eu passei a ver as coisas de um jeito mais amplo, mais criterioso e ao ver um problema na escola, eu consigo resolver da melhor forma.

Sobre os fatores que a motivaram a ser professora e empregada doméstica, e as semelhanças entre as profissões, ela observa que:

A mulher que é professora é muito mais cobrada, pois é cobrada em casa e na escola. Já o homem não! O que eu mais gosto na profissão é ensinar a uma criança a ler. Eu fico muito feliz ao ver aquelas crianças que não têm incentivo em casa, começarem a ler. Isso me motiva. Vejo que as duas profissões exigem um bom controle das tarefas e do tempo. Ser empregada exige respeito e humildade. Ser professora, eu acho, exige mais afeto da gente. O que me motivou a fazer serviço doméstico nas casas das pessoas foi o pagamento em dias, o respeito. Eu nunca sofri discriminação sendo empregada doméstica nem nenhum constrangimento. Mas já vi isso sim com minhas colegas de profissão aqui em Itapiúna. Minha patroa dizia assim comigo: “Essa aí é gente”. Minha patroa era advogada e, quando falava isso, minha colega e eu, a gente ouvia e ficava constrangida, mas nunca dissemos nada. Acredito que ela me considerava “gente” por eu estar fazendo faculdade na época e por ser branca (grifos nossos).

Diante dos depoimentos da *entrevistada C*, cabe considerar o que nos diz Michael Pollak (1989):

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é, de saída, reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto de forma seletiva (POLLAK, 1989, p. 06).

No caso da *entrevistada C*, vimos que ser empregada doméstica era, para ela, uma chance de sair de casa, de escapar da violência do pai, das várias situações de machismo na família e de garantir, sem perder a fé, o seu sustento. Nesse contexto, tornar-se empregada doméstica e tornar-se professora corresponde, no mesmo tom emotivo da entrevista, à possibilidade de ruptura com a situação de pobreza, tanto quanto com as violências de gênero, dentro de casa e nas conturbadas relações conjugais: algo

intermediado contínua e pessoalmente por sua fé, resiliência e uma espécie de dedicação devotada ao trabalho *de servir*.

Quando ela cita que “a mulher que é professora é muito mais cobrada, pois é cobrada em casa e na escola. Já o homem não”, ela demonstra como o marcador de gênero atravessa e estrutura as desigualdades, e como ela vivencia isso: tendo que trabalhar ainda mais para dar conta dos papéis de gênero que lhe são impostos, como a responsabilidade com o filho e os cuidados com a casa, restando-lhe pouco tempo para a sua própria formação e investimento em si. Nesse mesmo sentido, sobre o legado da “escravidão doméstica” inconsideradamente imposta às mulheres, Angela Davis (2016) destaca:

A abolição das tarefas domésticas enquanto responsabilidade privada e individual das mulheres é claramente um objetivo estratégico da libertação feminina. Mas a socialização das tarefas domésticas – incluindo o preparo das refeições e o cuidado das crianças – pressupõe igualmente colocar um fim ao domínio do desejo de lucro sobre a economia (DAVIS, 2016, p. 254).

Já quanto aos elementos que, a pretexto das relações de gênero e trabalho, formam a memória e a identidade das mulheres nos lugares de subalternidade, Michel Pollak (1989) observa que:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode, sem dúvida, ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (...) O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo (POLLAK, 1989, p. 08).

Vemos que, para a *entrevistada C*, a sua vida não pode ser narrada nem as suas memórias oralizadas sem a presença e o testemunho da fé, como elemento primordial de seu discurso e móvel da superação ao que ela mesma entende ser resultado do machismo e das demais violências de gênero. Ela confere plena credibilidade aos acontecimentos que lhe parecem ligados e atravessados pela fé, mesmo reconhecendo que as suas dificuldades se devem a causas materiais, com origem nas desigualdades de classe e gênero. Ela vê a fé, enfim, como um instrumento de luta, de resistência e não apenas de consolo frente às condições materiais adversas.

A entrevista, nesse caso, possibilita a evidenciação desse e de outros aspectos, os quais comumente escamoteiam ou mitigam o protagonismo e a autodeterminação das mulheres. Para Thompson (2002),

a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder e cujas vozes estão ocultas, porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos. Essas vozes ocultas são acima de tudo de mulheres – e é por isso que a história oral tem sido tão fundamental para a criação da história das mulheres (THOMPSON, 2002, p.16-17).

Em seu depoimento, é ainda possível conferir o quão colonial e elitista segue sendo a mentalidade de quem contrata os serviços domésticos de mulheres em contextos como os de Itapiúna/CE. Vale destacar a frase: “Essa aí é gente”. Concretiza-se nessa fala a discriminação entre duas mulheres que realizam os mesmos trabalhos. Uma é tratada com respeito, “como gente”, apenas por ter o nível superior, conforme foi destacado pela entrevistada. A outra, não. A patroa desconsidera a educação que a outra empregada recebeu em casa e até o fator idade. Ela desrespeita uma senhora, ainda que precise dos seus serviços e do seu conhecimento para a organização da casa.

Vê-se nesse tipo de atitude como a herança colonial ainda alimenta preconceitos e impede a efetivação das leis e garantias trabalhistas. Em relação à colonialidade de gênero e à hierarquia entre *humanos* e *não humanos* no trabalho doméstico, vejamos a definição de Lugones (2014):

ao usar o termo colonialidade, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos, em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a algo menos do que seres humanos (LUGONES, 2014, p. 939).

Superar a visão de que o trabalho doméstico é apenas uma atividade repetitiva e animalizada é, pois, uma questão de direitos humanos. O trabalho doméstico é, na realidade de Itapiúna/CE, uma chance que as mulheres têm para demonstrar suas habilidades e proatividade, devendo ser resguardado com toda a dignidade. Envolve, em sua importância, tarefas e práticas de circulação de saberes e, por isso, deve ser bem remunerado e mais valorizado socialmente. Nesse trabalho, é preciso que as mulheres

estejam dispostas a ensinar e aprender, por exemplo, novas receitas culinárias, a usar remédios caseiros que aprenderam ao longo da vida e com as suas mais velhas, além de disseminar os diversos fazeres como atitudes éticas, que trazem da sua família e da sua religião em favor do bem-estar delas mesmas e dos/as que as circundam.

Uma trabalhadora doméstica não pode ser respeitada e tida “como gente” somente quando tiver nível superior, mas sim pelo trabalho valoroso que desempenha em uma casa. Valorizar todos os saberes é alimentar o pensamento pós-colonial, e isso se dá na medida em que também ressignificamos o trabalho doméstico e contribuímos para a valorização dessas profissionais.

O bom funcionamento de um lar resulta do serviço doméstico diuturnamente ali realizado: higiene e organização dos espaços e refeições prontas no horário certo. Muitas vezes, são as mulheres cuidadoras que observam primeiro quando uma pessoa idosa ou uma criança está doente. Toda essa gama de serviços, que exige criatividade, inteligência e resistência, além de esforço e dedicação, não pode seguir desvalorizada nem invisibilizada apenas por se tratar de trabalhos quase sempre realizados por mulheres sem educação formal.

A realidade para essas mulheres segue, contudo, sendo a de exploração do seu trabalho, através do aumento dos turnos de trabalho, da baixa remuneração e do acúmulo de atividades e jornadas, como observamos nas situações de vida de todas as entrevistadas. Infelizmente, em nosso meio, parece que o bem-estar da classe privilegiada segue dependendo estruturalmente da precarização e da extorsão das condições de vida e trabalho dessas mulheres. É o que nos explica Helena Hirata (2015):

O trabalho precário é majoritariamente feminino. Aqui também, como nos outros aspectos referidos anteriormente, é necessário estabelecer a relação entre desigualdade no mercado de trabalho e desigualdade na família e na esfera doméstica (relação de trabalho, de poder, de saber, relações de dominação) (HIRATA, 2015, p. 11).

As mesmas relações servis, em casa e na sociedade, parecem seguir reduzindo as mulheres à condição de auxiliares gerais da dominação e dos privilégios do patriarcado.

3.4 *Eu sempre quis ser professora, pra cuidar e educar bem os meus filhos. A educação como um compromisso ético com o mundo*

A entrevistada D iniciou o curso de Licenciatura em Pedagogia em 2016, mesmo ano em que teve a oportunidade de trabalhar como auxiliar de uma professora da Educação Infantil do município de Itapiúna/CE, durante a gestão do Prefeito Wauston Cavalcante. Como afirmou em entrevista, ela não conseguiu concluir o curso, pois as dívidas com mensalidades foram se acumulando e fugiram ao seu controle, ao mesmo tempo em que a instituição de que era aluna encerrou todas as suas atividades fora da sede, em Arapiraca/AL, a partir de fevereiro de 2021.

A Faculdade de Ensino Regional Alternativa (FERA)⁴³, da rede particular, funcionou durante os finais de semana em Caio Prado, do ano de 2016 até o meio do ano de 2020. Foi trazida até ali por intermediação do primeiro pároco da Paróquia de São José, Padre Luciano Limaverde Vieira Costa. Segundo a nossa interlocutora, o padre se empenhou em trazer a faculdade para o distrito para que mais pessoas tivessem a oportunidade de cursar o Ensino Superior na comunidade. Os cursos ofertados na época foram Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Contabilidade. No curso de Pedagogia, segundo a entrevistada, 90% das/os estudantes eram mulheres.

Entre os anos de 2010 e 2019 também foram ofertados em Itapiúna, na sede do município, os cursos de Pedagogia, Educação Física e Administração. De acordo com uma das coordenadoras da Universidade Brasil⁴⁴, até o ano de 2019, foram formadas na sede do município três turmas de Pedagogia e que, entre os/as 400 alunos/as formados/as, 95% eram mulheres. No curso de Administração, 60% eram de mulheres e no curso de Educação Física apenas 20%. Quando perguntei qual era o motivo da recorrência da oferta curso de Pedagogia, a coordenadora informou:

⁴³ A Faculdade de Ensino Regional Alternativa (FERA), de Arapiraca/AL, ofereceu até o ano de 2020, em praticamente toda a região Nordeste, cursos de Pedagogia em serviço ou em regime especial, com aulas apenas aos finais de semana, e voltados prioritariamente para professoras que já atuavam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I sem ser licenciadas. Atendendo à Portaria do MEC, nº 102, de 04 de fevereiro de 2021, a instituição teve restringida a oferta de seus cursos apenas à circunscrição de sua sede, qual seja, o município de Arapiraca, no estado de Alagoas (Cf. <https://www.fera-al.com.br/>. Acesso em: 22 Nov. 2022).

⁴⁴ A Universidade Brasil, com sede em Fernandópolis, interior do estado de São Paulo, por força da mesma portaria do MEC, nº 102, de 04 de fevereiro de 2021, teve de igualmente restringir seus cursos presenciais à sua sede e os seus cursos EAD aos locais onde mantivesse estrutura de pólo (Cf. <https://ubvestibular.com.br/cursos-graduacao-presencial/>. Acesso em: 22 Nov. 2022).

Por ser um município de pequeno porte, o que se oferece às mulheres é a oportunidade de se ensinar nas escolas. As mulheres daqui são muito independentes e guerreiras, trazer esses cursos para cá foi uma boa oportunidade para aquelas professoras que já ensinavam sem ter o nível superior⁴⁵.

Quando questionei sobre as oportunidades de trabalho para essas mulheres depois que se formam, a coordenadora respondeu:

Depois que se formam, algumas delas vão embora, mas as mulheres são lideranças no empreendedorismo. Muitas delas vão trabalhar em salão de beleza, vão vender doce, bolos e roupas. As mulheres são também maioria nos serviços gerais e em trabalhos como o de cozinheira.⁴⁶

Havia, de fato, até antes da pandemia de Covid-19, uma recorrência da oferta do curso de Pedagogia no município e uma grande procura deste por parte das mulheres - que, apesar de buscarem formação na área da educação, não conseguiam/ não conseguem permanecer na área. A maioria precisa mesmo se tornar *empreendedora*, assim permanecendo na informalidade e em condições precarizadas de vida e trabalho.

Um dos motivos para que Pedagogia fosse o curso mais ofertado e procurado no município é, certamente, o seu baixo custo, o que torna essa formação mais acessível às mulheres e à população de baixa renda. O recorrente discurso de que as mulheres são potentes empreendedoras locais invisibiliza, por sua vez, os conflitos entre capital, gênero, classe e trabalho, notadamente em meio à situação crônica de estagnação econômica, pobreza, patriarcado e cultura política clientelista do interior do estado.

Como consequência dessa situação é que as mulheres buscam criar suas próprias oportunidades de negócios, assumindo atividades de risco, devido ao aprisionamento da cultura de gênero, como se naturalmente elas deveriam seguir o caminho da docência e/ou da permanência em ocupações e profissões menos valorizadas socialmente, como professora, cabelereira, manicure ou vendedora de comidas. Infelizmente, não há políticas públicas de apoio ou de planejamento especificamente focadas nas situações de vida e trabalho dessas mulheres.

⁴⁵ Entrevista concedida por uma das coordenadoras da faculdade no município, em 23 de fevereiro de 2022.

⁴⁶ Entrevista concedida por uma das coordenadoras da faculdade no município, em 23 de fevereiro de 2022.

Vale, Carvalho e Chaves (2014) mostram, por sua vez, que o aumento de oportunidades para o Ensino Superior privado é rentável e

é parte da política neoliberal que tem sido implementada no país desde o início da década de 1990, em consonância com os organismos internacionais, em especial o Banco Mundial, que defendem a oferta desse nível de ensino por meio das instituições de ensino privadas (VALE; CARVALHO; CHAVES, 2014, p. 200).

Esse processo de expansão do ensino superior decorre, em parte, da promulgação da LDBEN nº 9394/1994, segundo a qual se passou a exigir formação em nível superior (em cursos de licenciatura) para atuação no magistério do ensino fundamental. Dessa maneira, com imensa satisfação em ser *professora formada*, em participar de uma pesquisa acadêmica e em contar os seus desafios e vitórias, a *entrevista D* relata:

Eu tive uma infância muito feliz! Eu brinquei muito! Na minha época, as bonecas eram de pano e de sabugo de milho (risos). Passei a minha infância na comunidade Juá (Distrito de Quixadá) e com 09 anos de idade vim morar em Caio Prado. Sou filha de agricultores e desde cedo precisei trabalhar para ajudar a sustentar minha família. Desde os 10 anos eu já cuidava de crianças mais novas do que eu. Nessa idade, eu já trabalhava em casa de família e na minha adolescência também, mas sempre focada, estudando. Eu sabia que só através dos estudos eu ia me formar e ter um trabalho digno. É somente com os estudos que a gente consegue algo bom na vida. Cedo eu precisei sair de casa para ajudar a criar meu irmão mais novo e um sobrinho. Com vinte e quatro anos me casei, mas continuei estudando. Meu casamento foi conturbado, porque meu marido já era alcólatra. Com trinta e oito anos fiquei viúva e com dois filhos pra criar (uma menina e um menino). O meu sonho era fazer enfermagem e, se Deus quiser, um dia eu ainda vou fazer, apesar de estar satisfeita em ser professora formada. Eu sou uma pessoa sonhadora e não desisto fácil das coisas. Eu estou sempre pensando nos meus filhos e na melhoria de vida deles. Quero poder ajudar quando eles precisarem⁴⁷.

Mais uma entrevistada descreve a infância como o momento da vida em que precisou iniciar os trabalhos domésticos, reduzindo assim o tempo para se dedicar aos estudos e às oportunidades de crescer profissionalmente. Sobre a injusta divisão sexual dos trabalhos de cuidado e a naturalização dessas atividades pelas/ para as mulheres, Helena Hirata (2015) observa que:

⁴⁷ Entrevista concedida em 17 de março de 2022.

O trabalho do *care* (cuidado) é exemplar das desigualdades imbricadas de gênero, de classe e de raça, pois as cuidadoras são majoritariamente mulheres, pobres, negras, muitas vezes imigrantes (migração interna ou externa). (...) O trabalho de cuidado foi exercido por muito tempo por mulheres, no interior do espaço doméstico, na esfera dita “privada”, de forma gratuita e realizada “por amor”, com os idosos, crianças, doentes, deficientes físicos e mentais (HIRATA, 2015, p. 09, grifos do original).

A aparente neutralidade nos encargos de cuidado e nos trabalhos subalternos que as mulheres desempenham expõe a própria visão de mundo dos líderes e diretores das instituições que, através da distribuição de competências, externam suas ideias patriarcais incorporadas à produção e manutenção da ordem do mundo. Conforme essa lógica, as mulheres permanecem silenciadas e sendo convocadas para atividades de cuidado e/ou decorativas, tidas como atribuições tipicamente femininas. Em relação às desigualdades de gênero e classe, Hirata e Joan Tronto (2014) esclarecem que “o *care* revela as relações de poder, pois os que têm os recursos recebem cuidados, independentemente de suas necessidades” (HIRATA, 2014, p. 66). Consequentemente, quem não tem os recursos – as mulheres – são *as que cuidam*.

Vejamos como a *entrevistada D* relaciona as duas profissões (docência e trabalho doméstico) com a questão do *cuidado*:

Eu sempre gostei de cuidar das crianças e das pessoas da minha família, por isso fui ser doméstica e também professora... e um dia ainda quero ser enfermeira, se Deus quiser. Olha que desde pequena, eu já cuidava das pessoas e comecei a trabalhar pra ajudar no sustento de casa. Quando surgiu a oportunidade de ser professora na prefeitura, eu fui fazer Pedagogia, eu vi que isso seria bom pra educar bem os meus filhos e deixar pessoas boas no mundo. *Eu sempre quis ser professora, pra cuidar e educar bem os meus filhos*. Pra mim, ser professora é isso, é cuidar das pessoas e deixar o mundo um lugar melhor. Eu sempre achei bonita essa profissão, então pra mim foi uma alegria e uma honra poder me formar. Pra ser professora você precisa estudar muito. Mas pra profissão de doméstica você também tem de saber de muitas coisas. Por exemplo, quando for viajar, tem de saber outro idioma, precisa saber dar um remédio, identificar alguém com febre... num dia, você está com uma idosa, noutro você está com a neta dela. Por isso eu digo: educação e saúde andam juntas! A gente não pode parar de estudar nunca. Como sou formada, acho que minha patroa me respeita mais, ela tem medo... sabe? Tipo de responder por algo errado ou contra os meus direitos. Eles me tratam super bem, acho que é porque eu tenho uma boa formação. *Eu sento na mesa com eles* (sic). Antes a gente não via isso. Eu sinto que sou muito respeitada nas duas profissões que assumi. Hoje eu me sinto uma pessoa guerreira, capaz de cuidar dos filhos, da casa, assumir duas profissões. Ser mulher é assim: é ser capaz de pensar em mil coisas que o homem não consegue fazer sozinho. Se você deixar a casa

com um homem, quando você volta, tá tudo de cabeça pra baixo. Ele simplesmente não consegue cuidar de nada, não tem essa capacidade, é raro.

Quando a *entrevistada D* diz “*Eu sempre quis ser professora, pra cuidar e educar bem os meus filhos*. Pra mim, ser professora é isso, é cuidar das pessoas e deixar o mundo um lugar melhor. Eu sempre achei bonita essa profissão, então pra mim foi uma alegria e uma honra poder me formar”, ela está, desde o seu lugar, da sua história e dos seus próprios modos e comportamentos de vida, afirmando e reforçando a sua responsabilidade ético-existencial no/com o mundo.

Há de se ver que não se pode, aqui, criticar - de maneira insensível e absoluta - a sua possível alienação quanto à reprodução dos estereótipos do *cuidado* ou quanto à exploração e generificação dos trabalhos subalternos, tradicionalmente atribuídos (relegados) à mulher pelo patriarcado local. Antes da apreciação desses efeitos na formação de sua subjetividade e na limitação de sua consciência política, salta - na espontaneidade do *ethos* da *entrevistada D* - o seu compromisso genuíno e poderoso com o amor e a esperança, tal como teorizado pela filósofa Hannah Arendt (2001), quando elabora o seu conceito de amor ao mundo (*amor mundi*). A esse respeito, Adriano Correia (2010) explica:

Amor mundi converte-se aqui em “quero que o mundo persista”, e o *amor aos homens* em quero que eles persistam. Hannah Arendt assume justamente que o mundo só se torna um lugar habitável e a convivência suportável e desejável se assumirmos por amor ou gratidão a responsabilidade por ele e se, por amizade e respeito, interagirmos com nossos pares mediados pela esperança (CORREIA, 2010, p. 821).

Desse modo, a despeito de toda manipulação ominosa da ordem patriarcal do mundo e das coisas, em função utilitária do egoísmo capitalístico e mesquinho da periferia política e econômica do interior do Ceará, aqui podemos e preferimos ver (e pensar), por meio do seu depoimento, que *ser professora*, aceitar o convite para fazer parte do quadro de professoras da prefeitura municipal, é algo que humanamente desborda todos os comezinhos interesses partidários que encurralam as condições materiais de vida e trabalho da entrevistada.

Antes de qualquer coisa, a sua escolha alia-se genuinamente ao compromisso consciente de cuidar dos filhos, da casa, do mundo e, por meio da Educação, construir

uma vida melhor para si e para todos/as com quem ela convive, encorajando cada ser a encontrar um sentido em comunhão com os/as semelhantes.

A verdade é que a conjunção sórdida dos agentes e das estruturas - que funcionam e determinam as condições de sua atuação laboral - passa-lhe despercebida, conquanto, especificamente em relação aos princípios educacionais e às concepções de amor ao mundo, presentes nos estudos de Hannah Arendt (2001), seja impossível deixar de ver e destacar nas ideias e no compromisso de mundo da entrevistada a seguinte reflexão:

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele - tal como ele é - e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável, não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as, em vez disso, com antecedência, para a tarefa de renovar um mundo comum e sempre possível (ARENDR, 2001, p. 247).

Como salienta Paulo Freire (1991), acresce-se a isso o fato de que:

“Ninguém começa a ser professor numa certa terça-feira às 4 horas da tarde... Ninguém nasce professor ou marcado para ser professor. A gente se forma como educador permanentemente na prática e na reflexão sobre a prática” (FREIRE, 1991, p. 58).

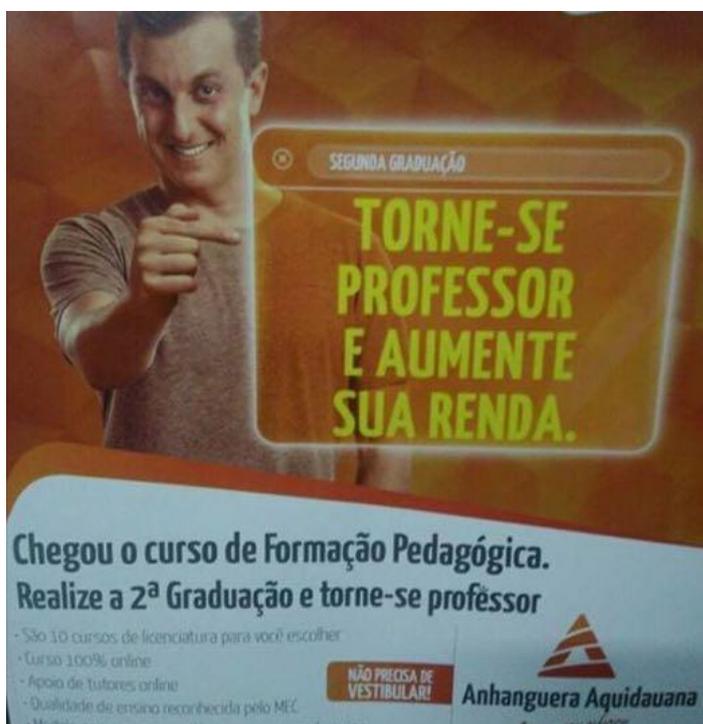
Ser professor/a é, pois, uma tarefa que exige constante reflexão para melhorar a prática da/o educador/a, exige a dedicação aos estudos, para uma formação eficiente e uma prática de ensino qualificada. É igualmente dizer não ao conformismo da precariedade das/os profissionais que formam todos/as os/as outros/as profissionais e que são tidos/as como baluartes da educação.

Não se pode ser ou tornar-se professor/a, portanto, meramente a convite de um gestor, sem que se esteja dentro de um projeto, conforme a um ideal político-educacional de vida e compromisso em longo prazo. Um projeto, ou melhor, um propósito de vida, em que se decide, sim, amorosamente, pela construção de uma sociedade mais igualitária e digna, capaz de oferecer um futuro promissor às novas gerações. Um compromisso que implica, porquanto, definitivamente na escolha pela esperança: também como arma contra a reprodução dos modelos de dominação de gênero e de expropriação pelo sistema capitalista.

3.5 E o salário, oh! Semelhança entre o trabalho doméstico e a docência.

A Escolinha do Professor Raimundo foi um programa de entretenimento exibido na Rede Globo de Televisão durante a década de 1990, reprisado em 2010 e regravado em 2015, com outro elenco, mas com o mesmo roteiro. Como jargão, o Professor Raimundo, originalmente interpretado pelo comediante Chico Anísio, repetia sempre no fim da aula “E o salário, oh!...” A sátira reforça a ideia de que as/os professoras/es são profissionais frustradas/os, e que mesmo diante da desmotivação financeira seguem com o seu trabalho porque não têm outra escolha.

Em 2017, o apresentador Luciano Huck, por sua vez, participou de uma campanha publicitária do grupo empresarial-educacional Anhanguera, que também desqualifica o magistério como profissão de carreira, reduzindo-o a um *bico* ou a uma eventual oportunidade tecnicista de emprego e renda:



Fonte: Para Huck, ser professor é "bico"! — Conversa Afiada. Disponível em: <https://www.conversaafiada.com.br/cultura/para-huck-professor-e-bico>. Acesso em: 06 set. 2022

A propaganda, de fato, repercutiu mal e rapidamente foi tirada do ar. Na ocasião, o grupo empresarial-educacional Anhanguera lançou a seguinte nota de esclarecimento:

Erramos. Nós, da Anhanguera, pedimos desculpas pela mensagem equivocada sobre a função e a importância dos professores. A campanha de marketing que causou mal-estar não representa o que nós, como instituição de ensino, acreditamos, e foi retirada do ar. Nossa intenção com o curso de Formação Pedagógica é incentivar que profissionais já formados possam ter também essa habilitação e contribuir para a resolução do déficit de professores que o Brasil enfrenta. Acreditamos que, promovendo a docência, temos o caminho para o desenvolvimento social e econômico do país. Por fim, esclarecemos que, esta campanha, em específico, não foi submetida à análise prévia do Luciano Huck e de sua equipe⁴⁸.

O que vemos, contudo, cada vez mais se reproduzir na mídia e na opinião pública é a desvalorização social e profissional da docência, na medida em que se disseminam o discurso e a compreensão de que *ser professor/a não é uma escolha válida ou bem pensada, mas uma segunda opção*. Há a negação da necessidade de uma formação mais eficiente para *se tornar professor/a*. Ou seja, isso indica a popularização da desqualificação do magistério como profissão, qualquer pessoa pode se tornar professor/a - em caso de necessidade, como apanágio à sua pobreza ou como quem investe em um novo empreendimento pessoal -, exercendo sem maiores problemas nem consequências a docência e, assim, facilmente obtendo uma renda complementar.

Todo esse descrédito da docência e ordinarização/precarização da carreira do magistério naturalizam ainda mais a conjuntura local do clientelismo político, das desigualdades e injustiças de classe e de gênero em contextos como o de Itapiúna/CE, onde as políticas públicas educacionais resumem-se ao balcão de contratação de afilhados/as na Secretaria de Educação do município.

Ante a irresponsabilidade do poder público e as investidas neoliberais do individualismo, do falso empreendedorismo e do capacitismo, observa-se no pensamento de Valci Melo (2019) a compreensão precisa em torno dessa desqualificação dos fazeres e dos saberes docentes:

Percebe-se, aí, o discurso do individualismo neoliberal, que desloca o problema da sobrevivência digna de uma perspectiva estrutural, sistêmica, localizando-o na esfera individual. Com isso, silenciam-se as precárias condições de trabalho alienado do sistema capitalista (MELO, 2019, p. 157).

⁴⁸ Disponível em: [Para Huck, ser professor é "bico"! — Conversa Afiada. <https://www.conversaafiada.com.br/cultura/para-huck-professor-e-bico>. Acesso em: 06 set. 2022](https://www.conversaafiada.com.br/cultura/para-huck-professor-e-bico)

A ideologia neoliberal transfere, de fato, os problemas estruturais do sistema capitalista (em nosso caso, capitalista, periférico, patriarcal, coronelista e economicamente estagnado) para os indivíduos, senão mais especificamente para *as indivíduos trabalhadoras*: como se tudo dependesse do esforço pessoal, dócil, servil, grato e resignado delas para que as estruturas se mantenham funcionando a contento. Vimos que no caso das *entrevistadas A e B*, ainda que licenciadas em Pedagogia, elas nunca estiveram em uma sala de aula; já a entrevistada *C* só teve a oportunidade de trabalhar na docência por um ano.

Segundo Angela Davis (2016), “o processo de produção capitalista pressupõe a existência de um conjunto de trabalhadoras e trabalhadores exploráveis” (DAVIS, 2016, p. 247). Nesse bojo, Trabalhadoras Domésticas e Professoras da Educação Infantil e do Ensino Fundamental certamente representam parte considerável do grupo mais explorável, precisamente porque são essenciais as funções que desempenham para a estruturação e reprodução da ordem social. Elas não podem, no entanto, sob nenhuma hipótese, ser remuneradas dignamente, e o que é feito por elas deve seguir sendo compreendido como algo naturalmente *feminino*.

Os problemas impostos pelo capitalismo, como a dificuldade ou a falta de oportunidades para empregar condignamente as mulheres (mesmo com nível superior), trouxeram às interlocutoras desta pesquisa a necessidade de seguir buscando empregos precários e de transformar até mesmo as suas residências em espaços comerciais. Onde antes era a sala de casa, o *empreendedorismo local feminino* faz surgir uma papelaria, uma lanchonete. Ante a necessidade que têm de complementar a renda necessária à sua sobrevivência pessoal e familiar, essas mulheres abrem a intimidade de seus lares para improvisar restaurantes, mercearias e estúdios de beleza.

Na verdade, ter formação em Pedagogia não proporcionou nenhuma *renda extra* às entrevistadas que não conseguiram emprego (concurso ou contrato) na rede municipal de educação. Tampouco ser *patroas de si mesmas* lhes trouxe qualquer autonomia ou prosperidade, de modo que elas continuaram a depender dos serviços domésticos que prestavam, e que seguem prestando, mesmo depois de sua formação.

Todos os depoimentos e entrevistas aqui considerados correspondem a histórias de mulheres do interior cearense em pleno século XXI, que durante a vida inteira trabalharam fora de casa e que, quando estão em casa, trabalham igualmente o máximo possível de horas: seja com os afazeres domésticos não remunerados - referentes aos

cuidados do lar, dos/as filhos/as e dos companheiros - ou com a venda de produtos e prestação de outros serviços, como de higiene, culinária e beleza.

Recusar a naturalização da precariedade e da desvalorização do trabalho das mulheres, assim como das múltiplas jornadas que lhes são inconsideradamente impostas, é apenas o começo da luta pela igualdade laboral de gênero. Consiste, por outro lado, em também reconhecer que as mulheres podem e devem estar em quaisquer espaços profissionais públicos e/ou privados, percebendo salários dignos: em total equiparação com os homens que ocupem os mesmos cargos ou aos quais sejam outorgadas as mesmas ou análogas funções.

Não obstante a isso, podemos observar nas falas das entrevistadas que ser Empregada Doméstica, hoje em Itapiúna/CE, pode ser considerada uma situação que lhes garante um relativo *respeito*, além da segurança de um pagamento pontual. Diga-se, ademais, que - para pelo menos duas delas - isso parece ser mais vantajoso do que ser Professora.

Elas ainda demonstram, em suas falas, que ser Doméstica e/ou Professora são profissões complexas e, para as quais, é necessário, de modo análogo, estudar e saber bastante: a fim de se dar conta convenientemente das exigências e das dinâmicas inerentes a ambos os trabalhos. Ambas as profissões exigem, conseqüentemente, esforços intelectuais, sensibilidade, criatividade, disponibilidade e interatividade, além de *vontade de servir*.

Ao que a isso se acresce, elas afirmam ter escolhido o curso de Pedagogia pelo fato de sua formação lhes proporcionar uma melhor educação para os seus filhos e filhas, tanto quanto por uma questão político-econômica de ordem prática: relativa à possibilidade de obtenção de uma vaga de trabalho junto à Secretaria de Educação do município. Todas afirmam ainda ter escolhido a formação docente, não por lhes ter sido a última ou a única opção, mas porque *amam e acreditam na educação*.

Por último, não se escreve aqui simplesmente para *dar voz às mulheres*, mas a fim de se olhar e de se pensar *as trajetórias de vida das mulheres interlocutoras desta pesquisa*, a partir de suas narrativas e perspectivas próprias: como sujeitas políticas dotadas de potencialidades e particularidades históricas.

Interessam os modos como elas conjugam as suas experiências e saberes no enfrentamento das relações de poderes (insidiosamente estruturadas na exploração de seu trabalho e na subalternização de seus corpos, de seus modos e comportamentos vitais). Interessa compreender as estratégias por elas desenvolvidas na resistência e na luta contra

valores e condições mesquinhas, mantidas a custa de renitentes papéis de gênero e escorchantes injustiças e desigualdades sociais.

Entre as maiores vitórias que elas, apesar de todas as dificuldades, destacam em suas trajetórias estão: formar-se em um curso superior; ter a sua casa própria e; manter-se morando na mesma cidade em que nasceram (e que não lhes oferece boas oportunidades de emprego e renda). Do ponto de vista subjetivo, elas se consideram vitoriosas, na medida em que se orgulham de sua formação, da potência e do valor de seu trabalho e que entendem poder contribuir com uma educação de melhor qualidade para os seus filhos e filhas.

Não se pretende, com o destaque a essa compreensão das entrevistadas, corroborar com qualquer romantização das condições de vida e trabalho dessas mulheres do interior do Ceará - que são Professoras, Mães, Donas de Casa, Empregadas Domésticas e Empreendedoras, sem que os seus direitos e a sua cidadania sejam reconhecidos nem respeitados em condições de igualdade com os homens.

No entanto, tampouco se pode deixar de estimar e valorizar todos os seus esforços, a vivacidade de seus ideais e, sobretudo, a esperança e o amor com que se dedicam à educação, ao cuidado dos/as filhos/as, à família e ao trabalho, a despeito do atavismo patriarcal das estruturas de injustiças, desigualdades e explorações: as quais - tanto ainda - lhes cerceiam as oportunidades e lhes oprimem a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação trabalhou com a hipótese de que há um entrelaçamento histórico das questões de gênero, classe e trabalho: as quais, na conjuntura de pobreza, estagnação econômica, patriarcado e clientelismo político de Itapiúna, na região do Maciço de Baturité, interior do estado do Ceará, reproduzem específicas injustiças e desigualdades estruturais: direta e contingencialmente impactantes nas condições de vida e trabalho das jovens mulheres pobres da região.

Observou-se a síntese material dessas injustiças e desigualdades na naturalização das condições de subalternidade da mulher, na subserviência da mão de obra feminina, no colonialismo das relações com o trabalho doméstico e na precarização/desvalorização do trabalho docente, especificamente da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (sob o encargo e organograma da rede municipal de educação).

Observou-se, ademais, que todas as entrevistadas, interlocutoras desta pesquisa, têm uma origem social comum: são mulheres advindas de famílias pobres que, desde a infância, tiveram de se dedicar ao trabalho nas lavouras e nas *casas de família*. A alternativa inicial mais viável para todas elas foi o trabalho doméstico e igualmente viram, a posteriori, os cursos de licenciatura como possibilidade de conseguir um emprego na prefeitura, sem deixarem seus lugares de origem.

A despeito de nem todas terem obtido colocações nos quadros da Educação, todas viram nos cursos de licenciatura uma referência positiva para a melhoria do desempenho de suas funções no trabalho doméstico remunerado. No entanto, o fato de *estarem formadas*, de terem nível superior, não lhes garantiu, como Babás, Cuidadoras, Faxineiras, Diaristas, Cozinheiras e Empregadas Domésticas, o cumprimento de nenhum de seus direitos trabalhistas nem de nenhum acréscimo salarial por parte dos seus patrões ou patroas.

Entres as maiores dificuldades para se formar, todas alegam a falta de tempo e de apoio para estudar adequadamente, já que são sobrecarregadas com tarefas domésticas e

outros serviços para se manter na faculdade. Algumas são mães solo ou não contam muito com o apoio de maridos e companheiros. Ser mulher e ser pobre em Itapiúna/CE lhes arroja, assim, a uma verdadeira situação de vulnerabilidade, ante a qual elas não têm como retroceder, pois que *na prática não lhes restam outras escolhas* para o atendimento condigno de suas necessidades pessoais e familiares.

Depois de formadas, elas precisam de um apadrinhamento político no poder público municipal, a fim de alcançar alguma vaga como docente, em alguma creche ou escola de educação infantil e ensino fundamental. Algumas vezes, no entanto, mesmo contratadas na educação, elas não conseguem *se ver livres* da necessidade de prestar - contínua ou eventualmente - alguns serviços domésticos. Há no município um direcionamento por indicação para as profissões de Professora da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, áreas em que há maior ingerência/controla dos cargos a serem ocupados, sendo a maioria das indicadas mulheres.

Cada uma aproveita o curso de Licenciatura a seu modo: para permanecer dando aulas na escola, mas também para ser mais bem aceita no trabalho doméstico, tanto quanto para educar melhor os/as filhos/as ou ainda com o objetivo de prestar concurso público e ter uma ascensão profissional, como no caso da *entrevistada C*. As maiores vitórias para elas consistem em conseguir se manter no município, obter a casa própria e se formar. Desse modo, todas entendem que, positivamente, são vencedoras e pretendem, com seus exemplos de vida, inspirar filhos/as e familiares. Os cursos de licenciatura lhes pareceram igualmente válidos não apenas quanto à perspectiva de uma melhor remuneração financeira, mas também como estímulo a uma maior e mais adequada compreensão da vida e do mundo.

Concluimos que o patriarcado e o colonialismo ainda permeiam profunda e estruturalmente as relações sociais locais, segmentando os trabalhos de homens e mulheres, cingindo-lhes os lugares e a importância, reproduzindo inúmeros obstáculos para a ascensão feminina na educação e no mercado de trabalho.

Vimos como os papéis de gênero seguem conferindo sentido às organizações sociais do trabalho, tanto nos lares quanto nas demais instituições sociais. As desigualdades se reproduzem essencialmente nas questões ligadas ao gênero, à classe e a distorções políticas como o clientelismo: assentes às estruturas excludentes do capitalismo que permitem o desnível salarial para mulheres, mesmo que estas detenham nível superior.

FONTES

A) FONTES ORAIS

Professor de Filosofia, 40 anos. Professor de Filosofia no Ensino Superior e doutorando na Universidade Federal do Ceará. Entrevista concedida a pesquisadora Maria Estefânia Sabino Freitas, em 25 de fevereiro de 2022.

Coordenadoras da Universidade Brasil no município de Itapiúna, 55 anos. Entrevista concedida a pesquisadora Maria Estefânia Sabino Freitas, em 23 de fevereiro de 2022.

Dona de Casa, 49 anos. Trabalhou como recepcionista na Prefeitura Municipal de Itapiúna, tem três filhos e mora com o marido no distrito de Caio Prado. Entrevista concedida a pesquisadora Maria Estefânia Sabino Freitas, em 12 de março de 2022. A entrevistada optou por omitir seu nome.

Entrevistada A, 41 anos. Comerciante e diarista. Entrevista concedida a pesquisadora Maria Estefânia Sabino Freitas, em 17 de março de 2022.

Entrevistada B, 27 anos. Empregada doméstica com formação em Licenciatura Plena em Geografia. Entrevista concedida a pesquisadora Maria Estefânia Sabino Freitas, em 24 de janeiro de 2022.

Entrevistada C, 38 anos. Professora do Ensino Fundamental I. Entrevista concedida a pesquisadora Maria Estefânia Sabino Freitas, em 25 de março de 2022.

Entrevistada D, 43 anos. Empregada doméstica. Entrevista concedida a pesquisadora Maria Estefânia Sabino Freitas, em 17 de março de 2022.

Professor de Sociologia, 55 anos. Professor de Sociologia na Escola de Ensino Médio Franklin Távora. Entrevista concedida a pesquisadora Maria Estefânia Sabino Freitas, em 23 de fevereiro de 2022.

Professor de Português, 46 anos. O Professor de Português leciona na rede estadual e é membro da diretoria do Partido dos Trabalhadores de Itapiúna. Entrevista realizada em 10 de fevereiro de 2022.

Professora de Ciências da Natureza, 28 anos. Professora residente no município de Itapiúna após a provação no concurso de 2018. Entrevista concedida a pesquisadora Maria Estefânia Sabino Freitas, em 01 de março de 2022. A entrevistada optou por omitir seu nome.

Professora de Matemática, 47 anos. Atualmente trabalha na Rede Estadual de Ensino, sempre residiu em Itapiúna e, desde a adolescência, trabalha com venda de diversos produtos, como roupas femininas, acessórios e alimentos. Possui formação em Licenciatura em Matemática e Pedagogia. Entrevista concedida a pesquisadora Maria Estefânia Sabino Freitas, em 12 de dezembro de 2021. A entrevistada optou por omitir seu nome.

Técnico de Referência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, na Secretaria do Trabalho de Itapiúna, 27 anos. O entrevistado ocupa esse cargo desde 2020. Entrevista concedida a pesquisadora Maria Estefânia Sabino Freitas, em 18 de fevereiro de 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABU-EL-HAJ, Jawdat; SOUSA, José Jurandir. As revoluções silenciosas no Nordeste: eleições e mudança social em Itapiúna. In: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de (Org.). **A produção da política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000**. Campinas, SP: Pontes, 2003. p. 255-290.
- ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Novos feminismos e a luta pelos direitos das mulheres. **Nexo Jornal**, Coluna Ensaio, Data: 06/03/2016. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2016/Novos-feminismos-e-a-luta-pelos-direitos-das-mulheres>. Acesso em: 07/03/2021.
- ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998.
- AMORIM, Gusmão Freitas. **Vida que forma: autobiografia e formação de professores**. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Estadual do Ceará-UECE, Fortaleza, 2017.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARAÚJO, Maria das Graças de. **Trajetórias de formação e profissionalização de professoras leigas do município de Itapiúna/Ce**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- ARENDT, Hannah. A crise na educação. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 2001. p. 221-247.
- BARROS, José D'Assunção. **História, espaço e tempo: interações necessárias**. **Varia história**, v. 22, n. 36, p. 460-475, 2006.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua**. [Recurso eletrônico] Brasília, DF 2019.

- BRASIL. Ministério da Educação. **Education at a Glance 2021** -Destaques da OCDE para o Brasil Diretoria de Estatísticas Educacionais. Brasília, DF, 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020: resumo técnico** [recurso eletrônico] – Brasília: Inep, 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da educação: destaques do Education at a Glance 2020** [recurso eletrônico]. Brasília, DF, 2020.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CHAMON, Magda. Trajetória de feminização do magistério e a (con) formação das identidades profissionais. **VI Seminário da Redestrado-Regulação Educacional e Trabalho Docente**, v. 6, 2006.
- _____. **Trajetória de feminização do magistério: ambiguidades e conflitos**. Belo Horizonte, MG: Autêntica: FCH-FUMEC, 2005.
- CORREIA, Adriano. Natalidade e amor mundi: sobre a relação entre educação e política em Hannah Arendt. **Educação e pesquisa**, v. 36, p. 811-822, 2010.
- DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Censo. Ministério da Educação. **COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA**, 2019.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENGELS, Friedrich; DA FAMÍLIA, A. Origem da família, da propriedade privada e do estado. Rio de Janeiro, **Vitória, sd**, 1978.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução de Coletivo Sycorax — São Paulo: Elefante, 2019.
- FERREIRA, Gláucia Holanda. **Gênero e memória política: A Presença Feminina na Câmara Municipal de Itapiúna (1996-2008) Monografia (Curso de História) -Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC, da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Quixadá, p.68. 2010.**
- FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Ed UNESP. 2000.
- _____. **Professora sim, tia não**. Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'água, 1997.
- FREITAS, Francisco Emílio Campelo. **O Moderno e o Tradicional na Política de Itapiúna**. 2007. 117f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras**, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 41.621, 2008.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61-73, 2014.
- _____. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. **Fundação Friedrich Ebert Brasil – Análise**, São Paulo, Nº 7, 2015.
- _____. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero. 2015.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 37, p. 595-609, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados históricos do município de Itapiúna. Disponível em: [IBGE | Biblioteca | Detalhes | Itapiúna](#). Acesso em 14 maio. 2022.

I ENCONTRO TRABALHO, EDUCAÇÃO, ESTÉTICA E SOCIEDADE DO SERTÃO CENTRAL. **Desenvolvimento humano:** Interiorização do conhecimento no contexto da Crise do Capitalismo contemporâneo. Comissão Organizadora do I ETEESSC.

IZOLDA A MULHER QUE TRANSFORMOU A EDUCAÇÃO Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2015/03/08/izolda-a-mulher-que-transformou-a-educacao-do-ceara-em-referencia-nacional/> Acesso em: 7 fev. 2022.

JOSSO, Marie-Christine. **Caminhar para si**. Tradução Albino Pozzer, revisão Maria Helena Menna Barreto Abrahão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

LIMA, Márcia; PRATES, Ian. Emprego doméstico e mudança social Reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira. **Tempo Social**, São Paulo-SP, v. 31, p. 149-172, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: contexto, 2004. P. 443-481.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**. Bogotá. Nº 9: 73-101, julho-dez, 2008.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014.

MARTINS, Marcelino. Prefeitura de Itapiúna promove Festa de Debutantes e realiza o sonho de 29 adolescentes. **A Voz do Bem**, Itapiúna, 23, dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.avozdobem.com/2019/12/prefeitura-de-itapiuna-promove-festa-de-debutantes-e-realiza-o-sonho-de-29-adolescentes/> Acesso em: 23 fev. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MELO, Valci et al. “TORNE-SE PROFESSOR E AUMENTE SUA RENDA”: O DISCURSO DE NEGAÇÃO DA DOCÊNCIA COMO PROFISSÃO. **Linguagens, Educação e Sociedade**, n. 42, p. 146-166, 2019

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Revista Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu-PR, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. Herança familiar na política: retrato dos limites da democracia no Brasil contemporâneo. **Revista Katálysis**, v. 20, n. 3, p. 430-438, 2017

NORONHA, Renata Fratton. **História sobre o baile de debutante:** história e costume. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/jordi/162debu/historia/#:~:text=O%20baile%20de%20debutantes%20teve,filhas%20que%20se%20tornavam%20mulheres.> Acesso em: 28 fev. 2022.

NUNES, Edson. **A gramática política no Brasil:** clientelismo e insulamento democrático. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

OIT. Organización Internacional del Trabajo. Oficina Regional para América Latina y el Caribe. OIT (2016) **Políticas de formalización del trabajo doméstico remunerado en América Latina y el Caribe**. Ginebra, 2016

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. Trabalho e gênero: a construção da diferença. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre-RS, v. 3, 2011.

PEREIRA, Virgínia Areias. **Herança escravocrata e trabalho doméstico remunerado:** rupturas e permanências. Recife: O autor, 2012.

- PINHEIRO, Carlos Henrique Lopes. Narrativas e Trajetórias: abordagens metodológicas a partir da UNILAB. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, pp. 169-186, jan./abr. 2018.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. **Forma e Significado na História Oral**: a pesquisa como experimento em igualdade. Projeto História, nº14, PUC-SP: São Paulo, Fevereiro, 1997, p.23.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, fev. 1997.
- SANTOS, Juliana Anacleto dos. A relevância de classe no debate da desigualdade—Classe social e gênero, intersecções. In: **COLÓQUIO MARX E ENGELS, V**, 2007, Campinas, **Anais**, Campinas-SP, 2007.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, Porto Alegre, RS, v. 20, n. 2, 1995.
- SEIBEL, Erni José; DE OLIVEIRA, Heloisa Maria José. Clientelismo e seletividade: desafios às políticas sociais. **Revista de Ciências Humanas**, n. 39, p. 135-145, 2006.
- SILVA, Benedicto. **Dicionário de ciências sociais**. São Paulo: Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1987.
- SINDICATO DE SERVIDORES DE ITAPIÚNA Disponível em: <https://fetamce.org.br/sindicato-de-servidores-de-itapiuna-consegue-bloqueio-de-precatório-do-fundef/> Acesso em: 1 mar 2022.
- SOARES, José. As políticas de gênero no sindicalismo brasileiro contemporâneo. In: **Annual meeting of National Association of Graduate Studies and Research in Social Sciences (ANPOCS)**. 2016.
- SOUSA, Vera Luísa de. As relações entre o feminino e o magistério no Brasil. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, PR, v. 20, n. 1, p. 38-48, 2017.
- THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História oral**, v. 5, 2002.
- VALE, Andréa Araújo do; CARVALHO, Cristina Helena Almeida de; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão privado-mercantil e a financeirização da educação superior brasileira. In: CABRITO, Belmiro; CASTRO, Alda; CERDEIRA, Luísa; CHAVES, Vera Jacob (Org.). Os desafios da expansão da educação em países de língua portuguesa: financiamento e internacionalização. Lisboa (PT): EDUCA, 2014, p. 199-220.
- ZIENTARSKI, Clarice; OLIVEIRA, Kalina Gondim de. A luta das mulheres pela educação diante de questões que envolvem o mundo do trabalho, classe, etnia e gênero. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, MG, v.32, n.1, jan./jun. 2019.